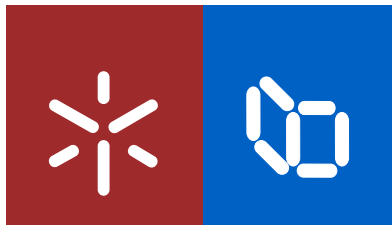


**Universidade do Minho**  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Filipe Abraão Martins do Couto

**A Mediação Cultural em Agostinho da Silva  
na Senda do Quinto Império**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Filipe Abraão Martins do Couto

## **A Mediação Cultural em Agostinho da Silva na Senda do Quinto Império**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Mediação Cultural e Literária

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Pedro Páscoa Martins**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Filipe Abraão Martins do Couto

**Endereço eletrónico:** filipeabraao27@hotmail.com Telefone: 915 050 268

**Número do Bilhete de Identidade:** 11295030

**Título dissertação tese:** *A Mediação Cultural em Agostinho da Silva na Senda do Quinto Império*

**Orientador(es):** Pedro Páscoa Martins

**Ano de conclusão:** 2012

**Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:** Mestrado em Mediação Cultural e Literária

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 15/10/2012

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

Agradeço a abertura, os conselhos e a orientação insubstituível do meu professor Pedro Páscoa Martins.

Agradeço a ajuda infatigável, a disponibilidade e inspiração, à minha namorada Célia Oliveira.

Agradeço a paciência e o trabalho gráfico do meu amigo Sérgio Oliveira.

Agradeço à minha família, que sempre me acompanhou.

Agradeço a disponibilidade, a abertura de espírito e as indicações preciosas do professor Sérgio Sousa.

Por fim, quero agradecer a todos os meus professores do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, com quem continuo a aprender.



## Resumo

### **A Mediação Cultural em Agostinho da Silva na Senda do Quinto Império**

Esta dissertação, *A Mediação Cultural em Agostinho da Silva na Senda do Quinto Império*, procura analisar as condições de possibilidade de uma mediação cultural a ser concretizada, não só pelos portugueses, mas por todos os falantes da língua portuguesa no mundo. Recorrendo a uma visão histórica agostiniana, este trabalho faz uma análise ao percurso do pensamento do autor relevando a demanda pela “idade de ouro”, a sua posição teológica, bem como o seu posicionamento político-pedagógico acerca de Portugal e da Lusofonia. As ilações que o autor retira de momentos fundamentais da história e cultura portuguesas e lusófonas permitem estatuir a lusofonia como embaixadora para uma nova forma de ser e estar no mundo. Assim, na linha de Padre António Vieira, Luís de Camões e Fernando Pessoa, Agostinho propõe aos lusófonos e simpatizantes da lusofonia que analisem a viabilidade de se concretizar – num futuro o mais próximo possível – o marco mais extraordinário que a cultura lusófona inventou: o Quinto Império ou o Reino do Espírito Santo na terra.



## Abstract

### **The Cultural Mediation in Agostinho da Silva in the Path of the Fifth Empire**

This thesis, *The Cultural Mediation in Agostinho da Silva in the Path of the Fifth Empire*, analyses the conditions of the possibility of a cultural mediation to be pursued not only by the Portuguese people but also by all the people in the world that speak Portuguese. Using a historic view by Agostinho da Silva, this dissertation analyses the path of the author's thoughts on the quest for the "Golden Age", his theological position as well as his political-pedagogical position towards Portugal and *Lusofonia*. The conclusions that the author withdraws from the Portuguese history and culture allow for the establishment of *lusofonia* as an ambassador of a new way of being and existing in the world. Therefore, similarly to Padre António Vieira, Luís de Camões and Fernando Pessoa, Agostinho da Silva proposes the people that speak Portuguese and the supporters of *lusofonia* to analyze the viability of achieving – in the nearest future – the most extraordinary milestone that the culture of *lusofonia* created: the Fifth Empire or the Realm of the Holy Spirit on earth.





## Índice

<b>Agradecimentos</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo</b>	<b>v</b>
<b>Abstract</b>	<b>vii</b>
<b>Índice</b>	<b>ix</b>
<b>Biografia de Agostinho da Silva</b>	<b>1</b>
<b>Introdução</b>	<b>5</b>
Organização de trabalho	7
Enquadramento do pensamento Agostiniano no presente trabalho	10
<b>Capítulo I: A demanda pela Idade de Ouro</b>	<b>12</b>
O Cristianismo	14
Conversação com Diótima	16
Posição Histórica da Idade Média de Agostinho da Silva	18
Joaquim de Fiore e a idade do Espírito Santo	20
Origem e acolhimento do Culto Popular do Espírito Santo	22
<b>Capítulo II: A perspetiva teológica: a demanda por Deus e o Homem</b>	<b>24</b>
Deus Sendo	24
A Coroação da Criança-Imperador	27
O Imprevisível	30
A Mediação Cultural ou o mediador para o Quinto Império	34
Missão do Mediador Cultural	36
Ecumenismo	39
O Brasil	47
O Quinto Império	55
<b>Capítulo III: O Projeto político, económico e educativo para Portugal</b>	<b>63</b>
A Visão da Economia	63
O Capitalismo: um mal necessário no mundo	64
Transformação na Sociedade Portuguesa	65
<b>Conclusão</b>	<b>75</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>81</b>



## Biografia de Agostinho da Silva

George Agostinho Baptista da Silva, filho de Francisco José Agostinho da Silva e de Georgina do Carmo Baptista da Silva, nasce no Porto a 13 de Fevereiro de 1906. Neste mesmo ano, devido ao facto do pai, alfandegário, ter sido transferido para a delegação da fronteira, a família muda-se para Barca de Alva. É em Barca de Alva a região que Agostinho da Silva considerará para sempre como sua terra natal.

Em 1912/3, a família regressa ao Porto. A mãe matricula-o no Ensino Primário.

Em 1914, ingressa na Escola Industrial Mouzinho da Silveira, onde não se ambientou ao método pedagógico da escola, o que o conduziu ao insucesso escolar.

Assim, em 1917, o pai matricula Agostinho no Liceu Rodrigues de Freitas, onde concluirá o ensino secundário.

No ano de 1924, Agostinho ingressa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada por Leonardo Coimbra, com o objetivo de cursar Filologia Românica, mas acabará por seguir o curso de Filologia Clássica. Será aluno de Leonardo Coimbra, Teixeira Rego, Francisco Torrinha e de Urbano Canuto Soares.

Neste mesmo ano, Agostinho dedica-se à crítica política e da sociedade, escrevendo na *Acção Académica*, *Ideia Nacional*, *Porto Académico* e no jornal *Comércio do Porto*.

Em 1928, termina a sua licenciatura. Na mesma altura é nomeado professor provisório no Liceu Alexandre Herculano. Início da sua colaboração no *Seara Nova*.

Em 1929, altura em que os militares ameaçavam fechar a faculdade, Agostinho é obrigado a escrever a sua tese de doutoramento *O Sentido Histórico das Civilizações Clássicas*, que concluiu neste mesmo ano. Será uma “tese de raiva”, como comprovou Agostinho em entrevistas.

Em 1930, publica a sua tese de licenciatura, *A Religião Grega*. Frequenta a Escola Normal Superior, em Lisboa, e faz o seu estágio no Liceu Pedro Nunes.

Em 1931, vai para Paris como bolseiro e estuda na Sorbonne e no Collège de France. É aqui que irá estabelecer contactos com alguns intelectuais como António Sérgio.

Em 1933, regressa a Portugal. É colocado em Aveiro como professor de Liceu durante dois anos.

Em 1935, Agostinho não assina a Lei Cabral e, como consequência, é demitido do ensino oficial.

Neste mesmo ano, ganha uma bolsa do Ministério das Relações Exteriores de Espanha e vai estudar, sob a orientação de Américo Castro, para o Centro de Estudos Históricos de Madrid. Estuda os místicos espanhóis do século XVI, como Frei Luís de Leão, São João da Cruz e Santa Teresa de Ávila.

Regressa a Portugal no ano seguinte. Passa por dificuldades económicas, ensinando em colégios privados e dando explicações. Ao mesmo tempo continua a participar no *Seara Nova*.

1937 e 1938: publicação das biografias *A Vida de Moisés* e *A Vida de Francisco de Assis*, respetivamente. Neste mesmo ano, deixa de participar no *Seara Nova*.

Em 1939, cria o Núcleo Pedagógico de Antero de Quental. Início da sua participação nas reuniões semanais em casa de António Sérgio.

Em 1940, inicia a elaboração dos *Cadernos de Informação Cultural*. Nesta altura, numa ação que se irá estender até 1943, Agostinho irá elaborar folhetos de iniciação cultural, dará palestras por todo o país e participará em programas de rádio. Publica, entretanto, em 1942, *O Cristianismo* e, em 1943, a *Doutrina Cristã*, que vai despertar a curiosidade da polícia política de Salazar, que o passa a perseguir e a espiar.

Assim, neste mesmo ano de 1943, Agostinho é preso durante dezoito dias e posteriormente condenado à pena de residência fixa, que irá cumprir no Algarve e no Minho.

Publicação, em 1944, de *Conversações com Diótima*.

Neste mesmo ano, Agostinho, desiludido com Portugal, parte para o Brasil.

Em 1945, descontente com o panorama político-social do Brasil, Agostinho partirá para a Argentina, onde lecionará em Buenos Aires, fixando-se posteriormente no Uruguai. Trabalhará nos Colégios Libres de Montevideo até 1947.

Entretanto, publica, em Portugal, no ano de 1945, *Diário de Alceste*, *Glossas* e *Sete Cartas a Um Jovem Filósofo*.

Regressa ao Brasil, em 1947. Passa por São Paulo e muda-se para a Serra de Itatiaia, onde forma uma comunidade de cariz monástico e ecuménico.

Em 1948, Agostinho fixa-se no Rio de Janeiro. Trabalhará no Instituto Oswaldo Cruz a estudar Entomologia e simultaneamente, lecionará Filosofia da Educação na Faculdade

Fluminense, colaborando com Jaime Cortesão, no aprofundamento da obra de Alexandre de Gusmão.

Em 1952, Agostinho fixa-se em João Pessoa para lecionar História Antiga e Literatura Portuguesa na Universidade de Paraíba.

Em 1954, na companhia de Jaime Cortesão, colabora na organização da Exposição Histórica do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Em 1955, ajuda a fundar a Universidade de Santa Catarina, ensinando Literatura Portuguesa e Filologia Românica.

Neste mesmo ano publica *Um Fernando Pessoa*. Assume funções de diretor de Cultura do Estado e trabalhará na Direção-Geral do Ensino Superior, do Ministério da Educação.

Em 1956, publica *Ensaio para uma Teoria do Brasil*, que só será editado dez anos mais tarde.

Publicação da *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, em 1957.

Em 1959, muda-se para a Universidade de Bahia, no Nordeste brasileiro, onde criará o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), e onde lecionará Filosofia do Teatro.

Em 1960, publica *As Aproximações*.

Em 1961, torna-se assessor para a política externa africana do Presidente da República Jânio Quadros. Muda-se para Brasília. Na Universidade de Brasília, criará o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses. Publicação de *Só Ajustamentos*.

Em 1963, parte para a cidade de Tóquio, no Japão, como bolseiro da Unesco, onde dará aulas de Português. Posteriormente, visitará Macau e Timor.

Em 1964, instala-se no Brasil uma ditadura militar que irá colocar em causa as ações pedagógicas e intelectuais de Agostinho da Silva. Muda-se então para Salvador (entre Cachoeira e Salvador, para ser mais exato). Em Cachoeira, fundará a Casa Reitor Edgar Santos.

Em 1965, escreverá, com pseudónimo *As Folhas de S. Bento e Outras*.

Por intermédio de Adriano Moreira, será eleito, em 1968, membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Ainda no mesmo ano, lecionará em cursos de mestrado e doutoramento do Queens College, em Nova Iorque.

Em 1969, Agostinho da Silva regressa a Portugal. Dedicar-se-á essencialmente à escrita.

Em 1970, escreve *Educação de Portugal*.

Entre 1970 e 1972, escreverá vários artigos na revista *Vida Mundial*.

Em 1974, escreve *Proposição*.

Depois da revolução de 25 de Abril, Agostinho regressa ao ensino.

Em 1976, reforma-se pelo Governo Brasileiro. Muitos anos depois de ter regressado a Portugal, o Governo Português restituirá os retroativos respeitantes aos anos da ditadura do Estado Novo.

Em 1977, escreve *Pensamento em Farmácia de Província*.

Em 1982, escreve *Fantasia Portuguesa para Orquestra de História e de Futuro*.

Nesse mesmo ano, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, Agostinho regressará a Dakar, no Senegal, para ministrar um curso intitulado *Fernando Pessoa – Mensagem, História, Ideologia, Mitologia e Projeto*. Ficarà aproximadamente um mês neste país.

Em 1983, é nomeado diretor de Estudos Latino-Americanos do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Técnica de Lisboa e do Gabinete de Apoio do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Em 1984, escreve *Dez Notas Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*.

Entre 1986 e 1987, escreverá *Cartas Várias*.

Em 1987, receberá a grã-cruz da Ordem de Santiago de Espada.

Entre 1987 e 1988, escreverá *É a Hora*.

Entretanto, em 1988, viajará a Moçambique.

Nesse mesmo ano, é eleito membro da Academia da Marinha.

Em 1990, participará no programa *Conversas Vadias*, da Rádio Televisão Portuguesa.

Em 1992, renacionaliza-se português.

No dia 3 de Abril de 1994, dia da ressurreição do Senhor, Agostinho morre em Lisboa. É sepultado no cemitério do Alto de São João.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Informação biográfica recolhida na obra de MANSO, ARTUR, *Agostinho da Silva – Aspetos da sua Vida, Obra e Pensamento* e também na obra de PINHO, ROMANA, *O Essencial de Agostinho da Silva*.

## Introdução

Definir a obra, a personalidade e pensamento de Agostinho da Silva é, sem dúvida, um empreendimento arriscado. Porém, já muitos outros autores o fizeram e, com isso, facilitaram, e muito, a tarefa para os novos investigadores. Uma vez constatada a pluridimensionalidade da sua vida e obra, conclui-se que estamos perante uma das personalidades lusófonas mais intrigantes e paradoxais do século XX. Não é de surpreender que o filósofo nunca se tenha assumido como simpatizante de qualquer campo político ou filosófico. Aliás, é impressionante como, à medida que se analisa o conjunto de textos que o autor escreveu ao longo da sua vida, bem como os estudos e ensaios consagrados ao mesmo, comprova-se a forma como Agostinho da Silva se posicionou como “um marginal”, um carácter que sempre se colocou à margem do que é considerado “politicamente correto”, uma figura que sempre fugiu a todo o tipo de classificações mundanas e científicas ou a rotulagens do pensamento. A sua visão da vida, que ao filósofo se afigurou como instável, bela e imprevisível, jamais lhe permitiu estabelecer uma posição filosófica redutora que aprisionasse apenas fragmentos da verdade: aliás, sempre fora esse um dos seus grandes receios. Porém, os ingredientes essenciais que caracterizam um pensador sempre estiveram presentes em Agostinho: uma curiosidade inabalável, uma impetuosidade mélica movida por valores excecionalmente elevados como o “amor pleno” pelo outro e um inefável amor pela vida. Alguns argumentam que foi um profeta. Outros, um comunista. Muitos classificam-no como sendo da extrema-direita ou extrema-esquerda política. Outros, um pedagogo. Para uns, um filósofo. Outros classificam-no como um escritor, um professor, filólogo, utópico ou um defensor da lusofonia.

Quando estive no Brasil, Agostinho da Silva fora muitas vezes visto como um espião da ditadura de Salazar. Contudo, para o Estado Novo, Agostinho sempre representou um perigo subversivo para os seus mandamentos. O paradoxo, a contradição, o inominável representaram para Agostinho uma forma de estar no mundo – isto porque considerava que o próprio mundo contém em si formas e forças misteriosas que desafiam constantemente a lógica e a razão. A única forma de abraçar a vida seria conceder uma disponibilidade absoluta do espírito, um entregar-se de tal forma que permitisse ao seu corpo ser uma “boia” que flutuasse ao sabor da corrente do rio. Quando se deixou flutuar, atingiu todos os seus objetivos – afirmou o próprio, enquanto – relembra-nos – quando forçou e procurou incessantemente o que quer que fosse, demorou imenso tempo a conseguir. É natural que a própria vida tenha ensinado ao professor que o mundo não é apenas sistemas lógicos de pensamento nem estruturas sólidas e perfeitas de betão e cimento. É algo mais. E fora sempre esse algo mais que o filósofo almejou, ao longo da sua vida: o de compreender o seu papel no mundo, o sentido da existência humana e, já que era Português e



Brasileiro, o papel de Portugal, do Brasil e dos países lusófonos no mundo. Quando afirmou numa entrevista que “gostaria que o português se especializasse no imprevisível”, nada mais se pode acrescentar a uma personalidade que não pode ser definida. Imprevisível foi o seu pensamento que ditou acções imprevisíveis que, sem dúvida, deixaram obra no mundo. Daí que Agostinho tenha referido na obra “Pensamento à Solta” que “Contradizer-me me dá segurança de que atingi a verdade possível”<sup>2</sup>, ou quando afirmou que “Não sou do ortodoxo nem do heterodoxo; cada um deles só exprime metade da vida; sou do paradoxo que a contém no total”.<sup>3</sup> Estas afirmações repercutem-se no campo da filosofia.

Agostinho da Silva sempre defendeu que a filosofia poderia ser uma armadilha muito perigosa. Uma vez que se entende que a filosofia, ou o amor pela sabedoria, procura um sistema coerente e racional do pensamento que procura a verdade, é porém, neste baú onde desagua o saber que pode residir o risco: perigo de nos afastarmos da verdadeira vida; perigo de nos desinteressarmos de outros campos que não estejam incluídos no objeto de reflexão que se almeja; perigo de estarmos apenas perante um fragmento da verdade. Perigo por deixarmos de fora a nossa capacidade de deslumbre, de espanto e de abertura de espírito, características tão caras a Agostinho da Silva. É bastante provável que designar Agostinho da Silva por filósofo talvez não seja o mais adequado. Porque mais do que um “amor pela sabedoria”, o mesmo demonstrou um efervescente amor pela vida. Não falarei aqui da trajetória de vida do autor – já lhe foram dedicados estudos mais do que suficientes e bastante elucidativos a esse respeito. Mas é impressionante a forma como alguém assimilou os ensinamentos mais profícuos de António Sérgio, aliado à forma como interpretou os ensaios de Montaigne, bem como os ensinamentos de Jesus Cristo à luz do evangelho segundo São João, não esquecendo as ações de Joaquim de Flora e a importação do espírito Franciscano para Portugal, lembrando-nos as ações da Rainha Santa Isabel de Alenquer e a boda ao Divino Espírito Santo e a forma como este culto apareceu nos Açores, Brasil e na Califórnia, cruzando-os, não exatamente por esta ordem, com a epopeia dos descobrimentos portugueses, os cantares da ilha dos amores de Camões, a voz messiânica do Padre António Vieira, as heteronímias de Fernando Pessoa, para se fundir numa visão absoluta da vida e de eternidade cujo fim último é a liberdade.

Agostinho da Silva acredita que, todas as pessoas, no fundo, só anseiam a liberdade. Uma das suas virtudes consistiu em ter sempre a um martelo numa mão e a caneta na outra. Pela palavra, brilhava um espírito livre que defendia que “Não há liberdade minha se os outros a não têm”.<sup>4</sup> E esta foi a fórmula que sempre comandou as suas ações, a sua forma de estar e de ser no mundo ao longo da sua vida.

---

<sup>2</sup> SILVA, AGOSTINHO, *Pensamento à Solta*, p. 145.

<sup>3</sup> IDEM.

<sup>4</sup> IBIDEM, p. 150.

Dedicou a sua vida pela demanda do Paraíso. Ao longo da sua trajetória de vida, procurou encontrar o motivo que levou o homem e a mulher a perderem para sempre o paraíso na terra – paraíso que nunca mais viram e que nunca mais voltou. Um dia pensou ter encontrado essas respostas. Investigador e viajante infatigável, encontrou muitas respostas em todos os cantos do mundo, e também em muitos livros de países distantes, não obstante, a grande resposta para a sua pergunta estava dentro de si. A resposta para a sua pergunta estava entranhada na cultura que o viu nascer. Este trabalho pretende explorar a sua demanda pela idade de ouro e retratar os seus estudos e investigações a este respeito. Para Agostinho, o homem nunca perdeu verdadeiramente o paraíso. O paraíso é que perdeu o homem. Não se sabe muito bem nem por que motivo aconteceu. Todavia, vislumbrou na cultura portuguesa momentos que representaram verdadeiras hierofanias e episódios ilustrativos que demonstram que o homem nunca deixou de procurar esse paraíso na terra. Esses sinais da história foram cruciais para o desenvolvimento do seu pensamento. Não estando satisfeito com a conceção de sociedade do seu tempo, procurou melhorá-la dando o melhor de si próprio. Sempre agiu de acordo com o que pensava, o que lhe trouxe muitos dissabores na ditadura de Salazar. Porém, ganhou o Brasil com a sua chegada. E ganhou a lusofonia com a sua ida.

## **Organização de trabalho**

É inegável a evolução do pensamento de Agostinho da Silva nas diferentes etapas da sua vida, como comprovam diversos estudos efetuados à obra e vida do autor desde a sua morte em 1994. Neste espaço de dezoito anos, desde a altura do falecimento do filósofo até aos nossos dias, é impossível ignorar a quantidade de análises, biografias e estudos consagrados à multidimensionalidade do pensamento de Agostinho da Silva. Embora as diversas áreas do saber procurem nos diversos textos e obras de Agostinho da Silva temas tão diversos como a sua fundamentação pedagógica, ou a sua perspetiva cultural, ético-política, filosófica ou religiosa, pretende-se, com este trabalho, não entroncar exclusivamente numa área de saber, mas tentar ir ao encontro do carácter pluriforme do pensamento de Agostinho da Silva.

Esta dissertação, *A Mediação Cultural em Agostinho da Silva na Senda do Quinto Império*, tal como o título sugere, pretende ir ao encontro da teoria providencialista de Agostinho da Silva, que, à semelhança de outros autores portugueses como Sampaio Bruno, Fernando Pessoa, António Vieira, Dalila Pereira da Costa, António Telmo, Natália Correia, Manuel Gandra, entre outros, acreditam que se reveste de total importância para o pensamento português e lusófono. Assim, a principal preocupação deste trabalho incidirá sobre a constatação das condições de possibilidade da abertura de uma possível mediação cultural a ser concretizada não só pelos portugueses, mas por todos os falantes da língua portuguesa no mundo.

Uma mediação cultural e espiritual, como Agostinho da Silva prognosticou, para levar a cabo novos mundos ao mundo, não um mundo material, mas um mundo espiritual. Com efeito, será possível ao Português e ao lusófono (e simpatizantes da lusofonia) serem os mediadores para uma nova forma de estar e de ser no mundo? Será possível, tal como Agostinho da Silva profetizou – na linha do Padre António Vieira Camões e Fernando Pessoa – ser a Língua Portuguesa portadora de uma mensagem genuína de uma nova visão do mundo? Qual poderá ser a sua mensagem? Qual poderá ser o papel da lusofonia perante o desacerto económico-político que reveste o mundo e, sobretudo, perante os chamados países ocidentalizados ou altamente desenvolvidos? Que Quinto Império é esse que Agostinho mencionou que “de império não tem nada, a não ser o nome”?

Assim, recorrendo a uma visão histórica, pretende-se trabalhar três capítulos fundamentais: o primeiro capítulo será dedicado a analisar a demanda agostiniana pela “Idade de Ouro” a partir dos textos e obras de juventude até às suas obras de maturidade. Este é um ponto fundamental para compreendermos que a procura do “paraíso perdido” – utilizando um termo bíblico – desde sempre foi o epicentro para onde se canalizou a atenção, o estudo e o pensamento de Agostinho da Silva ao longo da sua vida.

Desta forma, começando por interessar-se exclusivamente pelo “ideal helénico”, como comprova a sua tese de licenciatura *A Religião Grega* (1930) e o seu doutoramento *Sentido Histórico das Civilizações Clássicas* (1931), Agostinho vislumbrou neste modelo o ponto de apoio para a fundamentação das suas teses que, posteriormente, se desenvolveram para dar lugar à defesa da possibilidade da instauração de um “paraíso na terra”, como comprovam as suas obras *O Cristianismo*, *Doutrina Cristã* e *A Comédia Latina*. Consideramos, por isso, importante percorrer o raciocínio de Agostinho dando especial atenção à forma como Portugal se organizava socialmente no século XIII, tendo em conta o poder dos municípios e as suas constituições particulares, os chamados forais, bem como o papel do rei, para compreendermos a origem e acolhimento por parte do povo do Culto Popular do Espírito Santo, culto este que o filósofo considerou de extrema importância para a cultura portuguesa. É inevitável neste ponto abordar a importância que Joaquim de Fiore teve na evolução do pensamento agostiniano no que concerne à sua visão da “eternidade do mundo”.

No segundo capítulo – ainda na demanda da “Idade de Ouro” – iremos abordar a posição teológica do filósofo. Por que razão Agostinho da Silva considera que o fim último do homem é ser livre no pensamento, na ação e no espírito? Porque só desta forma o homem comungará com o sagrado: se o homem for livre, Deus é livre. Se o homem não for livre, Deus também estará acorrentado. Se Deus, pela voz do Filho, anunciou uma nova era, a do Espírito Santo e a liberdade como fim último da condição humana, então caberá ao homem lutar contra toda a opressão contra Deus que habita no coração dos homens. Só dessa forma o homem poderá brilhar como “uma

partícula de Deus”. De seguida, iremos abordar a importância da coroação da criança-imperador enquanto momento simbólico e simultaneamente real para a cultura portuguesa.

Através da fusão das teorias atrás referidas, iremos abordar a conceito de “imprevisível” segundo o autor, procurando analisar a importância das heteronímias de Fernando Pessoa para o pensamento agostiniano. De seguida, com base nesta análise, fundamentaremos as condições para uma possível mediação cultural para o Quinto Império. Num momento posterior, abordaremos a visão que o autor tem sobre as religiões. Para o pensador, é absolutamente necessária uma visão verdadeiramente ecuménica para congregar pessoas de diferentes ideologias ou credos. Só uma visão pluralista e inter-religiosa providenciará um caminho para a paz, missão que o pensador considera perfeitamente ao alcance da Lusofonia. No penúltimo ponto, iremos analisar a importância estratégica que o Brasil poderá ter para o futuro da Lusofonia e consolidação do Reino do Espírito Santo na terra. Por fim, o Quinto Império. Aqui colocaremos a visão aglutinada e “transantinomizada” de Agostinho da Silva sobre o que é o Quinto Império e em que condições se poderá alcançar e concretizar este projeto complexo e, para muitas pessoas, utópico.

Em relação ao terceiro capítulo do trabalho, entroncaremos na visão político-pedagógica do filósofo. No entender de Agostinho da Silva, a escola estatui-se como indispensável para a formação de homens e mulheres livres, condição tão necessária para a obtenção de uma sociedade justa, livre e criadora. Este tema inspirar-se-á nas teorias pedagógicas do autor que afirmou “a escola é vida”, tal como no papel atribuído à centração pedagógica na criança e ao papel do educador no desenvolvimento deste. Este capítulo apoiar-se-á nas várias entrevistas que o filósofo concedeu à comunicação social, bem como, na análise de um conjunto de obras desenvolvidas pelo autor. Por outro lado, não deixaremos de considerar a visão da economia e, mais concretamente, do capitalismo, enquanto sistema fundamental e necessário para a libertação do homem.

Assim, este capítulo será uma síntese final de todas as teorias abordadas neste trabalho. A partir da década de 40 e 50, o autor desenvolverá a sua teoria do Espírito Santo, onde abarcará as várias teses que desenvolveu na primeira fase da sua vida, como o privilégio do comunitarismo face ao mercantilismo, a sua posição acerca de Deus, o privilégio do Amor face à razão, a valorização da ciência e da técnica, a criança como via salvadora do futuro e a sua posição do Espírito como fonte primeira e sentido último da existência. A fórmula para toda a acção de Agostinho da Silva, num momento posterior da sua vida, passa a ser “espírito”, que desaguará na teoria providencialista, na missão de Portugal e dos falantes de língua portuguesa no mundo.

## Enquadramento do pensamento Agostiniano no presente trabalho

Uma vez que a obra e vida do filósofo são indissociáveis, julgamos importante esclarecer a génese do pensamento do filósofo, recorrendo para este efeito ao ensaio aglutinador de Miguel Real, *Agostinho da Silva e a Cultura portuguesa*, onde se esclarece, de uma forma límpida e sistematizada, as diversas investigações dedicadas a Agostinho da Silva até aos nossos dias, distinguindo os diversos trabalhos e autores conforme as suas áreas de saber, sejam de pendor pedagógico, cultural ou espiritual. Neste sentido, acreditamos que, para a elaboração de qualquer trabalho de Agostinho da Silva, seja qual for a área de saber, é indispensável consultar este ensaio esclarecedor, sistematizado e, sobretudo, inspirador. Através deste trabalho, qualquer investigador poderá assimilar um conjunto de ideias fundamentais para compreender as teses que, cronologicamente, caracterizaram as diferentes etapas do pensamento de Agostinho da Silva. Logo, esta dissertação considera importante destacar e abraçar a proposta de Miguel Real quando sugere que, entre 1928 e 1970, através dos textos de Agostinho da Silva, podem-se detectar três vetores referenciais do seu pensamento:

A primeira é caracterizada por um vetor racionalista, “vinculado a um fortíssimo sentido pedagógico da assunção e divulgação das teses da “Escola Nova”, contestatárias do papel central e absoluto do professor na transmissão dos conhecimentos no interior da sala de aula, reivindicando para o aluno, enquanto pessoa e enquanto educando, com os seus interesses, os seus erros e a sua liberdade, o lugar privilegiado de toda a educação”.<sup>5</sup>

O segundo vetor, mantendo ainda um cariz racionalista, “mas animado por um fundo religioso, um forte sentido de justiça social, postulando a sociedade como lugar de encontro entre iguais que a evolução histórica e o progresso social teriam subvertido, impondo hierarquias entre homens e mulheres, superiores e inferiores, cultos e ignorantes, Deus e a humanidade, a igreja e o rebanho dos crentes, de que os opúsculos *A Doutrina Cristã* e *o Cristianismo* se constituem como contestação directa”.<sup>6</sup>

Por último, um terceiro vetor, que se pode caracterizar por um forte sentido de espiritualização das teses de Agostinho da Silva, ao longo da década de 60, que se encontram nos textos *Cartas a um Jovem Filósofo*, *Conversação com Diotima*, *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, *Um Fernando Pessoa*, *Aproximações*, *Só Ajustamentos*, bem como em diversos artigos que escreveu.

Neste sentido, dada a pluridimensionalidade da sua obra, no que toca às vertentes sócio-pedagógica, ético-política e filosófico-religiosa, é muito difícil ir ao encontro de um só tema, uma vez que todas estas vertentes estão ligadas entre si, sendo que, porém, é unânime entre diversos

---

<sup>5</sup> REAL, M., *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, p. 39.

<sup>6</sup> IDEM, pp. 39-40.

autores a constatação de produção de pensamento original de Agostinho da Silva, quando este, aos trinta e oito anos, foi para o Brasil, em 1944, onde – como comprovam os estudos de Romana Valente Pinho, Paulo Borges e Miguel Real – se libertou dos constrangimentos do racionalismo seareiro, adoptando “por via de uma intensa religiosidade, a genuína vertente espiritual do seu modo de ver o mundo, criador de uma nova teoria filosófica, centrada na visão espiritual do homem e da sociedade, resgatando, porém, da fase anterior, o privilégio atribuído à criança, que ora sacraliza como Imperador do Mundo, e a sua total confiança na existência de uma sociedade sergiana de homens iguais”.<sup>7</sup> É nesta fase espiritualista que o filósofo vai abraçar as teses ético-políticas e racionalistas da segunda fase da sua vida, bem como a vertente sociopedagógica da sua primeira fase, afastando perspectivas contraditórias, aglutinado todas estas teses numa só, não deixando esta de ser, por isso, multifacetada, complexa e pluridimensional. Nesta via, Romana Valente Pinho propõe, no seu livro, *Religião e Metafísica no Pensar de Agostinho da Silva* o termo “Transantinomização”<sup>8</sup>, a que Miguel Real faz especial referência “como síntese da teoria filosófica madura de Agostinho da Silva e como projecto de superação e revolução da totalidade dos valores, conceitos e existências antinómicas e sua derradeira fusão numa vida plena espiritual”.<sup>9</sup> A proposta de Romana Valente Pinho é um conceito importante para a metodologia deste trabalho que procurará e analisará, sobretudo, as teorias filosóficas maduras de Agostinho da Silva, sem negligenciar, obviamente, todas as outras importantes fases do seu pensamento.

---

<sup>7</sup> IBIDEM, p. 42.

<sup>8</sup> PINHO, R., *Religião e Metafísica no Pensar de Agostinho da Silva*, p. 42.

<sup>9</sup> REAL, M., *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, p. 65.

## Capítulo I: A demanda pela Idade de Ouro

*Não te parece Diotima, que devemos seguir o Deus no  
caminho que nos indica,  
que devemos obedecer ao seu aceno,  
ir com ele na aspiração imensa que o toma para a  
liberdade e para a visão do geral?*

*Conversação com Diotima*, in Textos e Ensaios Filosóficos I, p. 155.

Na sua tese de licenciatura intitulada *A Religião Grega* (1930) e na sua tese de Doutoramento no ano a seguir, Agostinho da Silva retira do paradigma da civilização helénica a lição da busca civilizacional de Beleza como sentido da vida individual e colectiva, harmonizada com a experiência pessoal do sagrado, expressa nos “mistérios”, cujo ritual de iniciação funde profano e sagrado, vida pessoal e comunitária. Agostinho interpreta-a como a religião da “Alegria”, da plena comunhão cósmica, onde “cultura e religião devem animar todas as esferas da vida quotidiana, fundindo-se com estas – característica que permanecerá ao longo da evolução do seu pensamento, recusando sempre a separação entre pensamento e vida, sagrado e profano, conhecimento e objecto do conhecimento”.<sup>10</sup> Desta forma, Agostinho estatui o ideário helénico como modelo de sociedade a seguir, uma vez que compreendeu na cultura grega a importância da junção entre o homem e os deuses como elemento fundamental para uma reintegração do humano para a “vida plena”. A este propósito, diz-nos Romana Valente Pinho que “Agostinho da Silva não só se mostra entusiasmado com os preceitos da Grécia Antiga, como idealiza uma sociedade que coloca a “vida plena” como escopo primordial, despreocupando-se com a moral (já que este anula a vida), com as regras sociais (no fundo, são estas que incrementam a Dor), e com o tempo cronológico e mortal”.<sup>11</sup> Nesta obra de juventude, Agostinho assume a religião e o espírito como fundamentais para a formação do homem, uma vez que é a partir destes dois conceitos que se permitirá ao mesmo “libertar a partícula de Dionísio ou a centelha divina nele contida para que reintegre e complete a ““grande natureza divina”, gozando a “Alegria” da uni-totalidade”.<sup>12</sup> Como nos fez notar Romana Valente Pinho<sup>13</sup>, é inegável, nesta obra, a constatação de uma reflexão religiosa muito apurada, tal como é patente um aprofundamento espiritual do filósofo.

---

<sup>10</sup> REAL, M., *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, p. 43.

<sup>11</sup> PINHO, *O Essencial de Agostinho da Silva*, p. 60.

<sup>12</sup> BORGES, P., *Uma Visão Armilar do Mundo*, p. 168.

<sup>13</sup> PINHO, *O Essencial de Agostinho da Silva*, p. 61.



Anos mais tarde, já no Brasil, Agostinho escreve a obra *A Comédia Latina*, onde defende que a Idade de Ouro não é um mito, apoiando-se em diversos estudos preconizados por viajantes e etnógrafos que atestariam a veracidade de que, em finais do século XIX e inícios do século XX, viveram pequenas comunidades espalhadas pelo mundo mergulhadas no estado paradisíaco descrito pelos mitos da “Idade de Ouro”. Estas populações ditas primitivas alimentavam-se de frutos, viviam “extremamente alegres”, não existindo um regime castrador no que toca à submissão da mulher e da criança perante o homem, ou a existência de propriedade ou de religião organizada. Perante estes factos, Romana Valente Pinho fornece-nos uma conclusão muito clara: “Segundo Agostinho, poder-se-á concluir que a Idade de Ouro corresponde a uma existência beatífica, que a ideia de um Deus transcendente (já que os povos primitivos não tinham religião) só se constitui a partir da evolução social (no fundo, surge com as noções de propriedade e de estado e, consequentemente, com o adensamento da ideia de medo) e que a queda desta era primordial se dá com o advento da guerra do homem com a natureza”.<sup>14</sup> Com este rasgar da unidade primitiva da Idade de Ouro, nascem as primeiras sociedades, o “sentido de posse”, a escravização das mulheres e dos animais, as religiões organizadas (transcendência do divino), juntando-se a criança que é profanada pela “pedagogia à submissão e extinção gradual dos instintos e das espontaneidades criadoras que não podem ter cabimento nesta forma de “vida social”, antropocêntrica e patriarcal”.<sup>15</sup>

Numa primeira análise, a ida para o Brasil foi, sem dúvida alguma, benéfica para o desenvolvimento do pensamento de Agostinho da Silva, porque permitiu-lhe compreender que, afinal, é possível para o homem e para a humanidade atingir a “Idade de Ouro”. Como já referimos, desde a publicação da obra *Religião Grega*, o filósofo estatuiu a demanda da espiritualidade como elemento fundamental para o humano atingir a verdade ou a “comunhão cósmica”. Com efeito, uma vez compreendido o facto de quase todas as religiões organizadas terem optado, por diversas razões, por um Deus transcendente e inacessível, Agostinho vislumbra neste ponto a “raiz do mal” e fonte de todas as subversões do homem. Importa, por isso, na sua opinião, encontrar uma forma de devolver ao homem aquilo que nele está contido e de promover a sua natureza que, acredita ser “mais do que boa, excelente”. Neste sentido, Agostinho vai apresentar o Cristianismo “como agente ressacralizador do devir humano [...] e remissor da humanidade”.<sup>16</sup> Enfatiza-se, neste período para Agostinho, a procura incansável e incessante do Reino da Idade de Ouro que, entretanto, a humanidade perdera algures pelo caminho.

---

<sup>14</sup> IDEM, pp.61-62.

<sup>15</sup> BORGES, P., *Uma Visão Armilar do Mundo*, p. 169.

<sup>16</sup> PINHO, *O Essencial de Agostinho da Silva*, p.62.



## O Cristianismo

Num dos seus mais célebres textos, *O Cristianismo* (1942), juntamente com o texto *Doutrina Cristã* (1943), Agostinho expõe, claramente, a sua visão do cristianismo original e autêntico em contraposição com a igreja oficial, que passou a conotar o pensador como perigoso e subversivo. É a partir deste texto que Agostinho “postulará a sociedade como lugar de encontro entre iguais que a evolução histórica e o progresso social teriam subvertido, impondo hierarquias entre homens e mulheres, superiores e inferiores, cultos e ignorantes, Deus e a Humanidade, a Igreja e o rebanho dos crentes”.<sup>17</sup> Como Miguel Real nos fez notar na sua obra *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa* (2007), “Vida Plena”, significa, em 1930, o que o autor designará, dez anos mais tarde, analogicamente, por comunidade cristã, e, já na década de 1950, por Império do Espírito Santo”.<sup>18</sup>

O filósofo, depois de atacar ferozmente os dogmas atuais da Igreja oficial, esboça uma reflexão sobre a personalidade de Jesus Cristo, utilizando como base o Novo Testamento, particularmente o evangelho de S. João. Para o pensador, independentemente de se ser possível ou não ajuizar a existência histórica concreta de Jesus Cristo, o mais importante foi, sem dúvida, o que o fez ser tomado como um guia dos homens, ou seja, “a sua personalidade, a um tempo cheia de amor e de audácia, foi o calmo, sincero egoísmo que o fez ir em defesa dos pobres, dos humildes, contra uma organização social que os oprimia, foi o entusiasmo, a piedade que o levaram a trazer aos homens a esperança de um magnífico futuro, foi a sua crença de que há um fundo bom na humanidade e de que é possível construir na terra um paraíso”.<sup>19</sup> Este paraíso, ou Reino dos Céus, ou Reino de Deus, aponta Agostinho, não é “um paraíso distante e vago”, mas um reino que há-de vir aos homens e não os homens ao reino: “os textos são claros quando dizem é a terra que os bons possuirão, não o céu”. Assim, para Agostinho, o “Reino de Deus quer dizer Reino Divino, isto é, realização na terra do Pensamento de Deus”. Para que este reino se estabeleça é necessário adotar o modelo perfeito que é a criança. As crianças são naturais, boas, efêtuosas, sem preconceitos e férteis na criatividade, sendo necessário ao homem fazer um esforço pela bondade, para que vire de rumo na sua conceção de vida, desprendendo-se da vida material e dos bens terrestres “para não trabalhar por eles contra os outros, a do amor dos homens como único culto digno de verdadeiros adoradores de Deus”.<sup>20</sup>

De salientar que esta interpretação que Agostinho faz do cristianismo original, constituirá uma autêntica “bomba” para o Estado Novo, que passará a conotar Agostinho como um comunista

---

<sup>17</sup> REAL, M., *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, p. 40.

<sup>18</sup> REAL, M., *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, p.53.

<sup>19</sup> SILVA, A., *O Cristianismo*, p. 73.

<sup>20</sup> IDEM, p. 77.

subversivo e um traidor da pátria. Contudo, para o filósofo, o despreendimento dos bens materiais é visto como condição indispensável para o regresso da “vida plena” e consequente liberdade espiritual, sendo que o amor pelo outro estatui-se como essencial para uma fusão com o divino, com o sagrado e o profano.

Nesta linha de raciocínio, refere Agostinho que “Deus não exige de nós nenhum culto; prestamos a nossa homenagem a Deus [...] quando desenvolvemos a nossa Inteligência e o nosso Amor: um laboratório, uma biblioteca, uma escola, uma oficina são templos de Deus; um homem é um templo de Deus, e o mais belo de todos”.<sup>21</sup> Nesta leitura, é o homem o sentido último de todas as coisas, um destino que deverá ser orientado para conseguir viver a “vida plena”, em inteira comunhão com o divino, exercendo o seu direito de viver alegremente a vida, sem preocupações de ordem sensível e com inteira liberdade para criar. Se, para o pensador, “tudo o que existe contém Deus, Deus contém tudo o que existe”<sup>22</sup> – visão que o coloca em clara sintonia com o pensamento de Espinosa que considera “*Deus Sive Natura*” – então “a visão mais alta que podemos ter de Deus, nós que somos uma parte do universo, é uma visão de Inteligência e de Amor; os pecados fundamentais que o homem poderá cometer são as limitações da Inteligência e do Amor”.<sup>23</sup> Por outras palavras, tudo o que se opuser ao desenvolvimento da Inteligência e do Amor, como a ignorância, a violência e o ódio, limita o espírito humano e, consequentemente, impede que se sinta a grandeza e a universalidade de Deus. Assim, conclui Agostinho que, para que se possa compreender Deus na sua plenitude, para que o homem se possa aperfeiçoar e com ele o outro, o homem precisa de ser livre. São três as liberdades essenciais que a humanidade tem o dever de procurar e encontrar: liberdade de cultura, liberdade de organização social e liberdade económica.

Pela liberdade de cultura, o homem poderá desenvolver ao máximo o seu espírito crítico e criativo.

A liberdade de organização social pressupõe que o homem intervenha no “arranjo da sua vida em sociedade, administrando e guiando, em sistemas cada vez mais perfeitos à medida que a sua cultura se for alargando; para o bom governante, cada cidadão não é uma cabeça de rebanho; é como o aluno de uma escola de humanidade: tem de se educar para o melhor dos regimes, através dos regimes possíveis”.<sup>24</sup>

Por último, entende-se por liberdade económica a possibilidade de se assegurar para o corpo e espírito o necessário para que o homem se liberte das preocupações de ordem material para, desta forma, dedicar-se ao que “existe de mais belo e mais amplo”.

---

<sup>21</sup> SILVA, A., *Doutrina Cristã*, p. 82.

<sup>22</sup> IDEM, p. 81.

<sup>23</sup> IBIDEM.

<sup>24</sup> IBIDEM.

Nesta obra, Agostinho observa que, para o homem ser totalmente livre, não poderá existir nenhuma restrição de cultura ou coação de governos, bem como nenhuma propriedade. Todos os homens poderão ser “sacerdotes” porque todos têm capacidade de inteligência e de amor. Por outro lado, todos aqueles que vivem para reprimir e injustiçar os outros, todos aqueles que desvirtuam e colocam barreiras ao espírito humano, estão longe de Deus. Cabe, por isso, àqueles que – pelas circunstâncias da vida – subiram mais “alto”, terem a ousadia de ajudar o outro a “transpor o longo caminho” que ainda tem pela frente.

### **Conversação com Diotima**

Como já foi referido, é na obra *Conversação com Diotima* (1944), que Agostinho confronta os valores do ideal helénico com o Cristianismo. Se até esta data o filósofo define a civilização grega como a civilização ideal, os seus valores serão postos em causa quando o Estrangeiro (que é o próprio Agostinho) em conversação com Diotima, demonstra que a procura da verdade que caracterizou este período careceu de uma verdade fundamental. Afinal, para Sócrates, a contemplação das coisas belas é um dos caminhos mais amplos para que se possa apreender toda a harmonia universal e o que existe de mais alto e nobre. Contudo, para Agostinho, não há, afinal, belo no mundo senão a alma do que contempla: se a beleza se contém no amante e não no objeto amado, o verdadeiro amante amará o belo e o feio, sem que os possa distinguir. Não se pretende dizer, porém, que o filósofo negligenciará ou refutará, a partir desta fase da sua vida, a idiossincrasia grega que subjaz em todo o seu húmus: Agostinho permanecerá um helénico até ao final da sua vida. Porém, no entender agostiniano, os gregos esqueceram-se de uma questão fundamental: muito mais do que arte, ciência, filosofia ou religião, o amor vale mais do que qualquer um destes empreendimentos. Quando Diotima questiona o Estrangeiro se vale mais o amor do que qualquer dos outros meios acima referidos, eis que o Estrangeiro responde:

“Creio que sim Diotima, que é esse exatamente o mais poderoso de todos, mesmo na sua forma mais grosseira de amor terrestre em que, num momento de união de dois corpos, a alma se afunda nos abismos do que já quase não é vida; do amor se desperta como dum êxtase, porque aparência e alma se fundiram num todo. No entanto, Diotima, é bem certo que o despertar do amor é mais doloroso do que o despertar da arte ou da ciência; a fusão no total fez-se por intermédio de uma parte dos corpos, de uma aparência individual: houve como que um engano, uma ilusão, que depois temos de pagar. Mas é bem diferente, Diotima, se o mesmo ímpeto de abraço e de posse se dirige não ao que há de separado, de diferente, de individual no corpo, mas ao que nele há de comum com os outros; quem ama carnalmente pouco ama, porque se prende ao indivíduo. O grande amor, Diotima, está para além das ilusões, está para além do que o deus pode ver como

a simples ligação de duas aparências. O amor de que tu mesma falaste, o amor que supera o nosso corpo e os outros e dando-se a conquista da vida, esse é o único amor que pode por mais tempo tornar menos dolorosa ao deus a necessidade de viver”.<sup>25</sup>

Para o Estrangeiro, à força do amor, nada pode resistir, “nenhuma aparência é obstáculo”, “tudo se funde ao calor da chama que abrasou o universo”. Quem ama, tudo vence. O mundo, sem amor, é sempre um jogo de espectador e espetáculo. No amor, “tudo se liga e funde”. Se a dor é a essência da vida, “a sua característica inseparável”, “não há para os homens outra coisa a fazer senão lançarem-se à tarefa de libertação, cada um segundo a via que for mais própria ao seu talento”<sup>26</sup>. Neste contexto, considera Agostinho que a ideia que os Gregos tinham de humanidade é “bastante estreita”. Muito mais do que pensamentos sobre o amor, ou o amor das ideias ou o amor da beleza, ou o mesmo o amor “que dá a morte de Sócrates”, Agostinho aborda um outro amor, “capaz de sacrificar todas as possibilidades de quem o sente, para que o inferior não fique na sua inferioridade. Há um amor que morre pelas linhas puras das estátuas, pela liberdade dos ginásios, pela eloquência das assembleias, pela dialética dos filósofos [...]. Mas outro amor poderia talvez existir no mundo; não sei de quem o já tenha sentido, mas imagino que não é impossível: e se um dia surge na terra o amor em que penso – o amor que morrerá pelos escravos, pelos humildes, pelos vagabundos que nem sequer têm onde recostar a cabeça, o amor que se sacrifica por aqueles que parecem não ter mérito algum, então, quase tenho a certeza, a vida seguirá rumos que hoje nos parecem totalmente fechados”.<sup>27</sup> Longe de pretender refutar ou esquecer os ensinamentos da Grécia, Agostinho acredita na inteligência grega fundida com uma cristandade universalista, pois “... o pleno amor se não pode compreender senão ligado a um pleno raciocínio”.<sup>28</sup> Neste enquadramento, torna-se necessário que amor e inteligência concorram “nesse esforço de aniquilar a vida, para que a dor desapareça”.<sup>29</sup>

Neste texto, é notória e significativa a viragem de rumo do pensamento de Agostinho da Silva. Nesta fase, Agostinho compreende que na civilização grega faltava algo de fundamental que servisse ao homem de “motor” para a vida, para a verdadeira “vida plena”.

---

<sup>25</sup> SILVA, A., *Conversação com Diótima*, in *Textos e Ensaios Filosóficos I*, p. 160.

<sup>26</sup> IDEM, p. 163.

<sup>27</sup> IBIDEM, p. 167.

<sup>28</sup> IBIDEM.

<sup>29</sup> IBIDEM, p. 168.

## Posição Histórica da Idade Média de Agostinho da Silva

Uma vez observada a forma como Agostinho da Silva prevê no cristianismo original e na Figura de Jesus Cristo a hipótese para se operar uma “transmutação de todos os valores” no homem e na sociedade – e desta forma, uma possibilidade séria para o retorno utópico da “Idade de Ouro”, eis que o pensador nos surpreende, quando interpretou a idade média portuguesa como um “verdadeiro Renascimento”.

Para Agostinho da Silva, foi precisamente na idade média que Portugal conseguiu a melhor forma de organização política, porque o poder não era centralista, pelo contrário, o poder estava imbuído nos concelhos e nas cortes. Embora o primogénito do rei anterior fosse o candidato natural para governar, era necessário o consentimento das cortes para o rei tomar o poder e coordenar as vontades de cada concelho. Quanto à economia, pode-se dizer que fora caracterizado por uma economia comunitária agro-pastoril, onde as pessoas se juntavam, se associavam sem grandes formalismos, cultivando em comum, repartindo os produtos, privilegiando uma economia de ajuda mútua, de convivência e de cooperação. Saliente-se que, a defesa desta posição histórica levanta algumas dúvidas porque poderá assentar em generalizações e em psicologismos populares. Isto é, não conseguimos obter certezas científicas que o povo português de facto viveu num ambiente de convivência e cooperação, ou se, a partir de casos isolados, o autor não terá generalizado estes sinais da cultura portuguesa.

De qualquer maneira, Agostinho da Silva defende que Portugal, na idade média, era uma “monarquia federal de Repúblicas”.<sup>30</sup> Ou seja, as repúblicas não eram mais do que os municípios, cada um com a sua constituição particular chamada foral. Embora as constituições variassem de concelho para concelho, tal situação não implicou uma descoordenação política ou social. Pelo contrário: “Havia o rei como coordenador, com umas leis e uns princípios gerais que se aplicavam a todo o país”.<sup>31</sup> O poder do rei era sobretudo uma autoridade coordenadora, mas também havia o poder das cortes. Esta posição, ainda que duvidosa e discutível, também é enaltecida por Antero de Quental na sua obra *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos* (1871), quando afirma que “Nobres e populares uniam-se por interesses e sentimentos, e diante deles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa”.<sup>32</sup> Antero faz referência precisamente à idade média peninsular que, ainda livre de estranhas influências estrangeiras, o povo brilhava na “plenitude do seu génio”. Consideramos que Agostinho partilha

---

<sup>30</sup> SOUSA, ANTÓNIA, *O Império Acabou. E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, p. 179. Ver também o texto de Agostinho da Silva, *Educação em Portugal*, p. 111.

<sup>31</sup> IBIDEM, p. 180.

<sup>32</sup> QUENTAL, ANTERO, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos*, p. 10.

deste ponto de vista histórico com Antero, quando ambos defendem que, em Portugal, havia assembleias das várias repúblicas, onde estavam procuradores de todas as classes que havia nos municípios. Nas cortes, discutiam-se os assuntos, apreciavam propostas que o rei tivesse para apresentar ou apresentavam eles próprios as suas propostas. Na monarquia portuguesa medieval, “quem mandava propriamente não estava mandando, estava coordenando a vontade dos outros”.<sup>33</sup> Tal como um comandante de um navio manda no sentido de uma coordenação de encargos que têm de serem cumpridos a bordo, tal coordenação depende do objetivo e do consenso geral da tripulação, o rei poderia ser visto como alguém que manda, mas que não detinha exclusivamente o poder, pois as cortes tinham o poder de eleger o rei. O poder das cortes foi visível em alguns exemplos da história portuguesa, quando elegerem D. Afonso III, a escolha de D. João I, ou a declaração das cortes quando escolheram D. Pedro II e não Afonso VI. O poder não era centralista porque, apesar de o poder estar na autoridade do Rei, não havia uma capital, como, por exemplo, existe hoje: o rei deslocava-se pelas várias regiões do país, participando ativamente nos debates das assembleias de municípios, apresentando e ouvindo propostas, coordenando as vontades expressas pelos procuradores das várias classes, tendo sempre em particular consideração os forais de cada concelho. Quando hoje em dia se fala da regionalização, Agostinho da Silva propõe a Portugal que se inspire no modelo da Idade Média, obviamente, com as alterações necessárias que os tempos modernos requerem para esse salto. O primeiro passo a dar seria: “...poder-se perguntar a cada homem e a cada mulher portuguesa o que é que eles pensavam como regime. Depois de todos eles responderem é que eu procuraria saber, daquilo tudo, o que é que parecia que se podia concluir como essência e depois, até, propor às pessoas que faltava isto ou aquilo ou que estava a mais aquele ou este ponto”.<sup>34</sup> Em resumo, um “regime” só serviria se servisse a toda a gente. O que houve de melhor no país, segundo a visão Agostiniana, foi precisamente uma economia cooperante, uma economia fraterna, de convivência e de ajuda entre as pessoas, que foi destruído pela invasão da Europa, entre os séculos XV e XVI, com uma economia de guerra, uma economia de luta entre as pessoas, patente nas “duas formas que tem hoje o capitalismo, que é a forma propriamente capitalista e a forma que se chama socialista, mas que de socialista só tem o nome”.<sup>35</sup> Agostinho da Silva vai ao encontro da mesma opinião de Antero de Quental quando este afirmou que os povos peninsulares “*são ao mesmo tempo inventivos e independentes: adoram com paixão: mas só adoram aquilo que eles mesmos criam, não aquilo que se lhes impõe. Fazem a religião, não a aceitam feita*”<sup>36</sup>. Os dois pensadores partilham da mesma leitura histórica quando afirmam

---

<sup>33</sup> SOUSA, ANTÓNIA, *O Império Acabou. E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, p. 179.

<sup>34</sup> IBIDEM, pp. 180-181.

<sup>35</sup> IBIDEM, p. 183.

<sup>36</sup> QUENTAL, ANTERO, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos*, p. 10.

que a caridade e a tolerância cristã na idade média foram um sentimento humano que ocupou um lugar mais “alto” do que a “teologia dogmática” de Roma, que o povo ignorava por completo.

Depois das descobertas, através da implementação do capitalismo, do cientismo protestantismo na Europa e, posteriormente, em Portugal, o conceito de “irmandade cristã” patente na idade média é desfeita para dar lugar a um período de trevas que reina até aos dias de hoje.

Com esta visão histórica, Agostinho da Silva defende que, para Portugal se restabelecer a si próprio, tem de olhar para o que fez de melhor no passado para poder construir o futuro. Não um futuro completamente emprestado da Europa, como fez ao longo dos últimos séculos, onde importou exclusivamente pensamento estrangeiro, considerando que é melhor que o seu, mas, sobretudo, o pensador apela à necessidade de mergulhar nas raízes do pensamento português para compreender a sua forma de estar autêntica que prevaleceu na idade média. Esta leitura agostiniana não deixa de ser discutível, porque alguns pontos singulares da sua interpretação histórica poderão recair na generalização e subjetividade: não haverá elementos suficientes para traçarmos um diagnóstico verosímil e suficientemente claro da história portuguesa desta altura. Porém, é precisamente na idade média portuguesa que Agostinho defende um dos pontos mais altos da nação, graças ao desenho económico-político que favorecia não só a nobreza e o clero, mas sobretudo o povo.

### **Joaquim de Fiore e a idade do Espírito Santo**

Um outro elemento fundamental que Agostinho interpretou da idade média e que constitui um dos pontos basilares do pensamento espiritual agostiniano, foi quando, em 1967, escreveu um texto no Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, intitulado *Algumas Considerações sobre o Culto Popular do Espírito Santo* (1967), em que interpreta<sup>37</sup> um dos marcos mais significativos na história portuguesa, quando aborda a importância para a cultura portuguesa do monge italiano Joaquim de Fiore. Para Agostinho, o tema essencial de Joaquim de Fiore “é o de uma teoria da história ligada a uma audaciosa suposição de que Deus evolui ou de que, pelo menos, cada uma das pessoas da Trindade tem, num contexto de eternidade, seu tempo de se mostrar com maior vigor”.<sup>38</sup> Pretende dizer com isto que a visão da história da humanidade – para Joaquim de Fiore – está inscrita num contexto de eternidade intimamente ligada ao conceito de Trindade, ou seja, no Pai, Filho e Espírito Santo. Para Joaquim de Fiore, a pessoa do Pai “se

---

<sup>37</sup> Paulo Borges afirma, na obra *Uma Visão Armilar do Mundo* que Agostinho descomplexifica a proposta do monge da Calábria. Ver página 178, respetivamente.

<sup>38</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 321.



ligaria a uma tarefa fundamental de criação e organização do mundo”<sup>39</sup>, à instauração da ordem e da disciplina no caos. Logo de seguida, preconiza uma idade do Filho, onde se fomentou não a disciplina, não a subordinação político-militar, não a ordem, mas a caridade e o amor, a ajuda entre irmãos, “o apagar-se para que o próximo veja como mais suportável a sua provação na vida”.<sup>40</sup> Por último, Joaquim de Fiore acreditava na vinda de uma Terceira Idade, uma idade em que a humanidade se libertará dos “impérios da disciplina” e das “obrigações do sacrifício”, uma idade em que imperará o amor ao próximo como a si mesmo, revelação anunciada por Cristo através do Evangelho de S. João, que refere a vinda do verdadeiro *Consolador*, o Espírito Santo, “[...] e com ele viesse o império da fraternidade, e uma rede de Amor envolvesse ao mundo inteiro e o fogo criador, supremamente livre, viesse determinar, à escala de todo o homem, a mesma explosão inventiva ou reveladora que dera origem ao universo”.<sup>41</sup> Agostinho da Silva refere que em nada interessaria a Portugal Joaquim de Fiore se a onda de choque que o mesmo provocou em Itália não se tivesse propagado à Península e, mais concretamente, a Portugal. Com efeito, apesar de não se conhecer com exatidão científica de que modo as ideias de Joaquim de Fiore se propogaram em Portugal, Agostinho defende a ideia de que foi a partir do casamento da Princesa D. Isabel com D. Dinis que apareceram templos dedicados ao culto do Espírito Santo e que terá irradiado a partir da região de Alenquer, a vila da Rainha.

Mas, mais importante para Agostinho é o facto de ter aparecido este culto numa altura da História de Portugal em que se cria a nacionalização dos Templários, A Ordem de Cristo. Agostinho acredita que “a teoria última do procedimento dos Templários é provavelmente a de que a tarefa mais urgente dos homens conscientes do seu destino universal e transcendente é a de fazer do mundo um todo, conservando nas características individuais dos homens e das nações o que dá variedade e por aí Deus nos enamora, mas vendo para além delas o que têm de substrato essencial e por aí nos fundido em Deus, e indo porventura a um estádio ainda mais além em que Deus seja simultaneamente o uno e o múltiplo”.<sup>42</sup> Por outras palavras, seria completamente irrealista invocar o argumento de que os Templários anunciaram ao mundo ideais que acreditavam através de “considerações metafísicas e morais” que ninguém compreendesse. Assim, sensíveis à linguagem dos interesses imediatos do homem, fora conveniente que “todo o comércio principiasse por ser comércio no sentido de troca de bens materiais e daí se passasse ao comércio espiritual”.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> IDEM, p. 321.

<sup>40</sup> IBIDEM, p. 322.

<sup>41</sup> IBIDEM, pp. 322-323.

<sup>42</sup> IBIDEM, p. 324.

<sup>43</sup> IBIDEM, p. 324.



Assim, o comércio foi, sem dúvida, apenas “uma subestrutura de entendimento entre os homens”<sup>44</sup>, para que, através da “vida conversável”, se “fundissem” em Deus. O fundamental neste ponto, segundo Agostinho, é que se deve atentar na história portuguesa, sobretudo nos aspetos que foram bons, como é o caso dos templários da Ordem de Cristo, para retirar dela as suas lições. Do ponto de vista agostiniano, não se pode atribuir uma fundamentação exclusivamente económica à causa empreendedora dos descobrimentos, porque, afinal, os Portugueses foram um povo que se arruinaram, demonstrando “ter pouca vocação de economista”. O caminho do mediador intercultural e interreligioso deverá promover-se inserido nesta atmosfera de que os templários são exemplo. Mediador para um mundo espiritual e transcendente mas, inteiramente realista e imanente; Mediadores que devem ir ao encontro dos interesses sensíveis e imediatos do homem, para descobrir nele e com ele o sinal de variedade e originalidade no mundo.

### **Origem e acolhimento do Culto Popular do Espírito Santo**

Relativamente à adopção do culto do Espírito Santo pelo povo, Agostinho sustenta que o povo Português estava preparado para adoptar este culto, caso contrário, “ele teria sido apenas uma das muitas modas que têm aparecido na história da cultura portuguesa”<sup>45</sup>, uma filosofia de cultos e para cultos, com as quais “o povo nada tem que ver e de que felizmente se defende bem porquanto as ignora”.<sup>46</sup> Agostinho coloca três hipóteses para ter existido por parte do povo a adopção por este culto: em primeiro lugar, uma inquietação religiosa; em segundo lugar, o particularismo regional; em terceiro lugar, o sentido de convivência política. Quanto ao primeiro ponto, Agostinho aponta uma inquietação religiosa expressa na poesia dos Cancioneiros como principal prova, bem como um profundo anseio de fusão com a natureza, de reconciliação entre homem e natureza que “se sobrepõe a critérios religiosos que sancionam afinal a um estado de ex-comunhão”.<sup>47</sup> O segundo ponto, a desconfiança de Roma e de tudo o que a mesma representa no sentido de poder conduzir a uma centralização que reduza a liberdade pessoal. O terceiro ponto, o sentido de convivência política numa República verdadeiramente popular e democrática, local, compreensiva, fraterna e amorosa, impaciente das autoridades externas, politicamente livre e sem a pressão de capitalismos inimigos. A importação do Culto Popular do Espírito Santo deveu-se ao facto de o povo importar-se sobretudo – não com questões metafísicas ou transcendentais do próprio culto –, mas ao acto

---

<sup>44</sup> SILVA, A., *Da Fé e Do Império*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, p. 79, retirado em *Notícia*, nº 585, 23 de Janeiro de 1971.

<sup>45</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 324.

<sup>46</sup> IBIDEM, pp. 324-325.

<sup>47</sup> IBIDEM, p. 325.

generoso em si que este comportava, absolutamente proporcional e compatível com as mais firmes características portuguesas. Este culto encontrou em Portugal um terreno fértil para florescer, uma vez que a tradição religiosa popular consistia num “sentimento” vivo ligado a uma prática cristã que vivia da fé e da inspiração que ignorava por completo o império do catolicismo institucional. O povo assimilou este culto porque este comungava das suas íntimas e fiéis aspirações: através do Culto Popular do Espírito Santo, assistiu-se à possibilidade de se instaurar a “vida plena” que todos (povo) ansiavam, a “vida conversável” que todos ansiavam. Através deste culto, o povo constatou que seria possível reavivar a esperança – que sempre nutriu –, de que a miséria, a fome e as fobias são produto de um passado trágico e abominável. Este culto provou que é possível viver sem filosofias, isto é, sem grandes sistemas de pensamento, o que sempre caracterizou a forma de viver do povo que, no entanto, permanecera sempre “inteiramente segura e impecavelmente lógica, como fundamento de uma vida que se quer vivida em inteira plenitude”.<sup>48</sup> Assim, o povo, devido à sua capacidade plurifacetada, devido à sua intensa capacidade de viver, profundamente ansioso de comunhão com o mundo, abraçou um culto cuja divindade não era definida pela organização científica, política ou religiosa do mundo, mas por um Deus “indefinido pela sua absoluta liberdade”<sup>49</sup>, um Deus totalmente inominável, um Deus que escapa a qualquer forma de rotulagem pelo homem, um Deus que não se pode aprisionar em sistema algum.

---

<sup>48</sup> IDEM, p. 326.

<sup>49</sup> IBIDEM, p. 327.

## Capítulo II: A perspectiva teológica: a demanda por Deus e o Homem

*O grande problema não está em saber como se há-de guiar; de que meios se há-de servir; a que fins poderá chegar aquele que a natureza dotou bem, aquele que os Deus podem olhar com inveja; o que me preocupa investigar é a razão porque tantos homens surgem no mundo com o estreito espírito que os não deixa chegar às essências superiores.*

*Conversação com Diotima*, in Textos e Ensaios Filosóficos I, p.128.

### Deus Sendo

Se na visão agostiniana algum código poderia conter Deus é porque na sua natureza reside a imprevisibilidade e infinitas seriam as suas manifestações. Uma vez que a linguagem humana não consegue provar a sua existência ou não existência, Agostinho indica que a compreensão humana de Deus só pode irromper numa única lei, que é a sua “infinita liberdade de ser” e “sua igualmente infinita liberdade de criar.” Se o homem, que foi criado à imagem e semelhança de Deus, é por isso uma “centelha do imenso fogo divino”, então é “seu dever acima de tudo tomar consciência da liberdade que lhe é essência e lhe ir dando realização no mundo, recusando-se o mais possível a sistemas, vendo toda a opressão como uma diminuição de Deus, procurando realizar o mais possível com o mínimo de instituições, considerando que a sua obrigação máxima não é a de obedecer, nem a de se sacrificar, nem a de limitar as suas manifestações, mas pelo contrário a de as expandir no mundo, não cortando nenhuma das suas capacidades criadoras e não se deixando adoptar nenhuma regra que lhe ponha fronteiras”.<sup>50</sup> Como refere Paulo Borges na sua obra *Uma Visão Armilar do Mundo* (2010): “Desta ideia de Deus procedente da intuição que considera latente na mentalidade nacional, deduz Agostinho uma antropologia, uma ética cósmica e uma escatologia em que a liberdade, a plenitude e a libertação, não só do homem como de todos os seres, são os valores fundamentais e o sentido último de todo o universo”.<sup>51</sup> Se o homem está mergulhado no “conjunto do mundo”, que é “Deus Sendo”, este só conseguirá ir ao máximo das suas possibilidades quando o “grupo humano” também conseguir ir, estatuidando-se desta forma um dever pela qual o homem esclarecido se deve reger, mergulhado em pleno amor divino, para combater todas as formas de injustiça e escravidão que habitam no coração dos homens, de forma

<sup>50</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 327.

<sup>51</sup> BORGES, P., *Uma Visão Armilar do Mundo*, p. 182.

a realizar no mundo a liberdade que é a sua “essência”, considerando toda a “opressão como uma diminuição de Deus”. Assim, Agostinho, considerando “que não há liberdade minha se os outros a não tiverem”, traduz esta fórmula num guia universal que, acredita, deve ser adotado e estendido a todos os homens e, mais concretamente, acolhido pelos portugueses e lusófonos. É, portanto, necessário para o homem perder-se na “imensidade de Deus”, no “seu não-existir” para, logo depois, “brilhar no esplendor do ser”.<sup>52</sup> Se Deus contém infinitas possibilidades, deduz Agostinho que Deus existe e não-existe e é nesta contradição que reside a sua essência, como também, a incapacidade humana para O classificar. E se o homem é “centelha do fogo divino”, se o homem poderá ser “Deus Sendo” no mundo, ou “realização na terra do Pensamento de Deus”, é porque é capaz de albergar em si o paradoxo de ser e não-ser, compreendendo-se o não-ser, no dizer de Paulo Borges, não o conceito de *não-inscrição* que José Gil expressa na obra *Portugal Hoje: O Medo de Existir* (2007), mas a “ausência de determinação e limites que possibilita a máxima criatividade e abertura ao outro”.<sup>53</sup>

“O que mais interessa aqui, todavia, para avaliar do sentido da orientação mística do pensar agostiniano, é aprofundar o sentido deste conflito latente na existência humana como o que se verifica “entre fusão completa com a natureza e a distinção entre um sujeito que pensa e um objeto que é pensado”, o que tem como corolário sustentar-se “que só haverá paz para a consciência humana quando não existir distinção alguma entre o eu e o outro”.<sup>54</sup> Com efeito, na obra *A Comédia Latina*, Agostinho é muito claro na sua conceção de experiência mística: “[...]a experiência mística de todos os séculos, de todos os países e de todas as religiões demonstra que o auge do sentimento religioso consiste numa fusão entre objeto de culto e sujeito de culto, num transformar-se o amador na coisa amada, num aparecimento da unidade perfeita onde a dualidade existia. Para um observador de fora, um homem intrinsecamente religioso, em perpétuo êxtase religioso, poderia dar a impressão de não estar prestando nenhum culto a nenhum Deus e, na vida prática, esse homem comportar-se-ia com a alegria, a espontaneidade, o desprendimento do selvagem, sem que também fosse necessário, fatal, o aparecimento de qualquer espécie de rito: esse homem teria reconhecido Deus em si e nos outros e viveria, naturalmente, sem tu e sem eu, de igual para igual, num universo inteiramente divino”.<sup>55</sup> Para compreendermos o sentido desta frase, é importante frisar que, para Agostinho, aquando do aparecimento da chamada civilização com todas as suas formas de organização coletiva, desde a social, pessoal e religiosa e sua consequente apropriação da propriedade e dos animais em seu benefício, o homem desprendeu-se da vida

---

<sup>52</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 328.

<sup>53</sup> BORGES, P., *Uma Visão Armilar do Mundo*, p. 183.

<sup>54</sup> IDEM, p. 77.

<sup>55</sup> SILVA, A., *A Comédia Latina*, in *Estudos Sobre Cultura Clássica*, p. 304.

religiosa e sagrada, onde a fusão entre o divino e o eu seria uno, para dar lugar a uma “consciência religiosa” que afastou e transcendeu Deus do homem, fruto de uma polaridade mental “sujeito-objeto” ou “eu-mundo” que nos lançou num isolamento existencial, separando-nos do nosso ambiente primordial. Diz-nos Paulo Borges, citando Walter Rehfeld, que “somente reencontrando esta integração perdida, pode o homem superar tão amarga marginalização que o priva do sossego paradisíaco e da segurança ingênua de fazer parte de uma totalidade funcional inquestionável. A ansiosa procura de uma ordem que possa assegurar-lhe participação de um todo significativo constitui o derradeiro motivo de toda a religiosidade e de todo o filosofar”.<sup>56</sup>

E também:

“Interpretando a origem e sentido do atual processo histórico e civilizacional, o pensador assume-o como tendo a potencialidade de resolver as suas contradições numa plena e universal reintegração da consciência humana na experiência primordial de não-dualidade a respeito do que se pode equivalentemente perspetivar como natureza ou divindade. Essa seria a fundamental aspiração do homem, consciente ou inconscientemente presente em todas as suas atividades”.<sup>57</sup> Na obra *A Comédia Latina*, Agostinho da Silva entende que, mais do que arte, filosofia, ciência ou religião, é o amor o instrumento mais poderoso para a “autossuperação da vida no que tem de dolorosa para a própria divindade”.<sup>58</sup> Acreditando ser esta a fórmula para a união do homem com o divino, Agostinho admite ser “o amor físico como propiciador de uma experiência, embora precária e limitada, de quase transcensão da vida dualista, conferindo-lhe possibilidades não meramente simbólicas da união com Deus ou com o Uno ...”.<sup>59</sup> O amor surge como a chave para o homem mergulhar no divino – não deve ser encarado, por isso, como uma chave para alcançar o transcendente, porque “não é uma via gradual, um mediador ou um daimone, como o eros socrático-platónico, [...] mas antes a natureza da própria divindade, pelo menos quando ama como indistinta de si a aparência do mundo que lhe surge. Constitui assim uma espécie de via súbita ou não via que, dissolvendo desde o início a ilusória realidade do sujeito separado, é a própria experiência da plenitude nele oculta”.<sup>60</sup> Por outras palavras, como Agostinho refere na obra *“Sete Cartas a Um Jovem Filósofo”* (1945), constitui o amor a melhor experiência possível da realização divina das melhores possibilidades do homem. O amor é uma experiência que, fenomenologicamente, desprende o homem da sua visão dualista do mundo, para ir ao encontro de um universo sem

---

<sup>56</sup> BORGES, P., *Tempos de Ser Deus*, p. 79, citando Walter Rehfeld de “Introdução”, in J. Guinsburg, *Do Estudo e da Oração. Símula do Pensamento Judeu*, organização e estudos introdutórios de J. Guinsburg, São Paulo, Editora Perspetiva, 1968, p. 11.

<sup>57</sup> BORGES, PAULO, *Tempos de Ser Deus*, p. 79.

<sup>58</sup> IDEM, p. 82.

<sup>59</sup> IBIDEM, p. 82.

<sup>60</sup> BORGES, PAULO, *Tempos de Ser Deus*, p. 83

limites. O amor é perspectivado como uma energia divina, logo incomensurável, que abre portas para uma dimensão que desprende o homem do hábito em que normalmente se encontra instalado, para lhe revelar novos horizontes, novos sentidos, novas interpretações porque ele mesmo possui uma visão renovada e cristalina. Será o amor, neste enquadramento, a melhor forma de libertação do homem, não estritamente de um ponto de vista individual, mas também coletivo:

“O mais excelente dos homens será aquele que, não se absorvendo apenas na sua libertação nem na tarefa de libertar os restantes, saberá integrar as duas, indo mais alto do que o bando doloroso, mas [...] no mesmo passo, acompanhando-o, consolando-o, ensinando-lhe os caminhos melhores”.<sup>61</sup>

Este é um dos primeiros pontos fundamentais nesta tese e que se deve sublinhar: Se o homem está mergulhado no “conjunto do mundo”, que é “Deus Sendo”, este só conseguirá ir ao máximo das suas possibilidades quando o “grupo humano” também conseguir ir. Por outras palavras, o homem não deverá procurar exclusivamente a sua libertação pessoal, mas sendo “Deus Sendo”, o seu dever será lutar para afastar qualquer forma de repressão e injustiça que habitam no mundo. Assim, o homem será plenamente divino quando conseguir ser o “máximo de outros” ou “ser tudo de todas as maneiras”, baseando-se no seu próprio não existir para compreender que a “variedade é sinal de Deus e de que só o ecumenismo, olhado como linguagem universal sob as linguagens particulares, convém ao homem porque convém a Deus”.<sup>62</sup>

### **A Coroação da Criança-Imperador**

Por outro lado, Agostinho não deixa de nos sugerir que os *Painéis* denominados do Infante ou de São Vicente constituem um documento máximo sobre a importância do Culto Popular do Espírito Santo, que apareceu no século XIV e que se afirmou no século XV, culto este que ainda vigora nos nossos dias em Portugal e que se estendeu para os Açores, Brasil e Califórnia. Agostinho vislumbra nesses “Painéis a chave para a explicação da Nação Portuguesa na sua fé, na sua fraternidade, na sua força de combate, na sua segurança intelectual e na sua esperança”.<sup>63</sup> Isto porque o pensador considera que o Culto Popular do Espírito Santo tem como ato fundamental a “coroação pelo povo de um imperador”, a maior parte das vezes uma criança, outras vezes um adulto (pobre), como prenúncio de uma idade nova que se inicia com a libertação dos presos e com um banquete aos pobres. Neste despertar para o Reino Novo, que aos olhos de Agostinho é o Reino de Deus, nenhum homem será privado da sua liberdade nem ninguém continuará submetido à miséria e à fome. Mas,

---

<sup>61</sup> BORGES, PAULO, *Tempos de Ser Deus*, p. 84

<sup>62</sup> IDEM, p. 328.

<sup>63</sup> SILVA, *Presença de Portugal*, p. 138.

mais importante ainda, é o gesto simbólico da coroação da criança-imperador que proclamará “que desse momento para diante não é o trabalho que valerá mais no mundo, mas sim o jogo; não é o cálculo que levará a palma, mas sim a fantasia; não é a chamada realidade que manietará o sonho, mas sim o sonho que subjugará o real, ou afastando o véu das ilusões, nos mostrará em que sombras acreditávamos em lugar de deixar que nos banhasse um sol pleno”.<sup>64</sup> Nesta coroação simbólica, os adultos deixam-se seduzir pelos encantos da criança e abraçam o modelo perfeito que ela é e que Jesus Cristo nos Anunciou, isto é, a ausência de preconceitos, o cultivo da bondade, a abertura total ao outro, a vida gratuita e alegre, a curiosidade sem limites, o acolhimento da imaginação, da fantasia e da criatividade plena enquanto condições fundamentais para se caminhar para um “Paraíso Reconquistado” que, no entender de Agostinho, “mais reconquistaremos talvez pelo abandono do que pela vontade, pela paixão do que pela ação”.<sup>65</sup> Por outro lado, houve uma altura em que estes valores em Portugal se subverteram quando surgiu o “tempo em que doutrinas estrangeiras de domínio absoluto se apoderaram dos nossos reis”<sup>66</sup>; e a doutrina dos Templários quando se rendeu “à fascinação do lucro” que a civilização industrial, tecnológica e capitalista impôs como paradigma ocidental moderno. Como consequência, o Culto Popular do Espírito Santo “refugiou-se” em terras mais distantes, nomeadamente nas ilhas, mas sobretudo no Brasil, terra fértil porque aparecia como “inocente”, imaculada e “incorrupta” aos olhos de quem imigrou e que, portanto, aparecia como “base capaz de uma renovação do cristianismo” puro e autêntico, que levaria ao reencontro do “Paraíso Terrestre”. Como Agostinho refere: “a festa do Espírito Santo se difunde por todo o Brasil e aparece hoje como a maior festa popular de todo o país, com as mesmas cerimónias de coroação do imperador, de preito à homenagem no Império, de cortejo público, com a libertação dos presos, como por exemplo em Salvador, e o bodo aos pobres, como por exemplo em Santa Catarina, as cavalcadas, como por exemplo em Pirenópolis...”.<sup>67</sup> A verdade é que, para Agostinho da Silva, este culto não representa somente um ato simbólico, folclórico e histórico da cultura lusófona, mas reveste-se de importância extrema para a “posição futura no mundo da cultura de Língua Portuguesa”. Com efeito, o pensador considera que atualmente vivemos uma época de transição de “uma economia capitalista para uma economia humanista” (que obviamente é um desejo almejado por muitos pensadores, mas claramente discutível) e que o ponto da situação atual da política, bem como de alguns movimentos teológicos, permite prever “um grande progresso de meios para a passagem a uma época de plena produção e de justiça

---

<sup>64</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 329.

<sup>65</sup> IDEM.

<sup>66</sup> IBIDEM, p. 330.

<sup>67</sup> IBIDEM, p. 331.



distributiva...”<sup>68</sup>, e que, por isso, “põe como fundamental que se atente cada vez mais na terceira pessoa da Trindade e se entenda que de facto vão principiando a ser História os tempos em que a disciplina, a obediência, o dever tinham de ser os valores basilares; que se lhe vão seguir no mesmo destino aqueles em que o sacrifício, o amor fraterno, a caridade se viram como mais altos ainda; e que estamos no momento em que nos apercebemos dos primeiros alvares de uma idade em que os progressos das ciências e das técnicas nos estão libertando das fatalidades físicas e, por aí, das sujeições que subordinavam homem a homem e faziam que o espírito de cada um de nós nunca brilhasse com o fogo vivo das suas origens e não desse, senão em casos raros, aquela mensagem única que, por ser único, lhe competia transmitir”.<sup>69</sup> Com estas palavras, fica nítido para Agostinho que “Tempos de Liberdade vão raiar” e que a única missão do homem será de “inscrever no universo a sua marca criadora, fazer da vida inteira arte, ciência e religião, descobrindo no espírito as forças, as possibilidades e os recursos que até agora apenas temos procurado no mundo à nossa volta, rumando às Índias interiores e não àquelas que apenas se situam em quadrantes de tempo e espaço”.<sup>70</sup> Segundo Agostinho, os tempos em que o homem é perspectivado meramente como uma peça na grande engrenagem mecânica do mundo, onde o homem é explorado pelo homem, vão acabar. Esta mensagem profética, por um lado, acredita que o futuro da humanidade consiste em atingir a liberdade. O fim último do homem é ser livre: livre no pensamento, livre na ação, livre no espírito. Agostinho da Silva anuncia uma revolução espiritual do homem, que Paulo Borges define tão bem, como “o regresso da mente ao estado primordial, anterior à cisão sujeito-objeto, como reassunção do nada que é e vem a ser tudo e re-nascimento, daí, numa nova mundinvenção, é esta metafórica “conversão” ao “Menino Jesus”, coroação do Imperador menino que há em todo o homem ou revelação íntima, não-dual e última do Espírito, é a difusão desta mutação individual e profunda da percepção criadora do Real que Agostinho vislumbra como a necessária condição de possibilidade da metamorfose civilizacional que anuncia, invertendo a relação que a mente tem com os objetos e os seus recursos tecnológicos e convertendo-a de dependência alienante em jogo recriador”.<sup>71</sup>

Por outro lado, para que seja possível a todos os homens serem “Deus Sendo”, é necessário que os poucos espíritos esclarecidos combatam as injustiças e todos os tipos de tirania que aprisionam o outro e o impedem de ser o que é. Se a janela que se abre para o homem esclarecido é a “pura liberdade de criar”, nada desta liberdade fará sentido se os outros homens permanecerem acorrentados a sistemas político-económicos castradores do corpo, da mente e do espírito. Cabe, por

---

<sup>68</sup> IBIDEM.

<sup>69</sup> IBIDEM.

<sup>70</sup> IBIDEM, p. 334.

<sup>71</sup> BORGES, P., *Uma Visão Armilar do Mundo*, pp. 189-190.



isso, a todos dirigirem-se “no sentido de propiciar a toda a humanidade o desfazer-se das limitações que até hoje a impediram nesse caminho (liberdade de criar), estabelecendo uma economia de abundância, eliminando a política no que ela tem de coação, libertando-se de instituições que sempre acabam por prender e embaraçar o indivíduo e construindo um verdadeiro ecumenismo”.<sup>72</sup>

Para Agostinho, se até agora se tem rotulado o indivíduo como previsível, porque está preso a uma determinada configuração da sociedade, “o valor do futuro estará precisamente na imprevisibilidade da criação”.<sup>73</sup> É na “imprevisibilidade da criação” que reside a mensagem do culto do Espírito Santo e que, por isso, o povo Português comunga pelas suas mais firmes características.

## O Imprevisível

Na obra *Quinze Princípios Portugueses* (1965), Agostinho da Silva faz menção a “quinze princípios”, dos quais considera fundamentais para Portugal e para os Portugueses. O seu pensamento centra-se sobretudo numa visão mística do homem e do papel que o falante da Língua Portuguesa pode ter no mundo. O projeto que Agostinho da Silva preconiza para o falante da Língua Portuguesa só se pode concretizar através de uma profunda transformação da forma como perspetiva o mundo. Aludindo ao quinto princípio desta obra, o autor faz referência à importância crucial para o homem fugir das classificações que o condenam a uma marca, a uma identidade pré-definida. Refere precisamente a importância de “fugir ao conforto da ficha profissional e ousar ter as ideias novas”.<sup>74</sup> E continua: “Quando o renascer for de nosso próprio domínio, o que teremos de ter, juntamente com o durar, é essa infinita capacidade de ser tudo; não até o ser tudo, mas o estar disponível para o ser, não descansando nunca sobre o ofício que se tomou, não supondo que se deve continuar até ao fim da vida no mesmo chouto de asno obediente, querido”.<sup>75</sup> É exatamente neste quinto princípio, intitulado “Do Saber”, que o autor referencia a importância não somente de o homem se especializar numa só área do saber, como ele próprio, por inteira dedicação à vida e ao amor que nutre pelos seus pares, revelar-se preparado para a abertura de um mundo novo, inesgotável em possibilidades, fornecendo a si mesmo instrumentos à sua capacidade de criar, deslumbrando-se em aprender mais uma língua, ou em iniciar-se em mais uma ciência, em mais uma arte, buscando incessantemente mais um ofício, ou debruçando-se sobre mais um país. É esta

---

<sup>72</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 334.

<sup>73</sup> IDEM.

<sup>74</sup> SILVA, Agostinho, *Quinze Princípios Portugueses*, Espiral, nº 8-9 (Inverno de 1965), em *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p. 280.

<sup>75</sup> IDEM.

“possibilidade de ser tudo”, máxima pela qual Agostinho da Silva vai beber em Fernando Pessoa, que deverá assentar todo o princípio básico da educação e o ideal pela qual todos os falantes da língua portuguesa deverão almejar.

Note-se que Agostinho da Silva interpretou Fernando Pessoa como um dos poetas mais complexos do século XX, precisamente porque vislumbrou no escritor as grandes virtudes que povoam no espírito Português: “Portugal, completando a sua obra, dará ao mundo o seu íntimo império feito de anseios, de lonjuras, de reinos ilocalizáveis em tempo ou espaço, o seu reino de alma humana continuamente sendo e continuamente ansiosa de mais ser, tendo-se inteiramente desprendido das ilusões de uma afirmação puramente pessoal e de uma pessoal felicidade”.<sup>76</sup> É evidente a alusão à “capacidade de ser tudo de todas as maneiras” do poeta Fernando Pessoa, que, segundo Agostinho, surgiram como resposta à possibilidade do poeta (Pessoa) não se suicidar, como uma resposta à inércia e à falta de ação no seu tempo, que desaguou numa ontologia inesgotável de si próprio, numa universalidade que se “paria em poetas”. Agostinho vai ao encontro do que considera ser o “expoente máximo de ser”, alicerçado na forma de ser e de viver de Fernando Pessoa que, através dos seus heterónimos, foi ao encontro da capacidade de ser tudo, símbolo máximo da universalidade portuguesa.

Assim, Agostinho considera essencial a visão sensacionista de Fernando Pessoa, conceito que está expressamente ligado a “ser tudo de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa”.<sup>77</sup> Este conceito está ligado não só à corrente literária que Fernando Pessoa defende mas, acima de tudo, a uma nova perspetiva de ver e compreender o mundo. O sensacionismo surge aqui como o resultado de uma visão do poeta na análise da alma lusitana, que é em si imprevisível e inefável, capaz de ter, em si mesmo, o instinto de poder albergar em si o sentido do mundo, de assimilar todos os ismos, de viver todas as religiões:

“Que Português verdadeiro pode viver a estreiteza estéril do catolicismo, quando fora dele há que viver todos os protestantismos, todos os credos orientais, todos os paganismos mortos e vivos, fundindo-os portuguesmente no Paganismo Superior? Não queiramos que fora de nós fique um único Deus! Absorvamos os deuses todos! Conquistamos já o Mar: resta que conquistemos o Céu, ficando a terra para os Outros, os eternamente Outros, Os Outros de nascença, os europeus que não são europeus porque não são portugueses. Ser tudo, de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa! Criemos assim o Paganismo Superior, o Politeísmo Supremo! Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade”.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> SILVA, A., *Um Fernando Pessoa*, p. 94., Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1959.

<sup>77</sup> PESSOA, F., *Os Portugueses, Quinto Império*, p. 40, Entrevistas a Fernando Pessoa.

<sup>78</sup> IDEM, pp. 40-41.

Nesta entrevista que Pessoa concedeu, podemos observar que o mesmo fala do sensacionismo numa perspetiva ontológica, numa possibilidade de abertura ao mundo de tal forma que o ser português se possa cumprir integralmente, realizando-se espiritualmente. Desta maneira, apoiado nos grandes feitos dos descobrimentos portugueses e também no facto do português ter descoberto a ideia de descoberta; no facto deste ter revelado novos mundos ao mundo; com o facto de este ter conseguido ser tudo de todas as maneiras e, de certa maneira, de os portugueses se terem especializado no imprevisível, no dizer de Agostinho da Silva, abriu as portas do ser para uma nova forma de estar e de devir. O sensacionismo, “o ser tudo de todas as maneiras”, pressupõe a aglutinação de todos os ismos literários, de todas as correntes literárias, de todas as formas de sentir e de pensar numa síntese original que o português lhe acrescentará sempre algo de novo. Esta síntese original de todas as correntes somente é possível ao português uma vez que, segundo Pessoa, ele tem esse carácter imprevisível. Quando Fernando pessoa analisa o psiquismo português, o mesmo afirmou existirem, com razoável aproximação, três espécies de portugueses. No primeiro, acentua-se o predomínio da imaginação sobre a inteligência. O segundo, o predomínio da emoção sobre a paixão. O terceiro, a adaptabilidade instintiva. “A cada um destes tipos corresponde um tipo de literatura”.<sup>79</sup> Não mencionando o significado das duas primeiras espécies de português (não relevante para este trabalho), a terceira espécie “absorve a inteligência com a imaginação; a imaginação é tão forte que integra a inteligência em si, formando uma nova espécie de qualidade mental. Daí os descobrimentos, que são um emprego intelectual, até prático, da imaginação. [...] E esta nova espécie de mentalidade influi nas outras duas qualidades mentais do português: por influência dela a adaptabilidade torna-se activa em vez de passiva, e o que era habilidade para fazer tudo, torna-se habilidade para ser tudo”.<sup>80</sup> O português “sintético” incorpora em si o presente e o estrangeiro, não está refém da influência internacional. “Só elle está em todos os campos ao mesmo tempo”.<sup>81</sup> Sendo certo que o conflito cultural é que produz civilização, Pessoa apresenta aqui as ferramentas para a saída da decadência e estagnação nacional: o sensacionismo representa uma “arte síntese de nações e de épocas e de artes”, sendo que o português deve “accumular dentro de si todas as partes do mundo, sem perder nada do esforço das diferentes epochas passadas”.<sup>82</sup>

Neste ponto de vista, o português é cosmopolita, sintetizador por excelência e poeta à solta, refere Agostinho da Silva. Inspirando-se no pensamento de Fernando Pessoa, Agostinho considera que não só o português, mas também o Lusófono é capaz de ser verdadeiramente cosmopolita, capaz de ser tudo e todos, capaz de experienciar o descentramento de si e descobrir o homem

---

<sup>79</sup> PESSOA, F., *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, pp. 40-41.

<sup>80</sup> IDEM, p. 41.

<sup>81</sup> PESSOA, F., *Sensacionismo e outros Ismos*, p. 67-68.

<sup>82</sup> IDEM, p. 75-76.

síntese da humanidade, o homem completo. Preconiza o homem que seja, em si próprio, o maior número de outros, o mais incoerente consigo próprio, onde cada perder-se é encontrar-se. Existindo a possibilidade de haver uma rutura ontológica que permita ao português elevar-se acima do nacionalismo e das correntes do estrangeirismo, e, deste modo, abarcar tudo, de todas as maneiras, para um “Paganismo Superior, para um Politeísmo Supremo”, oferece, em termos ontológicos, a possibilidade de criação de novos mundos, possibilidades várias de estilos peculiares e inteiramente genuínas. Devido ao que a história pode oferecer ao lusófono, este, no entender de Agostinho, pode espreitar condições e movimentos nunca antes sonhados. A vivência, o sonho e a alma portuguesa, são geradores de sentidos, porque contêm em si o gérmen do homem por vir, o homem-devir, o criador, o descobridor, o aglutinador dos tempos e das tempestades. A predominância da imaginação sobre a inteligência permite e constitui, de facto, um novo tipo de mentalidade que permite ser tudo, de todas as maneiras, de ser o outro, de esquecer-se e perder-se de si, de abranger todos os ismos porque não é inteiramente racional e ao mesmo tempo, tem a propriedade de ser *todos* os ismos. O homem sintético é o homem-síntese, com um novo tipo de mentalidade, infinitamente criador e poeta, mediador de culturas e civilizações.

Para concluir, escreve Agostinho que Fernando Pessoa “vai crescer português porque tem a convicção de que Deus não pode abandonar o seu povo eleito e de que, passado o domínio da Europa, quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo de paz, por maior que tenha de ser o seu sacrifício: mundo de uma paz que não surja como a romana ou a inglesa, do exterior para o interior, de um César para os seus súbditos, dos tribunais para os corpos; paz que se realize antes de tudo nas almas, lei que seja inteiramente não escrita e, no melhor de si, informada; reino de Deus que surja pela transformação interior do homem”.<sup>83</sup> É por esse reino de Deus, é por esse império que “... não tem lugar marcado nos mapas porque vive no sorriso, no olhar, nos sonhos dos meninos; é por esse Império, que se tornará consciente ou inconsciente a nós, como se torna consciente ou inconsciente a uma criança o que, dormindo, a faz sorrir; é por esse império, que só poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como Nação, apenas for um dos elementos de uma comunidade de Língua Portuguesa”.<sup>84</sup>

A cultura portuguesa conserva em si essa “energia do imprevisível”<sup>85</sup>, com uma inesperada mensagem de profunda renovação do homem e da sociedade, que é inovadora e revolucionária. É através dela que poderá ser possível trazer novos rumos ao mundo, mas acima de tudo, novos rumos

---

<sup>83</sup> SILVA, A., *Um Fernando Pessoa*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p. 91.

<sup>84</sup> IDEM, p. 117.

<sup>85</sup> GAMA, J., *Cultura e Filosofia – Estudos sobre o Pensamento Português*, p. 305.

ao ser. Bastará, portanto, segundo o pensador, que se cultive o espírito que, sendo imprevisível, funda-se o ser “no todo e no seu nada”.

### **A Mediação Cultural ou o mediador para o Quinto Império**

Neste sentido, Agostinho da Silva propõe uma ideia de mediação cultural com base na ideia de Quinto Império, movida pela mensagem em si absorvida do Culto do Espírito Santo. Considerando que no espírito Português estão os ingredientes fundamentais para uma revolução espiritual, onde predomina o génio de aventura, o espírito messiânico e o sentimento de independência e liberdade, e considerando que sem atividade criadora não existe liberdade nem independência, o mesmo afirma: “... o Português não foi feito para se governar por códigos. O Português foi feito para se governar pela sua imaginação, pelo seu sonho, pela sua vontade, pela sua vontade e pela sua capacidade de ser total”.<sup>86</sup> Da mesma forma, acrescenta: “Do Português há a esperar tudo e haver um povo no mundo do qual tudo há a esperar, parece-me ser uma coisa extraordinária”.<sup>87</sup> Neste sentido, o homem Português e lusófono deve comungar “no que de fundamental encontrou em todos os céus e mares do mundo, em todas as raças de homens, em todos os estilos de vida, deixando para outros a tarefa menos importante de codificar a existência, de a manipular, em vez de a esgotar em todas as possibilidades e por isso mesmo paradoxalmente a renovar no seu ímpeto de criação”.<sup>88</sup> Foi, por isso, muito importante, aos olhos de Agostinho da Silva, o lusófono nunca ter uma filosofia “organizada em sistema”, ou que tenha prestado grande atenção ao “construir da ciência”, uma vez que será esta mesma condição que permitirá aos “povos de cultura portuguesa terem “menos dificuldades que os outros em soltar-se do que foi apenas andaime de construção”<sup>89</sup>, para depressa se instalarem no “essencial”, não apenas no que é fragmentário e está à “medida do homem”, mas “ao que é total e à medida de Deus”.<sup>90</sup> Portanto, “tudo concorre para que um dia, quando se estabeleça realmente na Terra o reino do Espírito Santo, com uma economia que não seja uma simples luta contra a miséria, mas um alicerce da liberdade”.<sup>91</sup> E este alicerce da liberdade pressupõe para os povos da cultura portuguesa satisfaçam a sua “sede secular de plenitude”, educando-se no povo e com o povo em vez de querer educá-lo, conquistando, desta forma, uma “realidade mais alta” que consiste em, não em querermos conquistar “parcelas do real, mas em

---

<sup>86</sup> SOUSA, A., *O Império Acabou. E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, p. 183.

<sup>87</sup> MENDANHA, VICTOR, *Conversas com Agostinho da Silva*, p. 54.

<sup>88</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 335.

<sup>89</sup> SILVA, A., *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, p. 335.

<sup>90</sup> IDEM.

<sup>91</sup> IBIDEM.

nos fundirmos com a essência do ser e com a universalidade do fenómeno” que “nos permitiria efetivamente fazer do mar o mar sem fim, aquela que se comporia do que melhor tiveram Ocidente e Oriente, uniria Cristo e Lao-Tseu e nos daria, num eterno sendo e vir a ser, aquele Espírito Santo que é a fusão perfeita do Todo e do seu Nada”.<sup>92</sup>

A fusão perfeita do ser “no todo e no seu nada” é a instalação do ser na imprevisibilidade. É o ser capaz de ser tudo, de todas as maneiras, com a capacidade de abertura infinita e acolhimento do outro. O ser imprevisível pressupõe uma atenção constante à “universalidade do fenómeno”, implicando, por isso uma entrega absoluta do corpo e do espírito aos desígnios que a vida nos coloca e nos oferece. É o entregar-se, despido e sem preconceitos, à “imprevisibilidade da força das marés”, numa fusão clara com o imanente e transcendente, com o “todo e o seu nada” que reside o aperfeiçoamento do ser, que no fundo mais não é do que estar preparado para tudo; consiste em estar continuamente disponível para o acontecimento de todo o tipo de fenómenos que a vida nos presenteia, no que é considerado mau e bom, certezas e incertezas, contrariedades e facilidades. A imprevisibilidade não é, por isso, apenas contemplação, mas simultaneamente contemplação e ação, ponto de onde se pode irradiar a “centelha divina do homem” que, por ser “Deus Sendo”, está preparado para tudo, incluindo o nada. Para Agostinho, o homem é o milagre da vida e é com estes olhos que o homem se deve auto perscrutar, e é sobretudo com estes olhos que o homem deve vislumbrar o outro, independentemente da raça, credo, idade e género.

Assim, a esperança de Agostinho consiste no facto de desejar que o povo português se especialize no imprevisível, porque entende que este reúne os atributos fundamentais para atingir esta vocação, como atrás já referimos. Assim, Agostinho acredita infalivelmente na capacidade do homem para se renovar, para se aperfeiçoar e reinventar, mas sobretudo, para se soltar das condições que o aprisionam e que o privam da liberdade. Refere o pensador a importância de conseguirmos fornecer mais instrumentos à nossa capacidade de criar, para que aprendamos mais uma língua, em iniciarmo-nos em mais uma ciência, em tentarmos mais uma arte, em partirmos na busca de mais um ofício, em debruçarmo-nos sobre mais um país. Preconiza para o homem e sobretudo para o lusófono um perpétuo cultivo de uma “arte da inquietude”, que alimente a odisseia do seu próprio renascer para essa infinita “capacidade de ser tudo; não até o ser tudo, mas o estar disponível para o ser, não descansando nunca sobre o ofício que se tomou, não supondo que se deve continuar até ao fim da vida no mesmo chouto de asno obediente, querido”<sup>93</sup>, numa clara oposição de uma vida letárgica e refém dos bens materiais que tão bem caracteriza a sociedade ocidental.

---

<sup>92</sup> IBIDEM.

<sup>93</sup> SILVA, A., *Quinze Princípios Portugueses*, p. 280.

## Missão do Mediador Cultural

Assim, muito mais do que ter uma filosofia, o mediador deve ter um amor inefável para com a vida e estar aberto a todas as possibilidades que ela encerra. E com isso, cultivará a sua capacidade de curiosidade, a sua capacidade para se deslumbrar e aprender com ela. Refere Agostinho que a filosofia pode ser muito perigosa por conduzir apenas a um fragmento da realidade. Assim, será mais adequado uma “Filosofia que ponha metas a português, pela criação de um código de vida em que o primeiro artigo seja o de que pode cada um fazer o que queira, sendo o segundo o de que não é obrigatório o primeiro, e que sejam essas metas a mensagem a todos os outros homens de todas as nações: de que é preciso antes de tudo viver, o que não significa vegetar nem vir morrendo lento, mas depois filosofar para ver se vale a pena ou não viver”.<sup>94</sup> De acordo com o pensador, uma filosofia “interessante”, será uma filosofia que englobe todas as outras filosofias numa só, uma “Filosofia que realize todas as potencialidades de que Português tem dado mostras, portugueses de Portugal, portugueses do Brasil, felizmente bem laçados de índio e de negro, portugueses de África, tribais e pretos”<sup>95</sup>.

Uma filosofia universalista e absoluta, nunca totalmente fechada e encerrada em verdades eternas, eis o que pode almejar o lusófono. Uma filosofia que vá ao encontro de todos os sistemas de pensamento, uma filosofia que vá ao encontro de todas as religiões, uma filosofia que pressuponha o interesse geral de todos, e não exclusivamente do seu país: “Português que viva apenas para Portugal, como acho queria o Velho do Restelo, não tem significado algum nem vale a pena existir no mundo; temos de viver para o universo, ou seremos inúteis; a nossa filosofia deve poder abranger, dilatando-a a outros povos, a liberdade que a América defende no melhor da sua gente; a segurança econômica que a Rússia conseguiu estabelecer dentro de suas fronteiras; a renúncia de bens que depois de ter estado na filosofia e Kung-Tsé e na de Lao Tsé está na de Mao-Tsé. Sem Imperialismos, e corrigiremos a primeira; sem burocracia, e corrigiremos a segunda; sem catecismos e corrigiremos a terceira”.<sup>96</sup> E, se existir uma filosofia puramente nacional, realça o pensador que seja da seguinte maneira: “O que eu quero é que a filosofia que haja por estes lados arranque do povo português, faça que o povo português, bem comido e bem bebido e bem sabido, tenha confiança em si mesmo, não se deixe tratar de resto pelos franceses de subúrbio ...”.<sup>97</sup>

Esta observação leva-nos a um ponto fundamental. Que é preciso, antes de mais, fazer um levantamento das reais necessidades do mundo, observar as opressões e tiranias que ainda

---

<sup>94</sup> SILVA, A., *Resposta a Inquérito Sobre a Filosofia Portuguesa*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura II*, p. 260.

<sup>95</sup> IDEM, p. 259.

<sup>96</sup> IDEM, p. 260.

<sup>97</sup> SILVA, A., *Resposta a Inquérito Sobre a Filosofia Portuguesa*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura II*, p. 259.



acorrentam o homem, compreender verdadeiramente como o mundo está construído e quais as leis que o regem, para se agir contra o que acreditamos ser injusto, desumano e indigno. Esta deverá ser a real e única “batalha” do mediador cultural: lutar contra toda a espécie de repressão, tirania e fome que habita no mundo. Para isso, segundo Agostinho, teremos de compreender as reais necessidades do povo e perceber como é a sua vida, o que entende da vida e como gostaria que a vida fosse para si. Esta é a “filosofia” que surge e se impõe para o mediador. Pressupõe que o mesmo acredite que existem muitas coisas a fazer no mundo e que, para tal, deve colocar-se num estado de “disponibilidade perpétua”: disponibilidade para absorver o que o mundo lhe traz, disponibilidade para ser aquilo que é, disponibilidade para prestar atenção ao outro. No fundo, deve acreditar que tem uma missão a realizar no mundo, mesmo não sabendo qual é essa missão. Mas se o mediador não acreditar que é possível construir um mundo melhor, não será um mediador. Se não acreditar que é possível um dia erradicar os males existentes na sociedade, não será um mediador. Se o ímpeto do mediador não for movido por uma Amor universal, um amor desinteressado e genuíno, não conseguirá ser uma ponte ou uma fonte de consolo para outros homens. É preciso possuir uma ideia de “eternidade” e possuir a energia suficiente para transcender o que hoje se passa em todas as sociedades, para compreender o seu lugar no mundo. É, portanto, imperial e urgente um forte sentido de amor, bondade, compaixão e caridade para o mediador se integrar na essência das coisas, para compreender o sentido das coisas, para despojar-se da perspectiva exclusivamente cientificista dos fenómenos (que pressupõe uma visão bipolar sujeito-objecto) que habitam a “casa do ser” e que confere uma visão estreita da realidade. Ao testemunharmos o mundo e o “eu” como um só, novas fronteiras se abaterão para dar lugar a uma nova visão da humanidade e, se os bens materiais que possuímos nos incomodarem e constituírem um sério obstáculo nas e para as nossas ações, então deveremos igualmente despojar-nos delas.

O mediador é um servente da humanidade. Pressupõe “ser tudo, de todas as maneiras, uma vez que a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa”. Pressupõe abarcar em todo o seu ser o “tudo e o nada que É Deus”, sendo que permanecendo no nada é a melhor estância para se ser tudo. É, no fundo, utópico ou não, alguém que acredita que o mundo pode ser um dia um paraíso na terra. É nesta perspectiva que o primeiro passo fundamental a atingir é eliminar a pobreza para, logo depois, eliminar a miséria do saber: “Seria útil pôr bem claro que o primeiro ideal a atingir é esse mesmo, o da abundância dos meios de vida, ou, por outras palavras, o da eliminação da miséria: primeiro miséria física; depois, miséria do saber, e miséria do espírito em que fomos feitos à imagem e semelhança de Deus”.<sup>98</sup>A política dos três “S” que Agostinho mencionou numa

---

<sup>98</sup> SILVA, A., *A Coragem de Ser Outros*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 110., retirado de Notícia, nº 596, 8 de Maio de 1971.



entrevista na RTP, no programa “Conversas Vadias”, vai ao encontro desta última afirmação. O que se devia almejar para todos seria – e essa deveria constituir a primeira preocupação dos governos – em primeiro lugar, “Sustento”, para logo depois “Saber”, nunca descurando a “Saúde”. Se o mediador acreditar que o “homem é à imagem e semelhança de Deus”, então toda a opressão em que ele vive mergulhado será entendido como uma “diminuição de Deus”. Assim, caberá ao mediador fazer tudo o que estiver ao seu alcance para diminuir a dor do homem, que mais não é do que “Dor de Deus”. A acção do mediador deverá estender-se tanto quanto lhe for possível, na sua casa, na sua rua, para com os familiares e vizinhos, na sua cidade e, resumo geral, onde estiver: “... e se todo o mundo nos deve tocar, porque acima de tudo somos e devemos ser cada vez mais cidadãos do mundo, acho que o primeiro lugar do universo das nossas atenções deve ser aquele em que estamos, em que podemos exercer a nossa influência e que entregaremos, melhor do que encontramos, a colaborar com o progresso geral da humanidade quando nos tocar a hora de deixar a terra ou de nela nos aconchegarmos dormir”.<sup>99</sup>

Por último, Agostinho da Silva defende que cada homem é inteiramente original. Não existem dois homens completamente iguais. Se cada homem é exclusivo no mundo, então cada homem é singular no universo, o que lhe confere uma beleza ontológica impar de um valor extraordinário e incalculável. Precisamente por isso, cada ação que o mesmo tenha na terra, cada movimento, cada obra que produza é uma assinatura única no mundo. Se Deus é criação e criatividade, e o homem feito à sua imagem e semelhança, então ele é o mais belo “templo de Deus” e o que poderá criar é uma continuação da criação de Deus. Se o que o homem cria não existia no mundo ainda, então ele próprio será “Deus Sendo”, criador perfeito porque poeta à solta. O que tem acontecido até agora ao longo da história, tirando alguns casos excepcionais, é que o homem sempre foi submetido a um determinado sistema de sociedade que não lhe permite ser um criador nem ele próprio. Segundo Agostinho, o homem é um criador e só quando cria consegue ser livre. A tarefa do mediador cultural também terá de desaguar neste propósito: onde houver falta de liberdade e falta de “espírito”, também haverá diminuição de Deus. E que o indivíduo acorrentado, seja por grilhões visíveis ou invisíveis, é um indivíduo infeliz no mundo. Mas, para o homem poder pensar em criar, terá em primeiro lugar de conseguir sustentar-se e depois saber, para, no fim, poder criar: “Navegar, porém, não postula miséria; servir o mundo não deve significar sempre abandonar-se a si próprio; unir os povos, tal é a nossa missão, não implica separar-nos de nosso próprio povo. Ninguém mais deverá embarcar porque é pobre; ninguém mais deverá, porque é ignorante em Portugal, ir ser escravo em França; que nunca ninguém mais se meta à estrada por só na estrada, e longe, ser livre, e ele. É a nossa fórmula de abundância, para lá de capitalismo e de socialismo, que

---

<sup>99</sup> SILVA, A., *Cartas a São Félix*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, p. 110.

temos de levar aos outros; é a nossa invenção educadora, a de deixar que a gente cresça no saber, que nos será carga de novas naus; é a nossa crença no poder e na liberdade do espírito, sopro de Deus, que nos será agora um impulso de vento”.<sup>100</sup>

Boa vontade, amor desinteressado, empatia, solidariedade, compaixão e caridade estatuem-se como os princípios básicos para se destruir as barreiras e obstáculos que nos impedem de ver efetivamente o mundo. Estes princípios, quando verdadeiramente sentidos e efetivamente aplicados, poderão constituir a verdadeira mensagem da Língua Portuguesa ao mundo. Tal como referiu Agostinho da Silva: “A Língua Portuguesa não se abre para o mundo por meio da sua grafia. A língua portuguesa vale para o mundo aquilo que contiver a sua mensagem”.<sup>101</sup> Mensagem esta que não valerá nada se o seu conteúdo consistir meramente numa cópia fiel do pensamento oriundo dos grandes países ocidentalizados ou proveniente dos moldes cristalizados dos seus grandes sistemas económicos. A Língua Portuguesa, para Agostinho da Silva, só se poderá afirmar no mundo se for fiel a ela própria, à sua história, à sua genealogia, à sua literatura, à sua forma original de ver a vida. Para o filósofo, a sua forma de ver a vida vai ao encontro de um paracletismo ecuménico sem limites: uma língua de Paraclete, que outrora fora banhada pelo sagrado mas que, fruto de diversas circunstâncias históricas, desvirtuou-se do seu caminho não porque a língua perdeu o seu fulgor, mas porque o lusófono se esqueceu da sua mensagem primordial. Uma língua universal, que visa o absoluto, a integração e o ecumenismo.

## Ecumenismo

É através da crença em Deus Espírito Santo que Agostinho vislumbra a chave para um verdadeiro ecumenismo. Para o pensador, uma visão verdadeiramente ecuménica é aquela que congrega pessoas de diferentes ideologias ou credos. Assim, o Espírito Santo estatui-se como “o centro abstrato, o ponto simultaneamente ideal e existente, só pensado e real, em que se encontram todas as religiões”.<sup>102</sup> Vislumbra, por isso, um “catolicismo” universal autêntico cujo absoluto é o Espírito Santo: “é o Espírito o que une Pai e Filho, dos quais vem tudo resto, como criação da redenção; é o Espírito o traço comum de sujeito e objeto, por onde se estabelece todo o diálogo; é o Espírito a fonte indefinível de onde a vida pode fluir sob quaisquer formas, aquelas que eu conheço e venero ou não, e aquelas de que nem sequer posso ter uma ideia; é o Espírito que anima os que estão comigo e os meus adversários; foi o espírito quem me trouxe o Cristo e quem a outros trouxe

---

<sup>100</sup> SILVA, A., *Há quem lhe proponha Chamar-lhe Docimologia*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, p. 147, retirado de *Notícia*, nº 603, 26 de Junho de 1971.

<sup>101</sup> IBIDEM, p. 31.

<sup>102</sup> SILVA, A., *Ecúmena*, Goa - Cadernos Teológicos, in *Textos Vários, Dispersos*, p. 189.

Buda, Maomé e Lao-Tsu; [...] e se fordes fieis a este culto do Espírito podereis ir ao encontro de qualquer religião e qualquer religião poderá vir a vós, porque continuareis fieis ao essencial do cristianismo”.<sup>103</sup> O Deus de Agostinho é um Deus enigmático, é um Deus dos fenómenos visíveis e ocultos, do tudo e do nada, do ser e não ser simultâneo, transcendente e imanente, isto é, absolutamente ecuménico, onde congrega todas as religiões, ateísmo e agnosticismo num só, porque todos são aspetos parciais da verdade. Assim, é apologista da necessidade para um diálogo inter-religioso e trans-religioso como única forma para abrir caminhos para a paz universal, que poderá muito ser a missão da lusofonia: “Ecumenismo consiste em ver todas as religiões como os vários aspetos da religião portuguesa, e por Portugal esperemos que humana, da religião do Espírito, que um dia, na sua forma última e pura, abandonará todos os ritos pelo de viver a vida graciosa, trocará todas as orações pelo perder-se em Deus, e, tendo atingido a realidade, lhe serão sacramentos símbolos só. O ecumenismo Português tem de se afirmar pela igualdade de tratamento teológico e político de todas as religiões que Portugal contém, tratamento consequente ao ver-se claro que pode muçulmano ensinar a cristão o que é a Fé, pode cristão ensinar a confucionista o que é a Esperança, podem todos juntos ensinar a todos, procurando que os outros estejam sempre melhor e sejam sempre melhores e tenham sempre o melhor, o que é a Caridade. Ecumenismo não é contrato, é vida; vida plena e coagulada, como Deus a quer”.<sup>104</sup>

A caridade estatui-se como uma palavra-chave para o homem se mesclar em Deus. Segundo o pensador, a caridade se constitui como uma nova forma de inteligência porque se atribui uma nova forma de compreensão das coisas, porque é a bondade um “supremo entender”. Mas acima de tudo, este supremo entender permite ao homem desvendar o pormenor que normalmente não é visto no mundo e, assim, interessar-se por fenómenos diferentes que uma visão demasiado racional e demasiado ocupada não percebe. A caridade é uma “Palavra de raízes muito antigas que vão para além do grego, em que primeiro surgiu mais ou menos com esta forma, ligando-se, por exemplo, ao vocábulo latino donde vem o nosso “exortar” e ao alemão “gern”, que significa “de boa vontade” ou “com agrado”, parece ter exprimido como ideia fundamental a qualidade da pessoa que, pela irradiação da sua personalidade, pelo encanto da sua palavra, pela presença até do seu silêncio, poderia mover os outros a praticarem tal ou tal ação que também lhes aumentasse a capacidade, digamos assim, de serem gente igualmente humana, radiante e fraterna. Não há, portanto, na relação que a palavra implica entre dois seres, nenhuma espécie de passividade nem de um lado nem de outro: a energia de um não vem cobrir como uma mortalha um desfalecido corpo ou uma alma que renunciou: vem dar o impulso e o estímulo [...], para que, querendo os dois, se possa propagar a ação mais longe e mais profundo”.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> SILVA, A., *Ecúmena*, in Textos e Ensaios Filosóficos II, p.194.

<sup>104</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in Textos e Ensaios Pedagógicos II, p.106.

<sup>105</sup> SILVA, A., *O Baldio do Povo*, in Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 278, retirado de *Vida Mundial*,

A caridade, tal como a compaixão, constituem a porta de entrada para uma experiência religiosa do indivíduo que possibilitará a construção de um novo mundo porque, se o eu melhora e, com o eu, aqueles com quem se compartilha ações que não são demagógicas, autoritárias ou arrogantes, cumprir-se-á, num lugar qualquer do mundo, seja numa esquina, seja num café, uma porção do Quinto Império ou o Reino do Espírito Santo:

“Parece-me ainda que, se for inteiramente caridoso, isto é, de total compreensão e de total querer, desejará até mais do que isto; que os outros lhe sejam superiores, vão mais longe do que ele, atinjam no real as metas que ele apenas sonhou; ser ultrapassado pelos a quem ajudou será para ele a garantia de que não falhou no uso dos bens de que pareceu dotado: a sua missão que não deve ser de raros, nem sequer de muitos, mas sim de todos”.<sup>106</sup>

Na obra *Caminhos da Fé* (2012), Dalai Lama propõe como as religiões do mundo podem conviver em paz. Ao longo da história da humanidade, uma área em que a coexistência pacífica tem sido extremamente problemática é a das relações entre as diversas religiões do mundo. A história da religião está carregada de discórdias, suspeitas mútuas e conflitos ideológicos decorrentes do fanatismo e do exclusivismo ou da visão de que a fé de cada um é a única verdadeira e legítima. Para Dalai Lama, o desafio que temos diante de nós, que considera extremamente urgente, consiste em superar esta história e alcançar um entendimento harmonioso enraizado na compaixão.

Dalai Lama defende que é um dever de todos os seres humanos que aspirem à perfeição espiritual afirmar o valor fundamental da compaixão que existe tanto no coração da natureza humana como no cerne dos ensinamentos éticos de todas as principais religiões do mundo. Para isso, é fundamental afastarmos as visões exclusivistas e inclusivistas que habitam no coração humano, para abraçarmos uma visão pluralista das religiões. Longe das questões culturais e metafísicas que qualquer religião comporta e que têm originado guerras desde sempre entre elas, Dalai Lama acredita que “todas as religiões acentuam a compaixão como um valor espiritual fundamental”<sup>107</sup>, e que, por isso mesmo, “há um potencial tremendo para que as religiões do mundo se unam para defender o bem da humanidade”. Dalai Lama indica-nos, nesta obra, como as grandes religiões do mundo, teístas e ateístas, como o budismo, o cristianismo, o hinduísmo, o confucionismo, o judaísmo, o jainismo, o Taoísmo, o islamismo, partilham um conjunto de ensinamentos éticos fundamentais que poderá ser a base para uma melhor compreensão e harmonia inter-religiosa. Porém, uma abordagem bem-sucedida não pode ocultar as diferenças ou promover uma visão vaga de que todas as religiões acabam por ser uma só, nem tentar fundir todos os seus valores positivos numa espécie de fé universal: “Pelo contrário, terá de envolver a articulação explícita e a

---

nº 1710, 10 de Março de 1972.

<sup>106</sup> IDEM, p. 279.

<sup>107</sup> LAMA, DALAI, *Caminhos da Fé*, p. 13.

celebração dessas mesmas diferenças, visto que as diferenças entre religiões representam a beleza infinita de Deus e a riqueza do espírito humano”.<sup>108</sup>

O que Dalai Lama propõe, como primeiro passo para a harmonia inter-religiosa, é a necessidade do reconhecimento da diversidade no seio das religiões para uma maior compreensão mútua. Assim, a verdadeira compreensão do “outro”, tem de basear-se num genuíno reconhecimento e respeito da realidade desse outro. Por outro lado, é inegável que os ensinamentos das grandes religiões do mundo proporcionam inúmeros benefícios aos seus seguidores – situação que por si só deveria merecer todo o respeito de todos, crentes e não crentes. Desta forma, refere Dalai Lama que “para um crente, um elemento-chave consiste em ser verdadeiramente sincero no que respeita aos valores da compaixão que estão no cerne da sua própria tradição de fé. É que a razão suprema para respeitarmos as outras religiões consiste em ver que também elas promovem as mais belas qualidades do coração humano e promovem a compaixão e o amor-bondade – exatamente as qualidades que procuramos alcançar através da nossa própria religião. É muito interessante que, no que se refere às práticas espirituais, que eu considero serem a essência dos ensinamentos religiosos, em oposição às formulações teológicas ou metafísicas, existe uma profunda convergência entre as diferentes tradições. Todas elas veiculam a mensagem de amor, compaixão e fraternidade universal. Baseando-se nestas virtudes, todas elas ensinam o perdão, a clemência, a sobriedade, a simplicidade do modo de vida e a autodisciplina”.<sup>109</sup>

No momento de abordar a questão da pluralidade religiosa, Dalai Lama considera que existem três aspetos fundamentais de uma tradição de fé a ter em conta: a primeira, os ensinamentos éticos; a segunda, as doutrinas ou a metafísica; a terceira, os elementos culturais específicos.

O autor analisa estes três pontos que considera fundamentais para chegar à conclusão que, tanto o segundo como o terceiro ponto, normalmente, são a causa da divergência entre as religiões, sobretudo o segundo: o doutrinal ou metafísico. Pois aqui existem grandes divergências no que se refere à origem do universo ou na questão básica do que acontece depois da morte. Contudo, são estas divergências que compõem o tecido de cada religião, em virtude do longo desenvolvimento histórico que envolveu as experiências de muitas gerações, e por causa disso, cada religião contém uma beleza, uma lógica e uma singularidade única. É esta diversidade que todos nós, crentes e não crentes, temos de compreender e respeitar, com a mente e espírito plenamente disponível, pois esta mesma diversidade permite às religiões do mundo servir um número muitíssimo vasto de seres humanos.

Quanto ao primeiro ponto, os ensinamentos éticos, há inegavelmente uma grande convergência entre as grandes religiões do mundo. A mensagem central de todas estas religiões é

---

<sup>108</sup> IDEM, p. 139.

<sup>109</sup> IBIDEM, p. 155.

o amor, a compaixão e a fraternidade universal. Refere Dalai Lama que “uma tradição teísta pode instar os seus seguidores a “amarem o próximo”, visto que essa é a vontade de Deus, ao passo que a tradição não teísta pode dizer que, dada a lei de causa e efeito, se uma pessoa não deseja o seu próprio sofrimento, então nada fará que cause sofrimento aos outros. Contudo, a este nível, o propósito de todas as religiões é o mesmo: contribuir para o bem-estar da humanidade, criar um ser humano mais compassivo e responsável. Para além de os ensinamentos éticos das religiões serem essencialmente os mesmos, os frutos do amor e da compaixão são também iguais. Por exemplo, da mesma forma que Madre Teresa de Calcutá foi um produto dos grandes ensinamentos do Cristianismo sobre a compaixão, também uma grande alma como o Mahatma Gandhi (que demonstrou o poder da não violência como um meio político efetivo) foi basicamente um produto direto da grande religião da Índia, o Hinduísmo”.<sup>110</sup> Esta descoberta, para Dalai Lama, de todas as religiões “constituírem a base de sistemas éticos louváveis e incrivelmente paralelos é pura e simplesmente maravilhoso”.<sup>111</sup>

Neste sentido, Dalai Lama acredita que existe a possibilidade de uma coexistência harmoniosa entre as religiões do mundo. Se esta possibilidade for verdadeira, terá três importantes consequências:

“A primeira é que os seguidores das grandes religiões têm genuinamente o poder de evitar que a religião volte a ser causa de discórdia ou de conflito na família humana.

A segunda é que, embora aceitando as nossas divergências metafísicas, se conseguirmos reconhecer realmente que a compaixão é o nosso valor espiritual coletivo e fundamental, então poderemos falar a uma só voz.

A terceira, a mais importante, mas também a mais difícil, é que, se concordarmos que uma das mais urgentes tarefas da humanidade, hoje em dia, é estabelecer uma genuína coexistência pacífica entre os povos de todo o mundo, então as religiões têm um papel crucial a desempenhar”.<sup>112</sup>

Em jeito de conclusão, Dalai Lama postula a possibilidade de, um dia, as religiões serem capazes de estabelecer relações de paz e de consenso geral entre si. Mais do que isso, defende que as religiões podem aprender umas com as outras, e que o diálogo deverá ser o primeiro passo para promover essa aprendizagem. Para isso, fornece as chaves para este encontro, que se deverá fomentar através do profundo respeito e veneração por todas as doutrinas e metafísicas religiosas, que são tão divergentes entre si quanto ricas, evitando cair na tentação exclusivista que considera que determinada religião é a melhor e genuína, mas aceitar que cada pessoa abraçou a religião que melhor convinha, em virtude de circunstâncias culturais, sociais e pessoais, entre outras.

---

<sup>110</sup> IBIDEM, pp. 156-157.

<sup>111</sup> IBIDEM, p. 166.

<sup>112</sup> IBIDEM, p. 167.

Mas qual é a finalidade de tudo o que foi dito? Estas propostas não se limitam a eliminar somente a discórdia decorrente das diferenças religiosas. Como refere Dalai Lama: “Partindo da base comum de uma ética assente na compaixão, e constituindo instituições e comunidades de indivíduos profundamente comprometidos com o mundo, as principais religiões têm um grande potencial para atuarem juntas, de uma forma positiva, tendo em vista o bem da humanidade”.<sup>113</sup> O que se pretende é, assim, canalizar esforços para fazer face aos muitos desafios e necessidades com que a humanidade se confronta hoje: a divisão entre povos baseada no preconceito, a crise ambiental, o fosso entre pobres e ricos e os dilemas éticos decorrentes dos novos conhecimentos científicos e das inovações tecnológicas.

Neste caso, o apelo à forma de vida simples, à compaixão e ao amor desinteressado pelo outro, assente em todas as religiões do mundo, é uma exortação óbvia e direta à ação. É através deste ponto-chave que todas as religiões poderão unir sinergias para, em primeiro lugar, acabar com as fontes de conflito, discórdia e guerras no seio das próprias religiões; para que haja uma verdadeira coexistência pacífica no mundo, é indispensável a harmonia entre as principais religiões. Em segundo lugar, porque é através desta forma de estar que se pode transmitir uma mensagem de paz e concórdia no mundo. Em terceiro lugar, ao regressarmos às nossas qualidades humanas básicas, como a empatia e a bondade – valores comuns em todas as religiões – todas as diferenças se desmoronam. Sejam ricos ou pobres, crentes ou não crentes, homens e mulheres, negros, brancos e castanhos, todos nós aspiramos à felicidade e rejeitamos o sofrimento. A lição fundamental é acreditar na bondade do coração humano, espaço onde todos nós somos simplesmente humanos. A fórmula é muito simples, segundo Dalai Lama: “Se acreditam em Deus, vejam os outros como filhos de Deus. Se não são teístas, vejam todos os seres como a vossa mãe. Se fizerem isto, não haverá lugar para o preconceito, para a intolerância, nem para a exclusividade. [...] Faço este apelo a todas as pessoas, crentes e não crentes. Abracem sempre a humanidade comum que existe nos corações de todos nós”.<sup>114</sup> Assimilando esta perspectiva, refere Dalai Lama, deixa de haver lugar para estranhos, “pois todos são irmãos e irmãs nas suas jornadas ao longo da vida”.<sup>115</sup>

É inegável que Agostinho da Silva e Dalai Lama partilham pontos de vista semelhantes quando defendem o mesmo caminho (talvez estreito) para um diálogo universal para a paz, trans-religioso e inter-religioso. É através dos elos de ligação que constituem as bases estruturais de todas as religiões como o apelo à forma de vida simples, à compaixão e ao amor desinteressado pelo outro, que as mesmas poderão construir pontes para acabar com as fontes de conflito, discórdia e guerras no cerne das próprias religiões. Para Agostinho, a doutrina de Deus (Cristo), permite

---

<sup>113</sup> IBIDEM, p. 171.

<sup>114</sup> IBIDEM, p. 184.

<sup>115</sup> IBIDEM.



considerar todas as religiões como boas embora em graus diferentes e todos os homens como religiosos. Portanto, tudo o que existe contém Deus e Deus contém tudo o que existe. Sob este ponto de vista, a visão mais alta que podemos ter de Deus é uma visão de Inteligência e de Amor que se estende a todos os homens, a todos os credos e a todas as raças. Se todas as religiões são um sinal da diversidade de Deus, então todas as religiões devem ser respeitadas, todas as formas de ser e de estar – incluindo os agnósticos e ateus – devem ser apreciadas como uma das faces do Inominável, porque representam a multiplicidade de Deus na terra. O reino do Espírito Santo ou a vinda de uma terceira Idade ao mundo não implica a redenção somente dos cristãos, mas de todas as religiões, de todas as pessoas, homens e mulheres, pobres e ricos.

Se todas as limitações de inteligência e de amor são limitações de Deus, torna-se urgente, por isso, revitalizar a odisseia portuguesa, que nada mais é do que uma odisseia lusófona, com todos aqueles que, mesmo não sendo lusófonos, queiram participar. A grande mensagem que a lusofonia poderá trazer ao mundo, mais não é do que uma mensagem escrita num pergaminho antigo, demasiado antigo, cujo valor é incalculável e a sua informação, mais do que atemporal, é reformadora e transformadora: que qualquer homem, acima de tudo, é a criação mais bela do universo e que a sua vida deverá ser uma extensão da beleza da criação de Deus. E que o Homem, imbuído de Amor desinteressado e genuíno, alimentado de compaixão e caridade, tornar-se-á uma “centelha do fogo divino”, instrumento de Deus livre e solto, que, desprendido das amarras do materialismo estéril, vive e sonha para a criatividade, vive e sonha para que o mundo seja um dia o melhor dos mundos possíveis, sonha e age para que todos possam ser livres como a criança que, brincando, constroi o melhor dos mundos possível. Agostinho acredita que a grandeza ecuménica presente ao longo da história portuguesa, como são os momentos do culto popular do Espírito Santo, os templários da Ordem de Cristo e a universalidade da igreja portuguesa, aliados às características do lusófono em geral, são claros indicadores de um futuro promissor, não surpreendendo, por isso, que o filósofo acalente o desejo – ao longo da sua obra – do papel muito importante que a lusofonia pode desempenhar no mundo: “A igreja ecuménica, nós a poderíamos pregar melhor que ninguém, pois soubemos conviver, nos tempos que verdadeiramente foram nossos, com judeus e mouriscos, propusemos que budismo e cristianismo se fundissem, sonhamos templos shinto de ritual cristão; fomos do Espírito Santo muito mais que de um Deus regendo ou de um Deus morrendo. A Republica Universal, nós poderíamos propugnar melhor do que ninguém porque soubemos unir, também nos tempos nossos, de concelho a concelho, as diversidades do mundo. O Tudo para Todos, nós o poderíamos organizar melhor que ninguém, que essa foi nossa vida, quando a tínhamos, em plaino ou serra”.<sup>116</sup> Agostinho da Silva acredita que se prestarmos

---

<sup>116</sup> SILVA, A., *Quinze Princípios Portugueses*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p.291.



atenção à história portuguesa, vislumbramos episódios ímpares e gloriosos na sua trajetória e que podemos aprender muito através desses grandes momentos. Assim, Portugal pode começar a afirmar “essa sua aventura intelectual”: “Podemos começa-la agora. E podemos começa-la nós. É a nossa hora histórica. [...] Temos de agir depressa. Uma das razões de triunfo ali estará em fazer rápido, seguro e bom. Temos de mostrar que ainda somos os planejadores e executores de outros tempos. Que somos capazes de fazer as coisas no papel e depois as colocar no terreno, mas colocar depressa antes que os outros apareçam. [...] e temos de fazer uma coisa ampla – como fez coisa ampla a nossa gente para trás. Imaginar largo. Fazer grande porque depois, a pouco e pouco, nós iremos enchendo aquilo tudo. Porque cheio fica por nossa conta”.<sup>117</sup>

Porém, se Portugal, enquanto país tem capacidade para despoletar e “afirmar” uma aventura intelectual é uma afirmação que pode levantar muitas questões e muitas dúvidas, não deixa de ser verdade que a mensagem agostiniana vai, numa primeira instância, ao encontro de cada lusófono, presente nos cinco continentes do mundo. “O homem só poderá salvar-se do ócio que o ameaça se aprender a sair de si próprio e se utilizar toda a liberdade de que poderá fruir para que plenamente se entregue aquele apaixonado amor, que, livrando-o de ter planos particulares, o integrará no grande plano do caminho do plural para o uno; do objeto para o sujeito; dele mesmo a Deus”.<sup>118</sup> Acima de tudo, à luz do pensamento de Agostinho, é urgente uma transformação pessoal. Da mesma forma, quando Fernando Pessoa escreve na Mensagem – “é a hora!”, invoca o despertar da consciência de cada pessoa para esta ir ao encontro do seu lugar no mundo. Torna-se urgente, à luz destas considerações uma profunda metanoia: “Mas o Rei está apenas oculto, na ilha de encantos que é cada um de nós, e espera que a ele nos submetamos para que surja e salve; baste que acorde na alma de um de nós, para que também desperte nas almas que se perdem de tristeza e de dó pelas aldeias da Península, pelas Savanas de África, pelos patamares da Índia, pelas favelas de Paris ou pelas avenidas da Alemanha”.<sup>119</sup> Para Agostinho, para que o mundo mude, basta que o “eu” mude, e esta transformação é crucial para a missão que cada um tem a realizar. E, se o mundo está cheio de problemas, o lusófono tem de se concentrar na resolução desses problemas: “Temos de inventar, que dar projetos e ideias às pessoas, porque hoje no mundo, e sobretudo no mundo universitário – o que é estranho –, ninguém tem nenhuma ideia do que quer fazer, ninguém tem nenhum plano para o futuro, anda tudo à deriva. E o português que armou caravela que navegava até contra o vento, o português tem obrigação de nesta altura surgir com ideias, dar rumos e dar soluções para problemas que para os outros aparecem apenas como problemas e cada vez mais

---

<sup>117</sup> SILVA, A., *Presença de Portugal*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, pp. 132-133.

<sup>118</sup> SILVA, A., *Só Ajustamentos, Automatismo e Ódio*, in Textos e Ensaio Filosóficos II, p. 127.

<sup>119</sup> SILVA, A., *Quinze Princípios Portugueses*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p.291.

enredados problemas”.<sup>120</sup> O papel da lusofonia e da Língua Portuguesa no mundo poderá ser muito importante no contexto mundial se compreender que a sua primeira prioridade passa por combater os flagelos que avassalam a humanidade, como a fome, a miséria, a falta de oportunidades de trabalho, as injustiças sociais, a poluição, a escravidão invisível, a extinção de espécies animais e vegetais e a guerra religiosa. Talvez esta seja a oportunidade de ouro que a comunidade lusófona tenha para se encontrar a si própria. Talvez seja esta a hora em que, tal como muitos outros autores da Língua Portuguesa preconizaram, de reunir todas as condições possíveis para fornecer uma mensagem de esperança e redenção ao mundo:

“Mas há outra coisa importante: é que esta nossa cultura portuguesa (no sentido geral de Cultura dos povos que falam português), esta nossa cultura portuguesa tem de entrar no mundo com a sua candeiazinha espantando treva. É a única que o pode fazer. Não há nenhuma hoje das culturas do mundo, nenhuma, que possa resolver os problemas do mesmo mundo. Nós podemos. Nenhum dos países que hoje têm a liderança tem solução para coisa nenhuma a não ser fazer mais máquinas que rendam mais obras. Nós, porém, temos solução para os problemas mais graves do mundo”.<sup>121</sup>

Não é, contudo, uma tarefa fácil. Tal como não foi fácil a tarefa dos descobrimentos. Mas caberá a cada um de nós analisar esta situação e verificar se ela é possível ou não. Uma das interpretações da história lusófona remete-nos para um presente (ou futuro) cuja dimensão afigura-se ilimitada, porque se trata de empreender numa viagem eminentemente espiritual que não se vai travar sem dor e sem discórdia. Afinal, a defesa da crença de que o mundo poderá ser um paraíso levanta muitas dúvidas e, com certeza, confusão e conflito. Neste sentido, há muito trabalho a fazer. Mas é possível acreditar que a terceira idade do mundo é a idade do Espírito Santo. A crença de que o Espírito é o elo que une sujeito e objecto, por onde se estabelece todo o diálogo. É o espírito a fonte indefinível por onde a vida pode fluir sob quaisquer formas; é o Espírito a fonte pela qual se pode entrar no coração de todas as religiões, no coração de todos os homens e no coração da própria criação e criatividade.

## O Brasil

Quando Agostinho, já no Brasil, escreve a obra *A Comédia Latina*, preconizará que a Idade de Ouro não é um mito, apoiando-se em diversos estudos recomendados por viajantes e etnógrafos que atestariam a veracidade de que, em finais do século XIX e inícios do século XX, viveram

---

<sup>120</sup> SILVA, A., *Presença de Portugal*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, 134.

<sup>121</sup> SILVA, A., *Presença de Portugal*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, 134.

pequenas comunidades espalhadas pelo mundo mergulhadas no estado paradisíaco descrito pelos mitos da “Idade de Ouro”. Como já foi anteriormente referido, estas populações primitivas viviam extremamente alegres, sem propriedade e sem religião organizada. A ida para o Brasil foi muito importante para o Agostinho da Silva, porque permitiu-lhe compreender que, afinal, é possível para o homem e para a humanidade atingir a “Idade de Ouro”. Nesta leitura, uma vez que os Portugueses estão diretamente ligados à criação do Brasil, interessou a Agostinho da Silva compreender a ação que os portugueses tiveram diretamente nesse país. As observações agostinianas são no mínimo surpreendentes.

Assim, considerando o propósito das intenções dos portugueses no Brasil, Agostinho não acredita que as suas ações se tenham motivado exclusivamente pela sede dos recursos que o país oferecia. É certo que se enquadraram nas grandes correntes económicas do tempo, mas não acredita que as ações dos portugueses tenham colocado de lado os “ímpetos cavaleiros dos infantes”.<sup>122</sup> É evidente que os portugueses procuraram ouro e escravos, procuraram espaços de conquista no território, explorando e expandindo a sua influência, comportamentos afinal previsíveis de homens que “tinham de comer e de vestir e de se importar onde morar”.<sup>123</sup> De qualquer maneira, mesmo em relação ao ouro, Agostinho tem sérias dúvidas das intenções dos portugueses, uma vez que, na altura, estavam em voga concepções alquimistas que “punham o ouro como um símbolo da incorruptibilidade do espírito, quer enquanto vivo o corpo, quer depois da morte”.<sup>124</sup> O ouro constituía a “chave dos segredos do mundo”. A questão que Agostinho coloca é: “Teriam os portugueses, nas suas viagens, procurado esse ouro, o de divino brilho, ou só o outro, o de brilho bancário?”.<sup>125</sup> A questão é muito difícil de responder. Se por um lado, os portugueses se depararam com uma terra à qual atribuíram o nome de paraíso ou flor-de-lis, e pelo nome se constata o significado da descoberta, por outro lado, fora necessário justificar com resultados o investimento dispendioso da coroa portuguesa nas expedições marítimas.

Em relação aos escravos, ponto extremamente sensível na odisseia dos portugueses no Brasil e fonte de várias críticas por parte de historiadores reputados quando referenciam a desumanização dos portugueses em relação à escravização e exploração dos africanos, Agostinho também coloca reticências neste domínio. Afinal, quando se compra um escravo, trata-se de adquirir mão-de-obra gratuita para obtenção de lucro, ou de produção para o ócio? Segundo Agostinho, “se vamos pelo primeiro caminho, não se percebe como depois se mostrou Portugal sempre tão avesso à indústria,

---

<sup>122</sup> SILVA, A., *As Ocultas Razões*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 85. retirado da *Vida Mundial*, nº 1657, 12 de Março de 1971.

<sup>123</sup> IDEM.

<sup>124</sup> IDEM, p. 86.

<sup>125</sup> IDEM.

a qual lhe não parece rota própria, nem pela terra nem pela gente. Se vamos pelo outro, foram os portugueses vítimas do tempo, que não criara ainda a máquina automática e o computador, único meio de nos livrarmos de escravos e salários”.<sup>126</sup> Em relação propriamente ao Brasil, e para reforçar a sua tese, o pensador alude ao adorno do mapa do Brasil com a flor-de-lis, representação que não é de origem económica, descrito como a morada de uma Ilha Brasil, a “morada dos bem-aventurados”. Ou seja, havia uma noção de que, até ao século XVIII, o Brasil era o Paraíso. Neste ponto, questiona Agostinho: “tratava-se então de uma simples terra de conquista e expansão ou de estabelecer em terra nova um mundo novo que fosse de bem-aventurança, viva, porém, agora, para lá transferindo as suas ilhas de sonho?”.<sup>127</sup> Por outras palavras, o pensador considera que, se estas hipóteses estiverem corretas, os descobrimentos seriam a “fonte de inspiração para que jamais a nossa ciência matasse o nosso espírito, para que jamais a vida fosse para os homens maldição e não benção, para que afinal, o Portugal, que a nação nunca chegou a ser plenamente, agora, por nós, se libertasse de todos os seus grilhões e fosse para o seu povo, e todos os povos, incorrupto ouro, perpétua criação, e céu na terra, o que mais importa”.<sup>128</sup>

Quando os portugueses descobriram o Brasil, houve a sensação que se iria iniciar uma nova era. Os Portugueses eram provenientes de uma terra em que a sua religião de fraternidade, de humildade, de pobreza se entregara aos “jogos de poder”, às “apetências do luxo” e aos “orgulhos de possuir a verdade”. Mas, assim que se avistou os nativos pelas praias, a correrem nus e alegres, era possível sonhar uma humanidade nova. Agostinho escreve-nos o seguinte:

“Poucos povos se terão encontrado no mundo com a alegre surpresa, o encanto e o perfeito entendimento com que se avistaram portugueses e tupis no descobrimento do Brasil. Acharam-nos mansos, cordiais e inocentes – e, pelo jeito como fraternizaram com os portugueses, trocando presentes e bailando ao som de gaita, depois assistindo de perto e reverentes à cerimônia da missa, é fora de dúvida que também os tupis consideraram dia fausto o da chegada das naus”.<sup>129</sup>

O que os portugueses descobriram, muito mais do que uma nova terra, foi um conjunto de nativos que ofereciam tudo o que possuía, gente que tinha pouco interesse pelo ouro e pelos bens materiais, gente sem submissões hierárquicas; gente tão curiosa, tão pura e submissa que aceitariam de bom grado a palavra e os símbolos de Cristo, “que decerto acolheriam como sua a desconfiança que Portugal tinha de Roma e que ora manifestava pela cavalcada furiosa de

---

<sup>126</sup> IDEM. Para além do que, no entender de Agostinho, houve pouca gente no mundo que, como os portugueses “choravam a pena de seus escravos e procuravam melhorar-lhes a sorte”.

<sup>127</sup> IDEM, p. 87.

<sup>128</sup> IDEM.

<sup>129</sup> SILVA, A., *Sobre Índios e Suecos*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 99, retirado na *Vida Mundial*, nº 1664, 30 de Abril de 1971.

D. Afonso Henriques atrás do núncio para o descabeçar, ora pelo entusiasmo com que o reino havia acolhido as doutrinas de Joaquim de Fiore a ele trazidas pela Rainha Santa Isabel”.<sup>130</sup>

À luz destas considerações, tendo em conta as principais características do povo Brasileiro, combinado com a diversidade de religiões existentes no país e a mistura de populações no seu seio, permite a Agostinho estatuir o Brasil como o modelo de futuro.

O texto que se segue de Cassano Ricardo ilustra bem os pontos que estamos a abordar:

“Em síntese:

- a) Que estamos elaborando uma civilização de fundo mais motivo que a dos outros povos, – não há dúvida.
- b) Que o brasileiro se deixa levar, ou consegue vencer, mais pelo coração do que pela cabeça, é coisa que me parece incontestável.
- c) Que somos muito mais propensos a ideologias do que a ideias, – quem o negará?
- d) Que detestamos a violência porque o nosso estilo de vida é o da mansidão social, – certíssimo.
- e) Que até na inimizade e mesmo na hostilidade o brasileiro é “menos cruel” que os outros povos – muito bem. Menos odioso – nada mais verdadeiro.
- f) Que a história nos demonstra esse “menos cruel”, como acontece na própria conquista da terra – é ponto pacífico.
- g) Que a bondade (ao invés da cordialidade) é a nossa contribuição ao mundo, – é uma verdade que a observação dos factos confirma plenamente.
- h) Que o brasileiro (quando mais polido) sabe tirar partido da própria bondade, e que esse seu *ricorso* se poderia chamar “técnico da bondade” – é tese que me pareceu não só procedente como original.
- i) Que essa bondade, no plano social e político, é o primeiro fundamento de nossa democracia social – sempre me pareceu certo.
- j) Que somos individualistas, mas que o nosso individualismo encontra, em grande parte, o seu corretivo natural na bondade específica do brasileiro – nada mais justo.
- k) Mas que “cordialidade” seja, no sentido em que tomamos a praticamos essa palavra (polidéz), a nossa contribuição ao mundo, não se me afigura aceitável nem cabível”.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> IDEM, p. 100.

<sup>131</sup> RICARDO, CASSANO, *O Homem Cordial*, Rio de Janeiro, MEC/NL, 1959, pp. 21-22.

Estas posições de Cassano Ricardo são ilustrativas da posição que Agostinho da Silva defenderá, daqui por diante. A posição de que o Brasil poderá ser um país muito importante para o mundo se oferecer aquilo que tem de melhor:

“Português se fez, como toda a gente, para ser economicamente livre e qualquer liberdade lhe significa pouco se não tiver a de estar fisicamente vivo; mas fez-se também, e é essa uma das grandes afirmações do Brasil, para não considerar que o trabalho seja um valor absoluto: o trabalho é apenas uma desagradável necessidade enquanto nos não é possível viver em tempo todo livre”.<sup>132</sup>

Agostinho da Silva vislumbrou no Brasil um terreno fértil para o desenvolvimento do Reino do Espírito Santo, teologia afinal de que o povo comunga e que se encontra enraizado desde a altura dos descobrimentos. Na obra “Ensaio para uma teoria do Brasil”, Agostinho define o povo Brasileiro e o Brasil como o lugar físico e espiritual donde pode provir a redenção do mundo. Contudo, o Brasil poderá ser essa a realidade se não for atrás dos moldes civilizacionais americanos ou europeus. O Brasil poderá ser essa realidade se ousar ser ele próprio, se ousar pensar por si próprio e se ousar utilizar tudo o que melhor dispõe de si mesmo ao serviço dos outros:

“...as nações mais arraigadas na História parecem não compreender que estão ultrapassadas e que lhes vai acontecer o que sucedeu aos monstros do secundário, extintos por falta de condições de vida, condições interiores e exteriores. Brasil, porém, e felizmente, tem pouca história; Brasília ainda menos; o que é necessário é que não tomem sobre si a história dos outros e abram caminho novos, para os quais a imaginação convém mais que a memória, vale mais a iniciativa do que é hábito e é aconselhável que se procure ser modelo e não cópia; um Brasil igual ao mundo será desprezado por ele, por falhar na missão de guia em que todos o viam; ouse, porém, Brasil ser diferente, vá pela Liberdade, a paz e o espírito que cria, e a nova Jerusalém estará aqui, no Planalto, não no reanimar das que caíram em ruínas e em ruínas deveriam ter ficado: para sempre em ruínas”.<sup>133</sup> A falta de ideias a nível mundial, a ausência de projetos que visem o bem-estar de todos e não só de alguns, a coroação da economia selvagem e desumana como porta-estandarte da era contemporânea, o desemprego galopante, a pobreza extrema, os grandes problemas ecológicos e o alto grau de conflitualidade política e religiosa são alguns dos sinais reveladores de que as civilizações ditas modernas estão a entrar numa profunda letargia e num profundo declínio, abismo do qual não conseguem sair. É neste contexto que surge a esperança de um país novo, como o Brasil, e é neste contexto que poderá surgir a comunidade lusófona que, tal como Miguel Real indica, “deverá provocar uma espécie de choque cultural radicalmente subversor dos valores dominantes no mundo contemporâneo”.<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> SILVA, AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in Textos e Ensaios Pedagógicos II, p.102.

<sup>133</sup> SILVA, A., *De que Sobram Idades*, in Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, retirado no *Correio Braziliense*, 4 de Dezembro de 1970.

<sup>134</sup> REAL, MIGUEL, *A Vocação Histórica de Portugal*, p. 135.

O choque cultural, à luz do pensamento de Agostinho da Silva, não passará por ser técnica, científica ou política. Para isso já existem países que são muito bons nessa missão: “Não creio que a Nação Portuguesa, repito, a Nação Portuguesa que foi até 1822 um só Estado, que hoje se encontra dividida em dois e pode amanhã ser vários ou um só, e neste caso, federativo, que o é já o Brasil, não creio que a Nação Portuguesa tenha de desempenhar no mundo qualquer relevante missão científica, técnica ou industrial ou puramente política; e, se a tivesse, me interessaria pouco sua missão, já que me parece que não está a humanidade essencialmente precisada de tais empreendimentos. Se tem alguma coisa que lhe seja própria é a de iniciar entre todos os homens uma convivência de espírito, como outrora iniciou pelos descobrimentos, que tanto foram o do caminho marítimo para a Índia, como o do interior de Mato Grosso ou da Amazônia ou dos reinos do Monomotapa, uma convivência digamos física ou antropológica. A missão da Nação Portuguesa é a da Paz; se outra não tivesse seria sem sentido a sua história e inútil a sua presente existência; para ser o que estão sendo os outros mais lhe valeria não ser”.<sup>135</sup>

O grande problema de um país como o Brasil, que neste momento encontra-se num período de grande desenvolvimento económico, é o problema de um dia se sentir tentado ao financiamento dos dólares que habitam ali tão perto e, regra geral, a todo o investimento estrangeiro. Sendo esta situação perfeitamente natural nos países emergentes, problemas poderão surgir se o Brasil encarrear por um caminho que quase todos os países industrializados trilharam: “Não é talvez de esquecer que é hoje o Japão uma nação de indivíduos que, ao contrário do próprio conceito de indivíduo, se encontram essencialmente divididos, entre seu profundo pensar, o do contemplativo amor da natureza, e seu superficial agir, o da frenética destruição da natureza: dantes havia no Japão uma terra para viver, na beleza e na graça; é toda agora para morar e produzir, na angústia dos horários e no terror do rentável: fabricarão um dia seus estaleiros navios-fantasmas em que tripulação alguma se encantará com o mar e suas oficinas eletrônicas e rádios perfeitos que ninguém mais terá tempo de ouvir”.<sup>136</sup> Esta afirmação de Agostinho da Silva é assustadora. Alerta-nos para um possível desfecho que pode ocorrer no Brasil e que tem sido uma consequência inevitável para muitos países. Países que se esqueceram por completo as suas raízes mais profundas em detrimento da competição económico-financeira mundial; países que abandonaram uma forma de estar ímpar no mundo para se tornarem semelhantes a tantos outros. É evidente que fenómenos como o multiculturalismo e a globalização e as novas tecnologias de informação e comunicação incrementaram este posicionamento. Por outro lado, não deixa de ser importante a preservação da

---

<sup>135</sup> SILVA, A., *Três Vezes se Diria*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 147, retirado de *Notícia*, nº 597, 15 de Maio de 1971.

<sup>136</sup> SILVA, A., *Quando Há no Mundo Crise*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 147, retirado de *Notícia*, nº 601, 12 de Junho de 1971.



forma de estar do Brasil no mundo: “Posso dizer até que, pelo contrário, o estar longe do Brasil e tão perto de algumas das nações mais desenvolvidas do mundo não tem feito senão adquirir maior certeza de que falta a estas últimas muito das grandes qualidades humanas de acolhimento e simpatia que tão facilmente encontramos no Brasil e especialmente na Bahia e ver com mais clareza o que falha, em técnica e cultura, a nosso país para que os predicados que tem possam exercer em todas as nações do universo a influência de paz e entendimento que tão necessária lhes é”.<sup>137</sup> As qualidades do Brasil, tal como as qualidades do lusófono, afiguram-se demasiado importantes para que se percam displicentemente no charco obscuro da esquizofrenia económica exploradora de massas. Para que isso não aconteça – no caso do Brasil –, é necessário investir na educação. Neste momento, o Brasil tem os meios estruturais para investir no seu próprio futuro: “Na religião, um ecumenismo que seja não eclético, mas de orgânica, de síntese, de um renascer profundo, depois de morte ou mortes; na economia, o sistema que liberte o consumidor de todos os inconvenientes de uma sociedade que, apesar do que se diz, não é de consumo, mas de produção; na disciplina social, o haver quem coordene em lugar de quem mande. É esta a real tarefa a que o mundo chama Portugal e o Brasil. Aprender o Português como Língua futura, não do passado; não de relatos, mas de projetos; não de saudades, mas de esperanças. É sob este ponto de vista universal que têm de ser apreciados e resolvidos os problemas com que se defrontam os povos de Língua portuguesa – e, na sua esfera individual, mais poderosa do que nenhuma, cada um dos homens que a falam, os quais, quase sempre, não a leem nem a escrevem”.<sup>138</sup> A educação no Brasil tem de corresponder ao que o Brasil pretende do futuro: pretende ser mais um país economicamente avançado e, por isso, competitivo, com todas as falhas que tal sistema acarreta e igual a tantos outros que tanta miséria tem produzido, ou um país inovador, com ideias novas e com um novo projeto para si e para o mundo?

Diz-nos Agostinho a este propósito:

“Se esse povo se pudesse afirmar (Brasil), viria primeiro a derrocada de todas as imitações filosóficas que as escolas teimam em impor ao jovem estudante brasileiro; não teríamos mais aristotelismos adaptados a uma política de poder<sup>139</sup>”. Assim, “viria a derrocada de toda a ciência que o Amor não move, mas que, pelo contrário, nos aparece no mundo de hoje cada vez mais acelerada pelo ódio; como viria a derrocada de toda a religião puramente formal que só pode ser vivificada pelo livre sopro daquele Espírito Santo cujo culto, tenazmente, o povo brasileiro conserva e defende”.<sup>140</sup>

---

<sup>137</sup> SILVA, A., *Cartas a São Félix*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 110.

<sup>138</sup> SILVA, A., *A Cultura Brasileira*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p. 246.

<sup>139</sup> SILVA, A., *A Cultura Brasileira*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p. 245.

<sup>140</sup> SILVA, A., *A Cultura Brasileira*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p. 245.



Segundo Agostinho, a vinda de uma terceira Idade é perfeitamente viável a partir de um país como o Brasil. Se existe a possibilidade de criar as condições para que um dia se tenha o melhor dos mundos possível, o Brasil será, pelas suas características naturais, o candidato legítimo. Possivelmente, fora essa a possibilidade que o português, outrora, vislumbrou quando avistou esta terra paradisíaca de flor-de-lis: a possibilidade de renascer; a possibilidade de inventar um mundo novo sem cometer os mesmos erros que cometeu na construção do seu país; a possibilidade para se viver a “vida plena”, longe da cobiça materialista dos países mais poderosos; a possibilidade para se criar interminavelmente um país que correspondesse ao desejo íntimo de todos, onde a fraternidade e cooperação fosse uma realidade e não uma miragem; um paraíso onde não haveria pobreza, porque todos teriam o suficiente para comer; um país onde não haveria pobres nem presos porque não haveria necessidade para tal; um país onde a criança fosse encarada como a religião fundamental dos homens, porque ela é naturalmente boa, inocente, imaginativa e criadora.

Agostinho acredita que o Brasil ainda mantém estas qualidades que importa preservar. Mas tem de se arranjar forma de combater os flagelos na sociedade brasileira: a corrupção alarmante e contagiosa, a burocracia interminável, a diferença abismal entre ricos e pobres, a analfabetização, a falta de educação básica e um sistema de saúde pálido são alguns dos sintomas que explicam a elevada taxa de violência em alguns estados do Brasil, como por exemplo, em São Paulo. O Brasil não conseguirá transportar uma nova visão ao mundo se não conseguir resolver os seus problemas internos, que são muito graves. Deverá ser capaz, por isso, de desenvolver uma economia tão boa para todos que eliminará a fome e a miséria. Esse terá de ser seguramente, um dos seus primeiros passos. Simultaneamente, deverá desenvolver uma educação exclusiva e de primeira qualidade para todos. Assim, a economia terá de ser diferente das economias estáticas do primeiro mundo que se fiam meramente nas estatísticas: “Só uma economia que exista o menos possível, e só uma escola que exista o menos possível, podem ser a base de uma convivência humana que seja fundada sobre a fraternidade e não sobre a lei, sobre liturgia e não sobre conquista, sobre o predomínio da vontade de Deus e não sobre o predomínio da vontade do homem. Convivência que poderá ser a maior dádiva do Brasil ao Mundo”.<sup>141</sup> Assim, o Brasil poderá ser o modelo do futuro que poderá trazer “ao universo aquele tipo novo de existência que não será marcado pela submissão à cidade ou pela caridade perante o degradado irmão, mas pela possibilidade para cada indivíduo de ser um criador no campo da Arte ou no campo da Ciência ou, no que é talvez mais importante, no de sua própria Vida. Para isso, o Brasil tem de “voltar as costas ao mar”, para que ele se “torne um dia como vencedor”.<sup>142</sup> Para finalizar, refere Agostinho que “o melhor espírito de Portugal está hoje

---

<sup>141</sup> SILVA, A., *A Cultura Brasileira*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p. 247.

<sup>142</sup> SILVA, A., *A Cultura Brasileira*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p. 246.

no Brasil e o que ainda faz admirar é que isso não tenha determinado emigração em massa; que nem seria emigração, mas um regresso ao que na Europa se perdeu, um regresso às possibilidades de começar de novo”.<sup>143</sup> É neste sentido que Portugal poderá assumir a sua missão de mediação cultural no mundo. Talvez possa ser o aliado que há muito o Brasil deixou de ter e que necessita. Porque sozinho, Portugal, vive ancorado na tal “austera, apagada e vil tristeza”. Mas como nos diz Agostinho a este respeito: “Agora o esperam as terras para tarefa idêntica (descobrimientos), fazendo que se comportem como um todos os povos que ainda hoje se separam por etnias, ou credos ou sistemas econômicos e políticos: não o fará Portugal sozinho, que o não pode mais; não o fará Brasil sozinho, que o não sabe ainda: mas o mesmo que são, se definido, ao globo mundo, inteiro e uno, sua mão terá”.<sup>144</sup> Se colocarmos a política neste trabalho, poderemos afirmar que o Brasil, à luz do que foi referido neste trabalho, afigura-se como um país muito importante e estratégico para o futuro da Lusofonia. Para o futuro do “Reino do Espírito Santo” e da “vida plena” na terra.

## O Quinto Império

Podemos afirmar que a noção de Quinto Império para Agostinho da Silva é um desejo da “antecipação de um paraíso na terra”. O termo Quinto Império é dúbio, pois quando se fala em Império surge inevitavelmente a imagem de todas as espécies de colonialismo português ou todos os impérios que desabaram ao longo da história. Quando se fala em Império, pode significar expansão e domínio e não é isso que se deve compreender da ideia de Quinto Império. Por causa deste facto, alguns autores, como Fernando Cristóvão<sup>145</sup>, aludem o termo Lusofonia em vez de “Quinto Império”, precisamente para evitar más interpretações.

Recetáculo das ideias de Bandarra, Padre António Vieira, Camões e Fernando Pessoa, Agostinho acredita que será a Lusofonia que criará, pelas características exclusivas encontradas no psiquismo português, o Quinto Império, o último império que surge após o desabamento dos outros quatro impérios que vêm na Bíblia, o império espiritual e não material.

Numa entrevista que Agostinho da Silva concedeu à RTP, no programa “Conversas Vadias”, quando um jornalista lhe questiona se o destino de Portugal é o Quinto Império, Agostinho responde da seguinte maneira: “Portugal não tem como destino o Quinto Império. Portugal inventou e imaginou o Quinto Império. E teremos de o examinar, ver se está ou não está dentro

---

<sup>143</sup> SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p. 251.

<sup>144</sup> SILVA, A., *De Português e Homem*, in Ensaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, p. 200, retirado de *Diário de Notícias*, nº 597, 15 de Maio de 1971.

<sup>145</sup> CRISTÓVÃO, FERNANDO, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, p. 61.

de nós e na nossa capacidade de o interpretar. [...] A primeira ideia de Quinto Império surgiu com o Camões, na ilha dos Amores. O que é que Camões põe como fim da atividade humana? Depois de cada homem ter trabalhado no seu dever nos descobrimentos, aparece nos lusíadas, depois de os portugueses terem terminado essa empresa, aparece um tempo de cada homem ser aquilo que realmente é: ser ao máximo, plenamente, aquilo que nasceu e que marca a sua individualidade.

Aqueles marinheiros foram a Calecut e, assim que tocam a ilha dos Amores, deixam de ser marinheiros ou artilheiros nem capitães nem coisa nenhuma. Eles são aquilo que eram. E como eram? É preciso que os corpos se apaziguem para que a cabeça possa estar livre para entender o mundo à volta. Enquanto estivermos perturbados com um corpo que temos de alimentar e de tratar o melhor possível não conseguiremos ouvir aquilo que Camões referiu como sendo a “voz da Deusa”.

A “voz da Deusa” arranca aqueles marinheiros as limitações do tempo e do espaço”.<sup>146</sup> Segundo Agostinho da Silva, as limitações do tempo e do espaço acorrentam o homem para aquilo que ele não é: é precisamente o que acontece nos nossos dias, quando homens e mulheres, longe de poderem ser o que verdadeiramente podiam ser, são, de uma forma geral, reféns de trabalhos que não gostam e reféns de uma sociedade materialista e consumidora. Segundo Agostinho, se escutarmos a “voz da Deusa” conseguiremos escutar a “Idade do Espírito Santo”, idade onde não existe limitações do tempo e espaço:

*Tomando-o pela mão, o leva e guia  
Para o cume dum monte alto e divino,  
No qual ua rica fábrica se erguia  
De cristal toda e de ouro puro e fino.  
A maior parte aqui passam do dia  
Em doces jogos e em prazer contino;  
Ela nos paços logra seus amores,  
As outras pelas sombras, entre as flores.*<sup>147</sup>

*Se quiseses no mundo ser tamanhos,  
Desperta já do sono do ócio ignavo,  
Que o ânimo, de livre, faz escravo.*<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> Entrevista que Agostinho da Silva concedeu à RTP, no programa “Conversas Vadias”

<sup>147</sup> CAMÕES, L., *Os Lusíadas*, Canto IX, Est.87, PP. 343-345.

<sup>148</sup> IDEM, Est. 92.

*E ponde na cobiça um freio duro,  
E na ambição também, que indignamente  
Tomais mil vezes, e no torpe e escuro  
Vicio da tirania, infame e urgente;  
Porque essas honras vãs, esse ouro puro  
Verdadeiro valor não dão à gente;  
Melhor é merecê-los sem os ter,  
Que possuí-los sem os merecer.<sup>149</sup>*

*Ou dai na paz as leis iguais, constantes,  
Que aos grandes não dêem o dos pequenos,  
Ou vos vesti nas armas rutilantes,  
Contra a lei dos imigos Sarracenos:  
Fareis os reinos grandes e possantes,  
E todos tereis mais, e nenhum menos;  
Possuireis riquezas merecidas,  
Co'as honras que ilustram tanto as vidas.<sup>150</sup>*

A leitura que Agostinho da Silva faz da ilha dos Amores de Luís de Camões está ligada a uma noção puramente espiritual: “Então tivemos a aventura física, a aventura geográfica, com muita coisa de espiritual à mistura, é evidente. Mas foi fundamentalmente isso: percorremos milhas, metros quadrados, conhecemos terras e gente, mas, por vários motivos, a outra aventura que havia a seguir a essa, que era a do espírito, a aventura da fraternidade humana, de fazer que o mundo todo, conservando a sua diversidade, reconhecesse a sua unidade – coisa que os portugueses tentaram por variadíssimas vezes, mas que as circunstâncias ambientes não permitiram que se realizasse –, essa fundamentalmente não se fez. É a porta que se abre agora diante de nós”.<sup>151</sup> Nunca negligenciando a história das outras nações, Agostinho vislumbrou na cultura portuguesa sinais claros, simbólicos e reais, que lhe permitiram estatuir Portugal e a lusofonia como porta estandartes de um novo mundo: os momentos paradigmáticos da sua história – como o Culto popular do Espírito Santo, a organização política e económica da sociedade portuguesa solidificada em princípios morais cristãos, a coroação da Criança Imperador, a fraternidade e a unidade universal a que Camões se refere, a ordem de Cristo, as heteronímias de Fernando pessoa,

---

<sup>149</sup> IDEM, Est. 93.

<sup>150</sup> IBIDEM, Est. 94.

<sup>151</sup> SILVA, A., *Presença de Portugal*, in Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p. 131.

a epopeia dos descobrimentos e a construção cultural do Brasil –, permitem considerar a cultura lusófona como detentora de uma essência religiosa profunda que, na opinião de Agostinho da Silva, não deve ser negligenciada. Aliás, considerando o húmus da cultura portuguesa e lusófona à luz desta exegese, o pensador atribui aos povos lusófonos um estatuto messiânico e redentor, capaz de, através das suas características, promover o Quinto Império no mundo. Assim, para Agostinho da Silva, a cultura lusófona comporta em si uma mensagem que deve ser analisada e, acima de tudo, alimentada. Desta forma, a mensagem da Língua Portuguesa é uma mensagem escatológica; é uma mensagem salvífica; é uma mensagem religiosa, mas sem instituição. É uma mensagem que defende a possibilidade de se construir um mundo melhor, porque alimenta e fomenta o que existe de melhor no ser humano. O Quinto Império possui um estatuto que não pode ser definido cientificamente, porque não tem categorias. É uma crença, utópica ou não, de que um dia todos nós podemos viver “um paraíso na terra”, porque todos teremos o que comer, todos teremos onde morar e todos teremos a possibilidade ininterrupta para criar o que Deus ainda não criou. É, neste sentido, uma demanda espiritual que está longe de terminar porque está muito longe de se concretizar. O caminho para a instauração do Reino do Espírito Santo na terra é extremamente árduo, doloroso e cheio de espinhos. É um trilho inóspito, sem riquezas e sem bens materiais. É por isso que Agostinho refere que “só gente da nossa cultura, da nossa língua, naquilo que a língua tem de próprio e de estrutural, só essa gente é capaz de realizar tal tarefa que tem de ser levado a cabo agora”.<sup>152</sup> O facto de Portugal ser considerado um país atrasado, com grandes falhas culturais, com grandes dívidas para com o estrangeiro, por ser considerado um país em crise, constitui uma verdadeira oportunidade para que toda a cultura portuguesa e tudo aquilo que é Língua portuguesa possa começar a afirmar essa sua aventura intelectual. É através desta aventura intelectual que poderá imergir uma cultura de fraternidade no mundo, não material, mas espiritual, uma cultura que efetivamente pode trazer soluções novas. Quais serão essas soluções? Segundo o pensamento de Agostinho, um dos grandes objectivos em vista para Portugal alcançar seria “o de encontrar uma metafísica tão vasta e tão geral capaz de reunir, como casos particulares e legítimos, em cada indivíduo, todas as filosofias que têm existido até hoje e aquelas que se venham a inventar”.<sup>153</sup> Uma metafísica que livrasse os homens e mulheres das concepções terríveis de tempo e do espaço.

Isso significa, no entendimento agostiniano, que as crianças crescessem tão livremente que a sua imaginação, a sua espontaneidade, a sua capacidade de sonhar nunca se extinguísse e que, um dia, fossem capazes de dirigir o mundo. Desta forma, porque a criança cresce livremente e ninguém a impede de se ser naturalmente o que é, então o crime desaparecerá do mundo: “Restaurar a criança em nós e em nós a coroarmos imperador, eis aí o primeiro passo para a formação do império. Por

---

<sup>152</sup> IDEM, p. 131.

<sup>153</sup> MENDANHA, VICTOR, *Conversas com Agostinho da Silva*, p. 27.

ele também atenderemos ao anúncio de S. João, aquele cujo evangelho está nos Painéis, o anúncio de que depois de Cristo viria a ser a grande consolação do Espírito Santo, e poderemos admitir, sem a heresia de Joaquim de Flora, a ideia de uma terceira Revelação: a Revelação que os homens não têm querido ou não têm podido entender, de que a criança ser o modelo da vida e de que por ela se estabelecerá na terra o Reino do Espírito Santo”.<sup>154</sup>

Em segundo lugar, que a vida ficasse a ser gratuita para toda a gente. Na opinião de Agostinho, estamos a caminhar para isso. O Lusófono pode e tem essa capacidade para tornar a vida gratuita para toda a gente: “Propriedade coletiva da terra, eis o ponto de início de liberdade económica, e eis o ponto a que se dirigem, convergindo, o progresso da consciência ética e o progresso da utilização técnica das ciências”.<sup>155</sup> O mal está em que num socialismo, ou até num anarquismo económico, se instalam no homem três ideias: a de que pode dispor do mundo e dele deve dispor, afogando-se em coisas; a de que é senhor seu e a ninguém deve obediência; a de que o corpo lhe foi dado como fonte de prazer, e não para ser companheiro fiel de sua alma, como a alma lhe foi dada para ser fiel companheira do corpo.

Para Agostinho da Silva, o Quinto Império é um império onde, por mais paradoxal que pareça, não haverá imperador. De império só tem o nome. Será um império que não desabará tal como os quatro impérios que desabaram, por que será um império espiritual. Para que tal império venha a acontecer, será necessário que o mundo não tenha “bactérias” tão prejudiciais ao ponto de minarem os elementos necessários para a consagração de qualquer império. Até agora, se atentarmos a história da humanidade, constataremos o que marcou o fim destes quatro impérios foi precisamente “...a mania do homem em mandar nos outros homens. Esta é a bactéria mais perigosa”.<sup>156</sup>

Para os falantes de Língua Portuguesa fundarem um Quinto Império, Agostinho da Silva preconiza uma sociedade onde os homens deixem de mandar nos outros homens. Preconiza uma sociedade onde a educação deixe de ser encarada como uma preparação para um determinado serviço, onde o homem não aprende aquilo que quer aprender, mas somente a matéria dos cursos dirigidos para isto ou para aquilo. Uma sociedade onde todo o aparelho económico deixe de exercer pressão sobre o trabalho obrigatório, amarrando as pessoas a vidas indignas e pouco gratificantes. Da mesma forma, o pensador sugere que não pode haver mais cadeias no mundo, seja para os homens e mulheres, sejam para os animais, nos jardins zoológicos. Por último, as classes sociais implicam a imposição de alguns sobre outros, conduzindo necessariamente a uma sociedade

---

<sup>154</sup> SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, pp. 255-256.

<sup>155</sup> SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p. 251.

<sup>156</sup> IBIDEM, p. 54.

injusta e pesada: “No regime capitalista, os três princípios, o de pobreza, o de obediência e o de continência, ou são impostos pela natureza do regime e, pela revolta que geram, mais aproximam do Diabo do que de Deus...”<sup>157</sup> Segundo Agostinho, “O homem não nasceu para trabalhar, o homem nasceu para criar, para ser o tal poeta à solta”.<sup>158</sup> Se o homem é um ser excecional, então todas as coisas deviam ser exceções aplicadas a estes seres excecionais. Neste sentido, torna-se necessário e urgente uma transmutação de todos os valores. Segundo o pensador, o capitalismo já teve a sua importância (enquanto mal necessário) por nos conceder uma vida com mais qualidade, com mais conforto e com mais máquinas. Agora, afigura-se o tempo em que os economistas terão de descobrir como as pessoas poderão ter essa vida gratuita. Se descobirmos uma forma para que as máquinas façam o trabalho do homem, então o homem pela primeira vez na história, poderá ser livre. Livre para criar, livre para ser poeta, livre para poder ser aquilo que é.

Por último, a religião: “os homens que por uma nova metanóia tiverem passado a ser crianças terão fatalmente de se organizar, e o tipo de organização terá que ser o de ordem religiosa, não de uma religião, mas de qualquer religião, e considerando já como uma religião o próprio estabelecer-se criança. Uma só ordem de todas as religiões, uma ordem fundada nas três liberdades tradicionais e essenciais de não possuir coisas, de não possuir pessoas e de não se possuir a si próprio: Esta ordem nova para o mundo terá que tomar a si os três grandes jogos do universo. O primeiro é o de criar beleza, integrando definitivamente neste reino o que diz respeito às ciências e às técnicas [...]. Todo o individuo pode ser um criador de beleza: a única coisa de que precisa é não ter medo. O segundo é o de servir. [...]. o terceiro é o de rezar, o que significa que todo o melhor do pensamento se concentrará na meditação do Espírito e na instauração do seu reino; que nada se pedirá a Deus nem a seus Santos em especial, senão que se cumpra o que estiver em seu plano e sejamos os seus dóceis, fiéis e preparados instrumentos”.<sup>159</sup>

Agostinho da Silva considera que para levar a cabo esta missão de criar o “Reino do Deus na terra” ou “o Reino do Espírito Santo”, a “Terceira Idade”, a “Vida Plena”, a “Idade de Ouro” ou o Quinto Império “sê-lo-á feito por todos os homens de língua portuguesa”.<sup>160</sup> Agora, Portugal é todo o território de Língua Portuguesa. Da mesma forma que Portugal é Brasil, Moçambique ou Angola, Angola é Portugal, Brasil e Moçambique, da mesma forma que Brasil é Portugal, Angola ou Moçambique ou Cabo-Verde. Para o lusófono, a sua pátria é a Língua Portuguesa. Caberá à Lusofonia estudar as condições de possibilidade para a instauração de um paraíso na terra. Como refere Miguel Real, “consultando a bibliografia sobre este tema, tudo já foi dito. Só falta fazer a

---

<sup>157</sup> SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p. 253.

<sup>158</sup> Documentário “*Agostinho da Silva – Um Pensamento Vivo*” do realizador João Rodrigo Mattos.

<sup>159</sup> SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, pp. 257-258.

<sup>160</sup> IBIDEM, P. 30.



lusofonia”.<sup>161</sup> Todos os países da Lusofonia terão um papel muito importante neste capítulo. Mas, o mais importante ainda, será o papel preponderante que os países da lusofonia que usufruem de melhores condições estruturais poderão ter no auxílio a outros países lusófonos mais fragilizados. E não se trata apenas de um auxílio meramente económico. Trata-se de se iniciar uma missão com vista a um fim. Um fim que talvez nunca chegará, mas será gratificante tentar alcançá-lo. Só assim é possível manter acesa a chama da missão da Língua Portuguesa, que “só cumprirá o seu destino e dever quando chegar a esses povos como meio de expressão de uma doutrina ou de uma concepção de vida”.<sup>162</sup> O importante não é somente a preservação da Língua Portuguesa somente enquanto língua, só porque ela é rica e complexa. O mais importante de tudo é a sua mensagem. E importa mais o que contiver a sua mensagem, desde que seja diferente da mensagem proferida por quase todos os países do mundo: de tom consumista, oca, fragmentada, sensacionalista, superficial, financeira e económica. Importa, por isso, cultivar uma mensagem mais profunda, mais revitalizadora da mente e do espírito, plenamente espiritual e puramente ecuménica que afirme, com todas as suas forças, que o homem é um ser extraordinário, e que ele só conseguirá ser livre se tiver que trabalhar nas suas obrigações o mínimo possível, dedicando-se para o tempo livre o melhor que possa, com toda a sua criticidade e imaginação, pois só nessa instância ele será absolutamente livre. Este é o Quinto Império ou a Lusofonia: um paraíso na terra, porque todas as pessoas terão o que comer e um sítio onde morar. Um paraíso na terra, porque todas as pessoas terão todo o tempo livre para criar a obra que Deus não criou. Um paraíso na terra, porque finalmente a tecnologia que o homem criou será colocado ao seu serviço para este nunca mais trabalhar ou a trabalhar o mínimo possível. O reino de Deus na terra, porque finalmente o homem não necessitando de roubar, porque terá tudo à sua disposição, nunca mais será preso. O Reino do Espírito Santo, porque a aventura humana consistirá, através da cooperação, esforço e fraternidade, em eliminar os muitos males que assolam o planeta e o próprio homem. O Reino da Criança, porque os adultos aprenderão mais com ela do que a criança com eles: a sua imaginação, criatividade, inocência, pureza material e espiritual, a sua habilidade em aprender tudo, a sua habilidade para fazer perguntas complexas e a encontrar soluções imediatas transformam-na numa religião. Uma religião do Espírito Santo porque ela é imprevisível, uma religião do Espírito Santo sem igrejas a não ser a própria criança que é Deus Sendo; uma religião da vida plena, ou do nada que é tudo que nada mais é do que o sorriso de uma criança ao mundo triste e melancólico do adulto. Essa é a mensagem do Quinto Império. Essa é a mensagem da Lusofonia. É uma mensagem que perdura no eco da eternidade desde a fundação de Portugal. É uma mensagem da Língua Portuguesa porque construiu-se, ao longo dos tempos,

---

<sup>161</sup> REAL, MIGUEL, *A Vocação Histórica de Portugal*, p. 133.

<sup>162</sup> SILVA, A., *Para Expressar o quê?* in Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, *Vida Mundial*, nº 1641, 20 de Novembro de 1970, p. 51.



no interior dessa mesma língua. Língua que já não é de Portugal, mas de outros povos lusófonos – e não só – que comungam a mesma visão do mundo. Como refere Miguel Real: “O espírito da Lusofonia reside hoje na língua comum – e porque a língua frutifica em cultura, o espírito da lusofonia é hoje eminentemente cultural.

O que significa ser o espírito da Lusofonia eminentemente cultural? Significa que, com base no passado e na unidade de uma imensa variedade de pulsões históricas, a Lusofonia se propõe criar um novo rosto cultural no mundo”.<sup>163</sup> O novo rosto cultural no mundo poderá ser determinado se os lusófonos se propuserem a uma aventura intelectual e espiritual que desde há muito tempo a história lhes reserva. Comungamos da opinião de Agostinho da Silva que poderá ser a aventura mais arriscada, mais utópica, mais dolorosa de sempre. Mas poderá ser a mais gratificante.

---

<sup>163</sup> REAL, MIGUEL, *A Vocação Histórica de Portugal*, p. 135.

### Capítulo III: O Projeto político, económico e educativo para Portugal

*Mas toda a Revolução individual,  
e só por uma revolução individual ele se poderá iniciar,  
tem como seu reflexo uma organização colectiva*

SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, p.257.

#### A Visão da Economia

A melhor forma para caracterizar a sociedade nos dias de hoje, aos olhos de Agostinho da Silva, é definindo o estado da economia. Com efeito, Agostinho da Silva compreende que, atualmente, as pessoas estão presas a uma economia desenfreada, a uma economia de produção e de consumo globalizado, mas, acima de tudo, as pessoas estão confinadas a uma economia de injusta distribuição. Isto é, existem pessoas no mundo que têm tudo e outros que não têm nada. O problema da injusta distribuição obriga inevitavelmente que todas as pessoas trabalhem para assegurarem os bens necessários que o corpo necessita e também os bens supérfluos que não necessitam. Para Agostinho da Silva, chegámos a um ponto da humanidade em que a economia é vista como o mais alto ideal que uma civilização pode alcançar. Assim, a economia, hoje em dia, é considerada um fim em si mesma, quando, apenas deveria ser um meio para alcançar valores civilizacionais mais elevados. A consequência de se colocar uma economia predadora como o ponto mais alto da sociedade obrigou a configurar todos os órgãos essenciais dessa mesma sociedade, modelando-os de acordo com esse sentido, reformulando-os para essa forma de estar no mundo. Assim, foi perfeitamente natural que em áreas como a educação sofressem um impacto que espelhasse o ambiente vivido na sociedade, uma sociedade de produção e consumo, que privilegia o ter e não o ser, uma sociedade globalizada e multicultural, porém destituída de valores, uma sociedade que apela incessantemente ao marketing superficial e à publicidade enganosa, pactuando com o comodismo e o facilitismo a uma escala nunca antes demonstrada, coroando as vicissitudes das cadeias de *fast-food* e a informação abundante, mas fragmentada. Para Agostinho da Silva, é evidente a forma como “Todo o homem se tornou propriedade das suas propriedades”.<sup>164</sup> Começou, sem dúvida alguma, na instrução que nos foi dada através de uma educação baseada nos ideais materialistas e consumistas, estádio atual em que estamos. Como refere Agostinho: “Veja como tudo mudou quando se entrou noutra espécie de economia não primitiva, quando se entrou numa economia em que não bastava colher alimentos, em que era preciso produzir alimentos, o que

---

<sup>164</sup> SOUSA, Antónia, *O Império Acabou. E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, p. 101.

obrigou a muita coisa. Obrigou a ter muro para separar a nossa casa do outro, obrigou a chatear um cão, obrigando-o a ser subserviente, obrigou a tornar subserviente a mulher, obrigou a levar o menino para a escola e obrigou a ter coisas para guardar as sobras”.<sup>165</sup>

Neste enquadramento, Agostinho defende que, mais do que estarmos numa sociedade de consumo, “Estamos numa sociedade de produção para satisfazer um consumo que a publicidade provoca, um consumo artificial. As pessoas comprem mais coisas e gastam mais do que normalmente gastariam senão fosse a publicidade”.<sup>166</sup> Esta sociedade de produção desordenada e absurda conduziu inevitavelmente o homem e a mulher para um cenário de concorrência e de luta voraz, validando uma competição assustadora entre as várias classes sociais que lutam entre si para obter melhores empregos e melhor qualidade de vida, abrindo caminho para uma guerra do homem contra o homem, facilitando a exploração desenfreada do homem pelo homem, que tem originado um desperdício desmesurado dos recursos do planeta e a extinção de variadas espécies de animais.

### **O Capitalismo: um mal necessário no mundo**

Contudo, na perspetiva Agostiniana, o capitalismo foi um mal necessário no mundo, um sistema que as sociedades industrializadas tiveram de percorrer para compreendê-lo inteiramente. A experiência que deixou ao homem, foi, sem dúvida alguma, marcante, com mais prejuízos do que benefícios. Segundo Agostinho da Silva, importa sobretudo retirar tudo o que de bom o capitalismo trouxe ao mundo e aproveitá-lo conforme o homem souber. A destacar, duas situações: a primeira consistiu no facto de que, através do capitalismo, o homem teve possibilidade de fabricar máquinas de forma a instrumentalizar o trabalho e diminuir o esforço dos homens e mulheres. A segunda situação surge como consequência da primeira, ou seja, o facto de as máquinas terem substituído o homem no trabalho, fazendo com que o homem, pela primeira vez na história, se deparasse com o tempo livre, ou, dito por outra palavra, com o desemprego. Para Agostinho da Silva, o problema reside precisamente no facto de as máquinas estarem ao serviço de um sistema económico que escraviza as pessoas, limitando-as a um fragmento daquilo que verdadeiramente poderiam ser. Assim, os povos ditos industrializados têm produzido muitas máquinas, mas têm destruído muitas pessoas. É aqui que, para Agostinho da Silva, os homens e mulheres de Língua Portuguesa poderão surgir com um papel no mundo: “Ou os homens de Língua Portuguesa inventam qualquer coisa, criam qualquer coisa que tire o mundo da confusão em que está hoje, da escravidão em que vive

---

<sup>165</sup> SOUSA, ANTÓNIA, *O Império Acabou. E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, p. 100.

<sup>166</sup> IDEM, p. 179.

quase toda a gente, escravidão de várias espécies, e a liberte para uma vida que seja verdadeiramente humana e até mais do que humana, ou então o papel dos homens de língua portuguesa vai ser muito restrito no mundo”.<sup>167</sup> É invocado aqui o desejo para que sejam os homens e mulheres de língua portuguesa a fabricarem uma forma para, em primeiro lugar, se renovarem enquanto país, isto é, criarem uma organização social cujo fim último vise o cumprimento da vocação de todos, para, com isso “...realmente terem uma mensagem válida para a Europa, sobretudo isso, porque a coitada da Europa não tem mais nenhuma mensagem para dar a ninguém”.<sup>168</sup> Para tal empreendimento dever-se-á, antes de mais, criar no mundo as condições necessárias para que as pessoas possam brotar delas próprias, para que as pessoas que têm morrido aos milhares sem nunca terem vivido a sua vida não tenham mais esse destino daqui por diante, e tudo fazer para que cada um tenha a “liberdade de se ser plenamente aquilo que se é”.<sup>169</sup> Neste quadro, surge o imperativo de criar uma sociedade onde o homem possa colocar a máquina ao serviço do homem e não o homem ao serviço da máquina, dotando, desta forma, as pessoas com tempo livre e, sobretudo, instruí-las para que elas saibam o que fazer com o tempo livre. Se as máquinas podem fazer o trabalho pesado para o homem, então é um dever da sociedade encontrar meios para que o homem possa trabalhar o menos possível e solucionar o problema da injusta distribuição, erradicando a fome no mundo, para que possa haver tudo para todos. O ponto fundamental é criar as condições necessárias para dotar os homens e as mulheres de serem livres no viver, livres no saber e livres no criar.

### **Transformação na Sociedade Portuguesa**

Em *Educação de Portugal* (1970), Agostinho reclama a necessidade de, em primeiro lugar, assegurar a segurança de subsistência para o povo<sup>170</sup>. Por outro lado, afirma igualmente que “a primeira tarefa que existe para todos os portugueses não é a da política [...]; o grande trabalho, o tal imenso desafio que se nos apresenta é o de educar o povo”.<sup>171</sup> Contudo, é perentório quando afirma “Se o paraíso, a Idade de Ouro do Futuro, não pode existir sem uma economia que garanta a liberdade, não existirá também sem o saber...”.<sup>172</sup> Esta última afirmação leva-nos a conceber que educação e economia são indissociáveis entre si, ou seja, que uma coisa não é possível sem a outra. Torna-se evidente assim que, para o filósofo, tanto a questão da economia e da educação devem andar de mãos dadas, devendo-se promover sinergias para que uma viva para a outra e vice-versa.

---

<sup>167</sup> IBIDEM, p. 32.

<sup>168</sup> IBIDEM, p. 32.

<sup>169</sup> IBIDEM, p. 33.

<sup>170</sup> SILVA, A., *Educação em Portugal*, p. 102.

<sup>171</sup> IDEM, p. 117.

<sup>172</sup> IBIDEM, p. 103.

Da mesma forma, uma economia saudável, que consegue promover a subsistência para todos, com um projeto comum que visa a liberdade individual e coletiva que permita a todos a liberdade de criar nos tempos livres é, sem dúvida, um fim último pela qual valerá a pena instruir as crianças. Qualquer plano educativo que vise incentivar o que de mais puro existe na criança, como a sua liberdade e capacidade criadora interminável, será muito mais fácil de executar se prevalecer uma sociedade onde o fim último não seja uma economia de produção e consumo ou a consequente obtenção de bens materiais supérfluos, mas uma sociedade onde prevaleça a bondade, o espírito de fraternidade e de cooperação. Portanto, inclinamo-nos para o facto de que seria muito mais fácil promover uma educação saudável se no plano político e económico dispor das melhores condições possíveis para que os cidadãos sejam plenamente livres. Todavia, uma vez que estamos num plano teórico, o ideal para Portugal seria um projeto que contemplasse todas as esferas do campo social, educativo, político e económico e as fundisse “todas num todo”. O que, à luz da história mundial, é extremamente complexo e arriscado. Por outro lado, em plena aurora do século XXI, o homem detém o saber das atrocidades dos *ismos* que avassalaram a Europa e o mundo na sua história. É, por isso, perfeitamente capaz de criar um mundo melhor, onde as pessoas possam ser inteiramente livres no querer e no criar. Assim, na opinião do filósofo, o homem tem de ousar mergulhar o espírito na utopia, sem deixar, por isso, de ter os pés bem assentes no chão. Mas de que forma podemos ser uma sociedade plenamente livre? De que forma as pessoas poderão ser totalmente livres? Agostinho fornece-nos uma resposta a esta questão fundamental: compete aos sábios, políticos e todos aqueles que estão no poder a responsabilidade moral de tentar compreender que tipo de vida o povo pretende ter. É evidente que todos os cidadãos, sejam de que classe for, deverão ter a responsabilidade de lutar pela sua liberdade e a do outro. Mas, no sistema político-económico em que nos encontramos, esta iniciativa tem de começar por algum lado. Tem de partir, obviamente, da iniciativa individual de cada cidadão. Mas quanto maior for o cargo e o estatuto social do indivíduo, as responsabilidades crescem, pois, à luz da perspectiva Agostiniana, podemos deduzir uma ética cuja diretriz postula que “Não poderei ter liberdade alguma se alguém não for plenamente livre”. É portanto, perante esta responsabilidade que devemos procurar o que o “povo” pretende para a sua vida. Agostinho é bastante claro neste ponto: “não sabe naturalmente o povo qual o sistema económico que se deveria adotar, embora saiba que tem de ser um em que irmão não lute contra irmão, em que as forças se não gastem na concorrência em lugar de se unirem para a produção cada vez mais abundante e melhor, e em que a fraternidade cristã não seja uma palavra vazia; não distingue corporativismo de cooperativismo, socialismo de capitalismo, mas distingue muito bem fome de comer, vestir-se de andar nu, ter casa de se abrigar em latas, ser independente e digno de ser humilhado e ofendido e tão magoado pela opressão como pelo paternalismo; disso sabe e não quer. Português se fez, como toda a gente, para ser economicamente livre e qualquer liberdade lhe significa pouco se não tiver a de estar fisicamente vivo; mas fez-se

também, e essa é uma das grandes afirmações do Brasil, para não considerar que o trabalho seja um valor absoluto: o trabalho é apenas uma desagradável necessidade enquanto nos não é possível viver em tempo todo livre”.<sup>173</sup> Considera, por isso, que “todos os sistemas económicos, capitalistas ou socialistas, em todas as suas formas, são imperfeitos porque obrigam a trabalho, têm limites de produção, exigindo muito de todos, dão pouco a cada um, e criam inevitáveis conflitos entre consumidor e produtor”.<sup>174</sup> Nesta linha de raciocínio, considera o filósofo que deveremos assimilar o que de bom nos trouxe a experiência do socialismo e o capitalismo para encontrarmos uma forma de abolir a propriedade privada para passarmos a ter propriedade coletiva ou, mais exatamente, a não-propriedade. Afirma Agostinho que “Este é o paraíso em que pensa e que deseja o povo Português e que nós temos a obrigação de o ajudar a atingir”. Afigura-se, perante estas palavras, o papel do intelectual, do político, do professor e de todos aqueles que têm responsabilidades sociais acrescidas. Se este paraíso é atingível ou não, diz Agostinho que “ignora-o o povo e ignoro-o eu; e não há prova alguma científica de que o seja, como não há prova do contrário; movemo-nos aqui no terreno da Fé; diríamos, pois, neste ponto, que a felicidade económica é, para o povo, religião; ou uma parte da religião”.<sup>175</sup>

Por outro lado, segundo o entendimento Agostiniano, os portugueses e falantes da Língua Portuguesa (e simpatizantes) deverão inteirar-se das grandes lições da história, começando por compreender uma das mais belas páginas escritas na história portuguesa: o culto popular do Espírito Santo. Para Agostinho, o ponto fundamental neste culto não é o banquete gratuito ou o soltar dos presos ou até mesmo a procissão que segue a pomba, mas sim a coroação de uma criança como Imperador do mundo. Porque é através desta coroação que o homem se esquece de ser adulto e presta homenagem ao menino que foi e já morreu. Neste culto, “declara-se que todos os imperadores de qualquer império declarado Santo pela vontade, os interesses e os apetites dos homens, devem ceder seu trono às características infantis de atenção contínua à vida, de existência total no presente, de ignorância de códigos, manuais e fronteiras, de integração no sonho, de valorização do jogo sobre o trabalho, de simpatia pela cigarra, que logo a nossa escola substitui pelo aplauso à formiga, já que uma convém à alegria, apenas, e a outra ao lucro. Entrega-se ao menino, e aí está Jesus com as suas parábolas aos meninos, e aí está São Francisco com o seu presépio, como aí estão os zen com o seu transcender de convenções, entrega-se às crianças, para que com ele brinquem e nós com ela brinquemos, o mundo que, afrontando tanto mal e tanto mal nos arriscando, conseguimos construir”.<sup>176</sup> Sem dúvida alguma, o Culto popular do Divino Espírito

---

<sup>173</sup> IBIDEM, p. 102.

<sup>174</sup> IBIDEM.

<sup>175</sup> IBIDEM, pp. 103-104.

<sup>176</sup> IBIDEM, p. 104.

Santo representa, à luz da teoria de Agostinho da Silva, o ponto mais alto que a História Portuguesa alcançou, juntamente com os descobrimentos, uma vez que toda a sua grandeza correspondia à forma como os portugueses idealizavam o mundo e, sobretudo, a forma magnífica como viveram. Daí, a importação deste culto ter sido tão facilmente assimilada pelo povo Português. Ao estatuir a vida como a pomba que nasce e vive inteiramente livre, abraçando os poderes imprevisíveis do Espírito Santo, emprega-se uma tonalidade à vida que automaticamente se despojará de qualquer tipo de preconceitos e fobias, interesses mesquinhos e apetites intermináveis pelo ter. Agostinho conclui, portanto, que “é religião, o que Portugal tem de dar a si próprio e ao mundo, indo para além de simbolismos e rituais e entendo que, só cumprindo-se inteiramente o homem, se pode inteiramente cumprir o espírito”.<sup>177</sup> Sublinha-se, com esta frase, a grande mensagem para os portugueses e lusófonos. Os Lusófonos só se poderão cumprir quando abraçarem o amor eterno que é alimentado pela fé no Espírito Santo. À luz destas considerações, o seu projeto educativo para Portugal no futuro alia-se inevitavelmente a um “escopo” religioso, possivelmente essencialista. O Espírito Santo é o imprevisível, é a centelha de fogo divino que cada um é ou poderá ser, é a compreensão absoluta que a natureza humana é ímpar e única no mundo, com capacidade infinita para criar.

A afirmação que celebrizou Agostinho da Silva no programa de televisão “Conversas Vadias”, “O Homem não nasceu para trabalhar, mas para criar, para ser o tal poeta à solta”, constitui, a seu ver, a fórmula pela qual se deve investir a atenção para o outro e o imperativo pela qual se deve mover a acção dos homens, das instituições, dos governos e das sociedades. É neste enquadramento que os portugueses deverão constituir a base para alicerçar uma sociedade em que cada homem seja valorizado porque é único no mundo, tal como a sua obra: é uma assinatura única no mundo.

Todavia, não poderá existir “religião que possa ser contemplação pura, excepto para raros, enquanto o conjunto da humanidade não tiver o suficiente para viver, não puder livremente tomar conhecimento do mundo e não tiver consigo o domínio do sonho”.<sup>178</sup> Esta é a grande mensagem que Agostinho da Silva tem a dar aos lusófonos. Isto é, a missão do homem não é de almejar exclusivamente a sua liberdade que se entende por um despojar do mundo material e o libertar-se de hábitos mentais ortodoxos, mas sim compreender que a liberdade pessoal nada mais é do que uma ilusão se o outro não possuir inteiramente a sua liberdade. Este é o império do Espírito Santo, mas de império só têm o nome: Lusofonia, O império do amor, o império do imprevisível, o império do Espírito, o império da criança-imperador, o império da defesa pela dignidade e valor absoluto e incontestável do homem, seja de que raça, credo e idade for, o império da criatividade e da fantasia infinita, o império que crê que nenhum homem ou mulher devem ser presos, em

---

<sup>177</sup> IBIDEM, p. 104.

<sup>178</sup> IBIDEM.



nenhuma circunstância, o império do lazer e da “vida conversável” e não do tédio ou da depressão, o império que une todas as religiões do mundo, as filosofias do mundo, as técnicas do mundo, porque as promove defendendo que todas elas são sinais de Deus. Enquanto existir sombras de repressão, injustiça e tirania no mundo, o homem só poderá ser plenamente livre se lutar contra essas injustiças.

A escola e todos os centros de saber surgem neste contexto como um produto da sociedade, fragmentada, partida, distraída com as grandes montras que a globalização oferece, desinteressada de saber e simultaneamente confusa e ansiosa para arranjar um trilho que a leve a bom porto. Neste enquadramento, os alunos são as principais vítimas. Para Agostinho da Silva, o maior erro que a escola cometeu e continua a cometer, assiduamente, consiste no facto de se ter deixado de preparar o aluno para fazer perguntas, mas ter-se alimentado a ideia comum, errada, de se preparar o aluno exclusivamente para saber as respostas, para se especializar numa área pela qual irá ser útil à sociedade. Desta forma, a educação hoje em dia consiste numa preparação violenta do aluno para que decore a técnica necessária de modo a ser uma peça mecânica que se encaixe na engrenagem do sistema político e social em que vivemos. No sistema atual, o que interessa, sobretudo, é a especialização da técnica para que seja possível, no futuro, arranjar emprego e ganhar dinheiro. Formam-se técnicos qualificados e altamente qualificados, porém, a educação desdenha a formação plena do homem e da mulher.

Na obra de maturidade “Educação em Portugal”, escrita em 1970, estatui-se como um dos textos que, como Helena Maria Briosos e Mota referiu “se nos afigura como um documento fundamental para a análise da conceção de um verdadeiro projeto para a educação do país”<sup>179</sup>. Uma vez que o pensador considera profundamente que “escola é vida”, a educação reveste-se de uma importância prioritária e fundamental na sociedade.

Com efeito, Agostinho parte, em primeiro lugar, por tecer considerações de ordem antropológica ou uma teoria geral da formação do homem para Portugal que se estende ao mundo da Língua Portuguesa. Considera, por isso, “que o mundo em nada nos melhora”, que “nascemos estrelas de ímpar brilho”, e que “nada na vida vale o que somos” e que “homem algum pode substituir outro homem”.<sup>180</sup> Na fase introdutória do texto *Educação em Portugal*, Agostinho coloca uma série de premissas antropológicas que considera imprescindíveis elevá-las e introduzi-las para o ensino em geral e para a comunidade. É, sem dúvida alguma, um dos textos em que o filósofo consubstancia o seu pensamento, entroncando as diversas teorias que foi adquirindo ao longo da sua vida, desaguando numa visão que potencia a liberdade como motor do mundo.

---

<sup>179</sup> MOTA, Maria Helena Briosos da, *Introdução*, in SILVA, A., *Textos Pedagógicos II*, 1ª Edição, Março de 2000.

<sup>180</sup> SILVA, AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in *Textos e Ensaios Pedagógicos II*, p.90.



O texto que se segue torna-se imprescindível para compreendermos a sua visão sob o papel do homem no mundo e consequentemente, os valores pela qual se poderá edificar pedagogicamente a criança:

“A natureza é bela na medida em que reflete a nossa beleza, que o amor que temos pelos outros é o amor que temos pelo que neles de nós se reflete, como o ódio que lhes sentimos é o desgosto por nossas próprias deficiências, e que afinal Deus é grande na medida em que somos grandes nós mesmos: o tempo que vivemos, se for mesquinho, amesquinha o eterno. E penso, quanto à segunda parte, que todo o homem é diferente de mim, e único no universo; que não sou eu, por conseguinte, que tem de refletir por ele, não sou eu quem sabe o que é melhor para ele, não sou eu quem tem de lhe traçar o caminho; com ele só tenho o direito, que é ao mesmo tempo um dever: o de o ajudar a ser ele próprio”.<sup>181</sup>

Através destas palavras, é notória a forma como Agostinho vislumbra uma concepção do homem cujo fim último é o da liberdade. Preconiza um projeto não só educativo, mas também político e espiritual, não só para Portugal, mas para a Lusofonia. Sublinha, por isso, os cuidados que se deve ter na forma como pedagogicamente lidamos com os homens e sobretudo, com as crianças, no sentido de elevá-los ao máximo do que podem vir a ser. As palavras que podem definir a sua pedagogia centram-se exclusivamente no amor eterno pelo outro com vista ao fim último da sua liberdade. Não o gostar do outro ou de querer meramente o bem dele, mas acima de tudo, amar nos outros a sua liberdade. O excelente pedagogo, para Agostinho da Silva, é aquele que acredita que “a natureza humana, mais do que boa, é excelente”<sup>182</sup>, compreendendo, acima de tudo, que o papel da educação consiste em todo o tipo de ações que permita “fornecer a cada um tudo o que solicite para que a sua pessoa se possa desenvolver e afirmar”<sup>183</sup>, permitindo, desta forma, “que a bondade inicial esplenda e surja”.<sup>184</sup>

Nesta leitura, Agostinho amplia o ideal rousseauiano do “Bom Selvagem”, atribuindo à criança um estatuto pela qual toda a determinação e inteligência deve desaguar num simples podar para que a mesma cresça com toda a sua força e magnificência. Assim, até agora, fruto das exigências sociais, a educação nada mais tem sido do que uma perversão para a criança, uma vez que a tem transformado num pequeno adulto, um produto final para enfrentar as incongruências que têm marcado qualquer sistema político desenhado até aos nossos dias, aguçando-os meramente “para a batalha, pondo-lhes a concorrência como uma virtude e o triunfo sobre os outros como uma

---

<sup>181</sup> IDEM, pp. 90-91.

<sup>182</sup> IBIDEM, p. 94.

<sup>183</sup> IBIDEM.

<sup>184</sup> IBIDEM.

marca de especial favor de Deus”.<sup>185</sup> Assim, Agostinho é contra o sistema de ensino tradicional e meramente expositivo, onde cabe o papel principal ao professor na transmissão de conhecimentos. Pelo contrário, o pensador alude a escola como um espaço “para estudar e meditar, não para ensinar a falar” onde o papel do professor consistirá não em ensinar, mas em deixar que o aluno aprenda. O brilho do professor residirá no amor inefável que nutre pelo aluno ao ponto de ver nele um mensageiro do futuro.

Como Romana Valente Pinho referiu no seu estudo, um grande problema que assola as escolas atuais é a forma como “deturpam o verdadeiro sentido da humanidade quando transformam a fraternidade em domínio, quando idealizam o ensino como fábrica de fortaleza”.<sup>186</sup> Para se educar o povo, exige-se, como Agostinho tanto defende, a abolição da fome e a abolição da técnica e da didáctica. Na verdade, a educação do povo deverá ter como linha de ação a liberdade e a criação. A escola deverá conceder meios para a objetividade da expressão criadora e comunicativa do ser humano. Assim, para o pensador a escola não é um fim, mas um instrumento”.<sup>187</sup>

Para Agostinho, a reforma do ensino em Portugal deverá passar pela criação de Escolas Técnicas e Universidades. As escolas técnicas, tal como o nome indica, deverão resolver os principais problemas da sociedade. Incidirão em áreas sociais que Agostinho considera serem fundamentais para a sociedade portuguesa, como a economia, a saúde, a engenharia e a educação. No entender do filósofo, dever-se-á constituir “verdadeiros exércitos operacionais” para resolver problemas como a fome, a desigualdade social, a justiça, o acesso de todos a um sistema de saúde, melhorar os meios de comunicação, fazer com que as pessoas tenham mais tempo livre e, através da educação, fazer com que a criança usufrua de um ensino humanista.

Segundo Agostinho da Silva, o ensino “ideal” será aquele em que o professor deixe de ser o habitual orador, para aproveitar esse tempo que gasta a falar para estudar. No fundo, o papel do professor deverá ser um companheiro e um aliado do aluno que deverá apontar caminhos conforme a sua vontade, a sua disponibilidade, as suas capacidades e o seu talento. O aluno já possui as ferramentas necessárias para construir o seu conhecimento, seja através dos livros, seja através de material de laboratório, seja através de experiências por si realizadas para examinar e criticar o mundo. Ao professor cabe o papel de “conduzir o aluno a uma mais exata formulação da pergunta e ao limiar dos meios que lhe permitirão passar dessa a outra, por intermédio de uma resposta”.<sup>188</sup> Da mesma forma, o papel do professor não deverá ir ao encontro daquilo que já se sabe, mas promover no aluno todas as condições para que ele encontre soluções para perguntas que

---

<sup>185</sup> IBIDEM.

<sup>186</sup> PINHO, R., *O Essencial de Agostinho da Silva*, p. 25.

<sup>187</sup> IDEM, p. 25.

<sup>188</sup> SILVA, AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in *Textos e Ensaios Pedagógicos II*, p.137.

ainda não se encontraram resposta, direcionando-os exclusivamente para encontrar soluções que flagelam o mundo. O pensador até faz o convite para juntar na biblioteca livros sobre aquilo que não se sabe, de forma a convidar os alunos para que se debrucem nas propostas. Pois é no aluno ou na criança que se encontra respostas para todo o tipo de perguntas, por mais disparatadas que elas sejam: “Escola, também, desde a infantil às de pós-graduação, se deve fazer à volta do que se ignora, ou ao nível individual do aluno, que tem de descobrir para aprender, ou ao nível coletivo todo virado para a pesquisa, que pode ser e é na maior parte simples meditação, porque o resto que se chama pesquisa é, quanto muito, consulta ou encontro; todo virado para a pesquisa e bem desprezativo do ensino.”<sup>189</sup>

Assim, o modelo de ensino agostiniano pressupõe uma base escatológica: é através da coroação da criança-imperador na escola que o pensador vai formular toda a concepção da sociedade, cujo fim último é a liberdade. A liberdade total do homem, que um dia deverá ser tão livre, tão descomprometido, tão instantâneo como uma criança o é. É claro que este processo educativo que Agostinho da Silva preconiza vai contra tudo o que institucionalmente se encontra estabelecido. Assim, quer os professores, quer os alunos são considerados operários ao serviço da nação, onde uns são pagos para ensinar, outros para aprender a estudar. Assim, só depois de as escolas técnicas estarem consolidadas, fará sentido fundarem-se faculdades. Faculdades independentes, não diretamente ligadas ao estado, espalhadas pelo país, onde se dará maior relevância ao estudo da liberdade e criatividade do homem, enfatizando áreas como a filosofia e teologia ecuménica.

Em relação ao ensino secundário, Agostinho vislumbra-o “como o eixo fundamental da preparação do homem”.<sup>190</sup> Aqui, o processo educativo consiste em libertar o homem “para as tarefas de entender o mundo que há”, para o aluno acompanhar a “criação contínua que Deus faz dele”, para que o mesmo possa compreender como melhorar o mundo que existe. Desta forma “é com o universo à volta que a criança deve ter o seu essencial contato, dando-se-lhe linguagem na medida em que dela precise para o exprimir com exatidão e pondo-lhe claro, logo de princípio, que ela se divide em duas grandes categorias: a da língua que fala e a da matemática”.<sup>191</sup> Assim, o ensino secundário deverá ser voltado para o conhecimento prático do mundo e, por isso, disciplinas como a zoologia, a botânica, a geologia e a geografia afiguram-se basilares para essa formação. Depois, num grau superior, mas ainda no ensino secundário, o aluno chegará à química e à física, até atingir a matemática. O aluno só terá acesso aos textos portugueses depois de ter escrito muito. Isto porque é importante que o aluno esteja seguro do “seu próprio poder de criação do que venha a admirar o que fizeram outros que foram apenas crianças que escaparam à destruição que as

---

<sup>189</sup> SILVA, A., *Quinze Princípios Portugueses*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p.288.

<sup>190</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in *Textos e Ensaio Pedagógicos II*, p.137.

<sup>191</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in *Textos e Ensaio Pedagógicos II*, p.138.

escolas têm tido como obra”.<sup>192</sup> Da mesma forma, o autor não concorda com excertos de textos ou antologias a que o aluno tem acesso. O aluno deverá ler sempre livros inteiros.

Dentro de todas estas áreas do saber, Agostinho propõe-nos que seja feito um levantamento sobre aquilo que ainda não se sabe. Neste aspecto, o verdadeiro ensino deverá constituir-se e guiar-se pelo mistério e enigma das coisas, o que significa que o processo educativo consiste em proporcionar à criança todas as condições para que ela autonomamente se questione sobre os problemas do mundo para que, por ela mesma, crítica e assertivamente, consiga encontrar soluções. Para a criança, os adultos deverão servir, pelo menos, “para lhes levantar um catálogo de nossa extensa ignorância”.<sup>193</sup>

Para isso, à luz da perspectiva agostiniana, é necessária uma profunda metanóia nos professores e uma profunda revolução no sistema educativo. O professor não surgirá como alguém que sabe mais do que o aluno, ou com um estatuto pela qual a educação se apoia e articula, mas como alguém que ama o aluno, ao ponto de o considerar como um génio; o génio que, no futuro, irá resolver os males que assolam as sociedades.

Como o dever primeiro de quem organiza a nação é o de alimentar o corpo do povo, é na escola primária que Agostinho compreende poder iniciar-se a redenção económica de Portugal. Para Agostinho, toda a escola primária deveria ser uma cooperativa de produção e consumo. Deste ponto de vista, toda a realidade escolar partiria do trabalho de cooperativa, que o pensador considera muito mais importante que o prematuro ler, escrever e contar. Mais uma vez, a escola é perspectivada como um local para estudar e meditar, não para ensinar e falar. A escola é de tal forma importante que o pensador considera fundamental que toda a comunidade se agregue à sua volta, para que todos, crianças e adultos, possam aprender com ela. Neste sentido, a escola primária e todas as outras escolas deverão servir como centro de reunião e atividade de lazer de toda a comunidade. Aqui, dar-se-ão todas as aulas que forem necessárias, tantas quantas as solicitadas: “é preciso que o que aprende o menino obrigue o pai a saber”.<sup>194</sup> É neste sentido que a expressão “escola é vida” que Agostinho defende, ganha um novo impulso e o Reino da Criança ganha uma nova dimensão: “que o entusiasmo, a renovada descoberta, o nascer diário que são para a criança a vida, penetrem na alma de todos os seus [...] e, pondo ao revés o que tem sucedido até agora, encaminhem os adultos, com paciência, mas sem desfalecer, à sua missão de ser gente”.<sup>195</sup> Será desta forma que o povo lusófono promoverá a criança como seu mestre e guia espiritual, a sua fonte de luz e princípio orientador de todas as coisas. E será através da educação da criança que

---

<sup>192</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in Textos e Ensaios Pedagógicos II, p.138

<sup>193</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in Textos e Ensaios Pedagógicos II, p.138.

<sup>194</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in Textos e Ensaios Pedagógicos II, p.143.

<sup>195</sup> SILVA., AGOSTINHO, *Educação em Portugal*, in Textos e Ensaios Pedagógicos II, p.144.

“teremos como ideal de governo não haver governo, como o não havia no paraíso. Teremos como ideal de economia o não haver economia, como não a havia no paraíso. Teremos como ideal de gente aqueles em que também se tiver destruído a antinomia de criança e de adulto, de ignorante e de sábio, de homem e de mulher. Teremos como ideal de vida o não distinguir entre o que hoje chamamos vida e o que hoje chamamos morte. Teremos como ideal de verdade o não separar o que hoje chamamos verdadeiro do que hoje chamamos falso; e teremos, como ideal de pensar, a fusão plena de sujeito e objecto num não-pensar. Para que, como profetizou Joaquim de Flora, venha o seu Reino do Espírito Santo e seu Império da Flor de Lis”.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> SILVA, A., *Considerando o Quinto Império*, in *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, p.260.

## Conclusão

Desde a sua tese de licenciatura em 1930 (*A Religião Grega*), Agostinho estatui o ideário helénico como modelo de sociedade a seguir, uma vez que compreendeu na cultura grega a importância da junção entre o homem e os deuses como elemento fundamental para uma reintegração do humano para a “vida plena”. Agostinho interpreta a Civilização Grega como a “religião da Alegria”, uma vez que cultura e religião faziam parte de “todas as esferas da vida quotidiana”, não existindo separação “entre pensamento e vida, sagrado e profano, conhecimento e objeto do conhecimento”. O que podemos extrair daqui por diante é que o filósofo assumirá a religião e o espírito como dois conceitos fundamentais para a formação do homem. Sublinha-se o facto de, para o pensador, a investigação infatigável da forma como viveram as civilizações clássicas foi deveras importante para a formação do seu pensamento. A investigação e descoberta da “civilização ideal”, como a civilização grega, despertou o entusiasmo do “jovem” pensador para a “demanda da Idade de Ouro”. Neste sentido, a procura do paraíso perdido transformou-se numa missão prioritária, mas, mais do que isso, Agostinho considerou a possibilidade de o homem poder ser capaz de fazer um pequeno paraíso na terra: na obra *A Comédia Latina*, Agostinho preconiza que a Idade de Ouro não é afinal um mito, situação comprovada por viajantes e etnógrafos que atestariam a veracidade de que no século XIX e XX, viveram pequenas comunidades espalhadas pelo mundo mergulhadas no estado paradisíaco. Nestas populações, não existiam estereótipos, nem regimes castradores, nem submissão de homens ou mulheres, existência de propriedade ou religião organizada. Pelo contrário, estas populações viviam extremamente alegres, alimentando-se dos recursos que a natureza lhes oferecia.

A primeira conclusão de Agostinho é de que a Idade de Ouro existiu e corresponde a uma existência beatífica. Depois, com a evolução social, nasceram as primeiras sociedades, o “sentido de posse”, a escravização das mulheres e dos animais, juntando-se a criança, que é profanada. A isto, junta-se o facto de quase todas as religiões organizadas terem optado, por diversas razões, por um Deus transcendente e inacessível, que o pensador vislumbrará como a “raiz do mal” e fonte de todas as subversões do homem. Neste sentido, Agostinho irá apresentar o cristianismo como agente ressacralizador do “devir humano” enquanto meio para o homem atingir a verdade ou a “comunhão cósmica”, desde há muito tempo perdida. Desta forma, o pensador aludirá ao cristianismo original e autêntico em contraposição com os dogmas da igreja oficial, interpretando a Pessoa de Jesus Cristo como guia espiritual de homens, cujo entusiasmo, amor e piedade trouxeram ao mundo a esperança de um magnífico futuro, bem como a crença de que há um fundo bom na humanidade e de que é possível construir um paraíso na terra. É muito claro que este paraíso, não é “um paraíso distante e vago”, mas um reino que há-de vir aos homens e não os homens ao reino:

“os textos são claros quando dizem é a terra que os bons possuirão, não o céu”. Assim, segundo Agostinho, o “Reino de Deus quer dizer Reino Divino, isto é, realização na terra do Pensamento de Deus”. Agostinho vislumbrou no amor de Jesus Cristo o ingrediente fundamental que faltou na civilização grega e, regra geral, nas ditas civilizações modernas. Neste sentido, vislumbrou-se uma forte necessidade para que o amor cristão e inteligência grega se fundissem para a dor desaparecer da vida.

À luz desta investigação, – nunca desprestigiando a história e importância das outras nações –, Agostinho vislumbrou na cultura portuguesa sinais simbólicos e reais que lhe permitiram estatuir Portugal e a lusofonia como porta estandartes de um novo mundo: os momentos paradigmáticos da sua história – como o Culto popular do Espírito Santo, a organização política e económica da sociedade portuguesa solidificada em princípios morais cristãos, a coroação da Criança Imperador, a fraternidade e a unidade universal que Camões referencia na Ilha dos Amores, a ordem de Cristo, as heteronímias de Fernando Pessoa, a epopeia dos descobrimentos e a construção cultural do Brasil –, permitiram-lhe considerar a cultura lusófona como detentora de uma essência religiosa profunda que, na opinião de Agostinho da Silva, não deve ser negligenciada. Aliás, considerando o húmus da cultura portuguesa e lusófona à luz desta exegese, o pensador atribui aos povos lusófonos um estatuto messiânico e redentor capaz de, através das suas características, promover o Quinto Império no mundo. Assim, para Agostinho da Silva, a cultura lusófona comporta em si uma mensagem que deve ser analisada e, acima de tudo, alimentada. A mensagem da Língua Portuguesa é uma mensagem escatológica e salvífica, portanto, religiosa, mas sem instituição. É uma mensagem que defende a possibilidade de se construir um mundo melhor, porque alimenta e fomenta o que existe de melhor no ser humano.

Agostinho retirou da cultura portuguesa sinais e indicadores claros que resumiam bem a ideologia do povo Português nos séculos XIII e XIV. Essa ideologia, se podemos chamar assim, foi transportada pelos emigrantes portugueses que procuraram acolhimento no Brasil porque perspetivaram este país como um mundo novo, incorrompido e imaculado, portanto, ilimitado nas suas possibilidades. A partir da descoberta do Brasil, muitos portugueses viram a possibilidade de poderem construir aquilo que jamais poderiam construir em Portugal: a instauração do paraíso, renovado pelo Culto Popular do Espírito Santo e pela coroação da criança-imperador. O clima tropical, as praias paradisíacas e os nativos nus, extremamente alegres, fraternos e que se alimentavam de frutos constituíram um convite demasiado bom para se poder recusar. Para além dos recursos naturais que se podia explorar, os nativos acolheriam certamente bem a palavra de Cristo e do Espírito Santo.

Neste ponto de vista, Agostinho da Silva vislumbrou no Brasil um terreno fértil para o desenvolvimento do Reino do Espírito Santo, teologia afinal de que o povo comunga e que se



encontra enraizado desde a altura dos descobrimentos. É natural – à luz desta perspectiva – que o pensador defina o povo Brasileiro e o Brasil como o lugar físico e espiritual donde pode provir a redenção do mundo que, em comunhão com Portugal, afiguram-se estratégicos para a instauração do Reino do Espírito Santo na Terra.

Afinal, se estamos a experienciar uma era onde predomina uma sociedade de produção e consumo, que privilegia o ter e não o ser, uma sociedade globalizada e multicultural, no entanto destituída de valores; uma sociedade que apela incessantemente ao *marketing* superficial e à publicidade enganosa, pactuando com o comodismo e o facilitismo a uma escala nunca antes demonstrada, coroando as vicissitudes das cadeias de *fast-food* e a informação abundante, porém fragmentada; uma era onde todos os homens se tornaram propriedade das suas propriedades e reféns de trabalhos que não gostam; numa era onde a sociedade de produção desordenada e absurda conduziu inevitavelmente ao homem e a mulher para um cenário de concorrência e de luta voraz, validando uma competição assustadora entre as várias classes sociais que lutam entre si para obter melhores empregos e melhor qualidade de vida; numa era em que a exploração desenfreada do homem pelo homem tem originado um desperdício desmesurado dos recursos do planeta e a extinção de variadas espécies de animais. Numa era onde os jovens nasceram desempregados da vida e não sabem o que fazer com o tédio do tempo livre – torna-se urgente uma transmutação de valores. Torna-se urgente uma nova mensagem ao mundo que, segundo Agostinho da Silva, poderá ser bem a mensagem da Língua Portuguesa que, apesar de ser rica e complexa, só valerá de acordo com o seu conteúdo: o seu conteúdo é um conjunto de valores que habitam na cultura portuguesa que, na opinião do pensador, afigura-se como um supremo amor-bondade originador de um supremo entender do mundo. É neste sentido que Agostinho defende que os povos lusófonos têm uma missão extremamente importante: é de sacralizar o universo, tornando divina a vida e Deus Real.

Boa vontade, amor desinteressado, empatia, solidariedade, compaixão e caridade estatuem-se como os princípios fundamentais para levar avante a missão do Quinto Império. Estes princípios universais que derivam do espírito português e lusófono são espelho, segundo Agostinho da Silva, de um Deus enigmático, um Deus dos fenómenos visíveis e ocultos, do tudo e do nada, do ser e não ser simultâneo, transcendente e imanente, isto é, absolutamente ecuménico, congregador de todas as religiões numa só, porque todas são aspetos parciais da verdade. Estes valores que são intrínsecos à cultura portuguesa – e portanto comuns nos povos lusófonos –, tornam possível um diálogo inter-religioso e trans-religioso como única forma para abrir caminhos para a paz universal. O homem mergulhado no “conjunto do mundo”, que é “Deus Sendo”, só conseguirá ir ao máximo das suas possibilidades quando o “grupo humano” também conseguir ir, estatuidando-se desta forma um dever pela qual o homem esclarecido se deve reger, mergulhado em pleno amor divino, para



combater todas as formas de injustiça e escravidão que habitam no coração dos homens, de forma a realizar no mundo a liberdade que é a sua “essência”, considerando toda a “opressão como uma diminuição de Deus”. Se o não-ser é “ausência de determinação e limites que possibilita a máxima criatividade e abertura ao outro” torna-se, portanto, necessário para o homem perder-se na “imensidade de Deus”, no “seu não-existir” para, logo depois, “brilhar no esplendor do ser”. É só através desta forma que o homem conseguirá ser o máximo de outros possível, fórmula que Agostinho beberá de Fernando Pessoa, considerado pelo pensador como o expoente máximo da universalidade portuguesa. A fusão perfeita do ser “no todo e no seu nada” é a instalação do ser na imprevisibilidade. É o ser capaz de ser tudo, de todas as maneiras, com a capacidade de abertura infinita e acolhimento do outro.

À luz destas considerações, o lusófono, devido à sua história e características naturais, é um candidato legítimo para o empreendimento da construção do Quinto Império na terra. O Quinto Império, que muitos autores chamam de Lusofonia, é um “desejo de antecipação do Paraíso na Terra”. É um império puramente espiritual e plenamente cultural. É a demanda eterna pelas condições necessárias da restauração da criança em nós e em nós a coroarmos imperador. Portanto, o acolhimento do Quinto império instaura-se – em primeiro lugar – no coração do indivíduo. Em segundo lugar, na coroação da vida enquanto sagrada e maravilhosa. O Quinto Império é uma mensagem de amor e de esperança. Deste modo, o Quinto Império possui um estatuto que não pode ser definido cientificamente, porque não tem categorias. É uma crença, utópica ou não, de que teremos de fazer tudo ao nosso alcance para erradicar os males que assolam o mundo, na esperança de que um dia todos nós possamos viver “um paraíso na terra”, porque todos teremos o que comer, todos teremos onde morar e todos teremos a possibilidade ininterrupta para criar o que Deus ainda não criou. É, neste sentido, uma demanda espiritual que está longe de terminar porque está muito longe de se concretizar. O caminho para a instauração do Reino do Espírito Santo na terra é extremamente árduo, doloroso e cravado de espinhos. É um trilho inóspito, onde muito poucos se aventuraram, porque não existem mapas físicos, apenas espirituais.

Todavia, se por um lado Agostinho da Silva retira da história portuguesa sinais que evidenciam um espírito messiânico para o futuro, não deixa de ser verdade que, em algumas dessas interpretações, é provável que predomine uma generalização dos factos individualistas e ocasionais em direção à universalidade, expressado, talvez, pelo desejo entusiasta do autor em querer ver Portugal e a Lusofonia revestidos de uma missão especial no mundo. Isto é, não se pode ter certeza absoluta de que, por exemplo, no século XIII, a organização económico-política se revestia exatamente dos moldes que o filósofo nos apresenta. Não conseguimos saber cientificamente se as características económicas deste período desaguavam exatamente numa economia comunitária agro-pastoril, em que as pessoas se juntavam, cultivando em comum, repartindo os produtos, privilegiando

uma economia de ajuda mútua, de convivência, fraternidade e de cooperação. Da mesma forma, Agostinho apresenta algumas provas que motivaram o acolhimento natural por parte do povo em relação ao Culto Popular do Espírito Santo, descrevendo no “espírito lusitano” uma inquietação religiosa, a desconfiança de Roma e um sentido de convivência política que, no nosso entender, apesar de conterem um certo grau de verdade, são provas algo difusas e generalistas, provavelmente assentes em psicologismos populares, de acordo com a pouca informação que temos desse período. Por outro lado, mesmo que o autor tenha interpretado hierofanias na cronologia portuguesa, não podemos também esquecer que o futuro de uma sociedade não depende exclusivamente dos feitos – sejam negativos ou positivos – da sua história. Em pleno início do século XXI, existem entraves e barreiras poderosas – a começar pela configuração económica-política globalizada – para se poder levar avante uma iniciativa espiritual que vise promover a “gratuidade da vida para todos os povos”, a libertação de todos os presos e a adoração pela criança-imperador, tarefa que, *a priori*, afigura-se como utópica e desprovida de sentido realista. Na mesma linha de raciocínio, se o Brasil, na opinião de Agostinho da Silva, estatui-se como um país estratégico para a difusão da Lusofonia e do Quinto Império, não deixa de ser verdade que será necessário verificar e analisar a posição do Brasil em relação a esta situação. Para não falar, igualmente, da posição dos outros povos lusófonos.

Contudo, o tema do Quinto Império ainda continua viva e acesa na cultura lusófona, quer queiramos ou não. É um tema complexo que requer a nossa atenção e uma análise profunda. A mensagem que Agostinho perscrutou na cultura portuguesa é uma mensagem que perdura no eco da eternidade desde a fundação do país. É uma mensagem da Língua Portuguesa porque construiu-se, ao longo dos tempos, no interior dessa mesma língua. Num mundo dessacralizado, profano e destituído de valores, todos concordamos que se torna urgente uma metanóia no indivíduo e nas sociedades que reivindiquem um estatuto ontológico ímpar para todos os seres humanos. Neste aspeto, a visão agostiniana do ser humano é, decididamente, válida e revestida de importância: pois se todos os homens são excecionais, a sociedade devia ser feita de exceções aplicadas a estes seres excecionais. Se todos os seres humanos são poetas à solta, mas nem todos têm possibilidade para se exprimir devidamente, fruto de diversas razões, então cabe a todos nós empenharmo-nos para que um dia isso possa acontecer. Se o Reino do Espírito Santo é uma forte adoração pelo ser humano e pela vida, utópico ou não, certamente será um reino bem vindo a cada um de nós. Da mesma forma, se a instauração da terceira idade na terra será um tempo onde os adultos aprenderão mais com o reino da criança do que a criança com os adultos, então será um tempo magnífico onde os adultos estarão despreendidos das vidas que não gostam, da letargia que abominam e da tristeza que os invade, para dar lugar a um espaço jovial onde a imaginação, a criatividade, a alegria, a inocência e a habilidade para aprender tudo constituir-se-á como uma religião “pura”,

sagrada e inesgotável em possibilidades. À luz destas considerações, o sentido final deste trabalho indica-nos que – longe de pretendemos pactuar passivamente com as dores do mundo, torna-se urgente, em cada um de nós, verificar a viabilidade de prestarmos o nosso contributo para atenuar esses mesmos males. Para isso, é necessário abandonarmos o conforto da lareira e a felicidade do lar, para nos entregarmos plenamente à experiência da aventura do mito mais extraordinário que a cultura portuguesa inventou, a do Quinto Império.

## Bibliografia

### Bibliografia Principal

Obras de Agostinho da Silva, (coordenação geral e organização de Paulo Borges), Textos e Ensaaios Filosóficos, 1999 (dois volumes), *Textos Pedagógicos* (organização de Maria Helena Briosa de Mota), 2000 (dois volumes), *Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, 2000-2001 (dois volumes), *Estudos sobre Cultura Clássica*, 2002.

SILVA, A., *O Cristianismo*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, 1ª Edição, Abril de 1999. Edição do Autor, Famalicão, 1942.

– *Doutrina Cristã*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, 1ª Edição, Abril de 1999. Edição do Autor, Lisboa, 1943.

– *Conversação com Diotima*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, 1ª Edição, Abril de 1999. Edição do Autor, 1944.

– *Sete Cartas a Um Jovem Filósofo*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, 1ª Edição, Abril de 1999. Edição do Autor, Famalicão, 1945.

– *Ecúmena*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, Âncora Editora, 1ª Edição, Novembro de 1999, retirado em *Espiral*, nº 1, Primavera de 1964.

– *Só Ajustamentos*, “Automatismo e Ódio”, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, Âncora Editora, 1ª Edição, Novembro de 1999, retirado de Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1962.

– *Virá a Revolução*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, Âncora Editora, 1ª Edição, Novembro de 1999, Retirado de Francisco de Assis (1182-1226) – Testemunhos Contemporâneos das Letras Portuguesas, organização de Adelino Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional casa da moeda, 1982.

– *Do Previsível e do Imprevisível*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II Âncora Editora, 1ª Edição, Novembro de 1999, retirado de *Dispersos*, 2ª edição, Lisboa, ICALP, 1989, pp.783-785.

– *Pensamento à Solta*, in Textos e Ensaaios Filosóficos II, Âncora Editora, 1ª Edição, Novembro de 1999.

- *Educação em Portugal*, in Textos Pedagógicos II, 1ª Edição, Março de 2000. Texto escrito em 1970, Ulmeiro, Lisboa.
- *Presença de Portugal*, in Ensaaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000. Texto original do Rio de Janeiro, Livros de Portugal, S.A., 1962.
- *Quinze Princípios Portugueses*, Espiral, nº 8-9 (Inverno de 1965), in Ensaaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000.
- *Ensaio para uma Teoria do Brasil*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000, retirado de *Espiral*, nº 11-12, Outono de 1966.
- *Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo*, in In Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000, retirado do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº 3, Lisboa, 1967.
- *Um Fernando Pessoa*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000.
- *A Cultura Brasileira*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000.
- *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, Âncora Editora, 1ª Edição, Julho de 2000.
- *Considerando o Quinto Império*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I, 1ª Edição, Julho de 2000.
- *De que Sobram Idades*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ª Edição, Fevereiro de 2001, retirado no *Correio Braziliense*, 4 de Dezembro de 1970.
- *Da Fé e Do Império*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ª Edição, Fevereiro de 2001. Texto retirado em *Notícia*, nº 585, 23 de Janeiro de 1971.
- *As Ocultas Razões*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ª Edição, Fevereiro de 2001, retirado da *Vida Mundial*, nº 1657, 12 de Março de 1971.

- *Sobre Índios e Suecos*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001, retirado da *Vida Mundial*, nº 1664, 30 de Abril de 1971.
- *A Coragem de Ser Outros*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001. Retirado de *Notícia*, nº 596, 8 de Maio de 1971.
- *Três Vezes se Diria*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001, retirado de *Notícia*, nº 597, 15 de Maio de 1971.
- *De Português e Homem*, In Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001, retirado de *Diário de Notícias*, nº 597, 15 de Maio de 1971.
- *Quando Há no Mundo Crise*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001, retirado de *Notícia*, nº 601, 12 de Junho de 1971.
- *Há quem lhe proponha Chamar-lhe Docimologia*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001, retirado de *Notícia*, nº 603, 26 de Junho de 1971.
- *Resposta a Inquérito Sobre a Filosofia Portuguesa*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001. Texto original do Diário do Minho, 11 de Dezembro de 1971.
- *O Baldio do Povo*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001, retirado de *Vida Mundial*, nº 1710, 10 de Março de 1972.
- *Cartas a São Félix*, in Ensaaios Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II, Âncora Editora, 1ªEdição, Fevereiro de 2001.
- *A Comédia Latina*, in Estudos Sobre Cultura Clássica, Âncora Editora, 2002.

## Bibliografia Secundária

- BORGES, PAULO, *Agostinho da Silva – Uma Antologia*, Organização e Apresentação de Paulo Borges, Âncora Editora, 1ª Edição, Fevereiro de 2006.
- BORGES, PAULO, *Tempos de Ser Deus – A Espiritualidade Ecuménica de Agostinho da Silva*, Âncora Editores, 1ª edição, Junho de 2006.
- BORGES, PAULO, *Uma Visão Armilar do Mundo*, Verbo Editora, 2010.
- CAMÕES, LUÍS, *Os Lusíadas*, Círculo de Leitores, Setembro de 1984.
- CRISTÓVÃO, FERNANDO, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Almedina, Abril de 2008.
- ESCUDEIRO, ANTÓNIO, *Agostinho da Silva – Ele Próprio*, António Escudeiro, Associação Agostinho da Silva e Editora Zéfiro, 1ª Edição, Março de 2006.
- FLÓRIDO, JOSÉ, *Um Agostinho da Silva – Correspondência com o Autor*, Biblioteca Ulmeiro, 3ª Edição, Maio de 1997.
- GAMA, JOSÉ, *Cultura e Filosofia – Estudos sobre o Pensamento Português*, Edição ALETHEIA – Associação Cultural e Científica; Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Janeiro de 2009.
- GIL, JOSÉ, *Portugal Hoje – O Medo de Existir*, Relógio d'Água, Maio de 2007.
- LAMA, DALAI, *Caminhos da Fé*, Editora Albatroz, Julho de 2012.
- MANSO, ARTUR, *Agostinho da Silva – Aspetos da sua Vida, Obra e Pensamento*, Editora Estratégias Criativas, Fevereiro de 2000.
- MENDANHA, VICTOR, *Conversas com Agostinho da Silva*, Editora Pergaminho, 5ª reimpressão, Junho de 1996.
- OS QUATRO EVANGELHOS, Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos, 21ª Edição, Junho de 1989.
- PESSOA, FERNANDO, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Prefácio, introdução e notas de António Quadros, Publicações Europa América, 1987.
- PESSOA, FERNANDO, *Mensagem*, Edição de António Apolinário Lourenço, Angelus Nova Editora, Famalicão, Janeiro de 2008.

- PESSOA, FERNANDO, *Os Portugueses, Quinto Império*, Editora Capa Azul, Agosto de 2008.
- PESSOA, FERNANDO, *Sensacionismo e outros Ismos*, Edição de Jerónimo Pizarro, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2009.
- PINHO, ROMANA VALENTE, *Religião e Metafísica no Pensar de Agostinho da Silva*, Estudos e Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- PINHO, ROMANA VALENTE, *O Essencial de Agostinho da Silva*, Coleção Essencial, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.
- QUENTAL, ANTERO, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos*, Padrões Culturais Editora, 1ª Edição, Lisboa, Abril de 2010.
- REAL, MIGUEL, *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, Editora QUIDNOVI, 1ª Edição, Outubro de 2007.
- REAL, MIGUEL, *A Vocação Histórica de Portugal*, Prefácio de José Eduardo Franco, Esfera do Caos Editores, 1ª Edição, Abril de 2012.
- RICARDO, CASSANO, *O Homem Cordial*, Rio de Janeiro, MEC/NL, 1959.
- RODRIGUES, JORGE NASCIMENTO E DEVEZAS, TESSALENO, *Portugal, O Pioneiro da Globalização – A Herança das Descobertas*, Editora Centro Atlântico, 1ª Edição, Julho de 2009.
- SOUSA, ANTÓNIA, *O Império Acabou. E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*, Casa Das Letras/Editorial Notícias, 6ª Edição, Maio de 2006.
- VIEIRA, ANTÓNIO, *História do Futuro*, Volume I e II, NEAD – UNAMA, Universidade da Amazônia, Belém, Pará.

## Videos

- Documentário *Agostinho da Silva – Um Pensamento Vivo*, do realizador João Rodrigo Mattos, 2006.
- ESCUDEIRO, ANTÓNIO, Vídeo *Agostinho da Silva – Ele Próprio*, António Escudeiro, Associação Agostinho da Silva e Editora Zéfiro, 1ª Edição, Março de 2006.
- Portal Agostinho da Silva – Obra Reunida: [http://www.agostinhodasilva.pt/index.php?option=com\\_frontpage&Itemid=1](http://www.agostinhodasilva.pt/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)



Programa Conversas Vadias CD1 – Entrevista com Maria Elisa. **Temas: Pedagogia e Economia Competitiva** - <http://www.youtube.com/watch?v=lee6ndsGu6w&feature=relmfu>.

Programa Conversas Vadias CD1 - Entrevista com Joaquim Letria. **Temas: Instruir, Educar, Reformados, Camões e Pessoa** - [http://www.youtube.com/watch?v=0\\_GYC7JHIK8&feature=relmfu](http://www.youtube.com/watch?v=0_GYC7JHIK8&feature=relmfu).

Programa Conversas Vadias CD1 - Entrevista com Adelino Gomes. **Temas: A Liberdade e o Destino** - <http://www.youtube.com/watch?v=rB6GUlwD0uY&feature=relmfu>.